



Universidade Federal da Paraíba – UFPB
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA
Departamento de Psicologia
Pós-Graduação em Psicologia – Doutorado

**MORALIDADE, ANOMIA SOCIAL E CONDUTAS
ANTISSOCIAIS E DELITIVAS EM JOVENS DE
DIFERENTES CONTEXTOS SÓCIO-EDUCACIONAIS:
VERIFICAÇÃO DE UM MODELO TEÓRICO.**

Nilton Soares Formiga

João Pessoa - PB

2011

Nilton Soares Formiga

**MORALIDADE, ANOMIA SOCIAL E CONDUTAS
ANTISSOCIAIS E DELITIVAS EM JOVENS DE
DIFERENTES CONTEXTOS SÓCIO-EDUCACIONAIS:
VERIFICAÇÃO DE UM MODELO TEÓRICO.**

Tese submetida à banca
avaliadora da Pós-graduação em
Psicologia Social da Universidade
Federal da Paraíba/ Universidade
Federal do Rio Grande do Norte.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cleonice Pereira dos Santos Camino

João Pessoa - PB

2011

F725m Formiga, Nilton Soares.

Moralidade, anomia social e condutas antissociais e delitivas em jovens de diferentes contextos sócio-educacionais: verificação de um modelo teórico / Nilton Soares Formiga.-- João Pessoa, 2011.

242f.

*Orientadora: Cleonice Pereira dos Santos Camino
Tese (Doutorado) – UFPB/CCHLA-UFRN*

*1. Psicologia social. 2. Moralidade. 3. Anomia.
4. Adolescentes - conduta desviante.*

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: Formiga, Nilton Soares.

Título: Moralidade, anomia social e condutas antissociais e delitivas em jovens de diferentes contextos sócio-educacionais: Verificação de um modelo teórico.

Tese apresentada à Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Psicologia Social.

Aprovada em: 21 de Março de 2011.

Banca Examinadora

Prof^a. Dra. Cleonice P. dos S. Camino (Orientadora)

Instituição: UFPB

Assinatura:

Prof^a. Dr. Maria da Penha Coutinho.

Instituição: UFPB

Assinatura:

Prof^a. Dra. Lilian Kelly de Sousa Galvão

Instituição: UFCG

Assinatura:

Prof^{or}. Dr. João Carlos Alchieri

Instituição: UFRN

Assinatura:

Prof^{or}. Dr. William Lee Berdel Martin

Instituição: UFPA

Assinatura:

Epígrafe

Eu era azul, como o azul, eu poderia ser.
Todo dia era um dia nublado para mim.
Então, a sorte bateu na minha porta.
O céu estava cinzento, mas, “hoje” eles não são mais cinzentos.

O céu azul.
Sorrindo para mim.
Nada além de um céu azul é o que eu vejo.

Passaros azuis cantam uma canção.
Nada, somente os pássaros azuis durante todo o dia.

Nunca vi o sol brilhando tão forte.
Nunca vi as coisas tão bem.
Percebendo o dia correr tão tranquilo.
Quando você está apaixonado,
“Seu dia se apressa devagar,
O sol brilha,
E as coisas vão muito melhor”.

Dias azuis
Todos eles, agora, são.
Nada além de um céu azul
De agora em diante.

Eu deveria me importar se o vento leste ou oeste sofra?!
Eu deveria me preocupar se o pior parece ser o melhor?!
Eu deveria me importa se o que dizem não pode ser verdade?!
Eu devia sorrir!
É o que é exatamente o que eu faço!

(Blues Skies - Irving Berling -
Melhor do que ler é escutar
Ella Fitzgerald cantando)

Dedicatória

AS MULHERES QUE PULULAM O AMOR!

MEUS PENSAMENTOS E LETRAS:

PARA MINHA MÃE,

MINHA ESPOSA (ANDREA),

MINHAS FILHAS (CLARA E ISABELLE),

MINHAS TIAS (DINALVA, DALVA, ROSA).

Agradecimentos

A Professora **Cleonice Camino**. Acredito ser tão pouco dizer apenas um obrigado. Ela foi, estruturalmente, significativa para a minha trajetória intelectual, científica e social!

Ao CNPQ pelo investimento que me foi dado.

A todos os membros da banca, agradeço pela disposição e disponibilidade ao convite feito. A professora (Dra.) Maria da Penha por seus comentários e apoio humano muito valioso. A amiga (Dra.) Lilian pelo grande apoio no doutorado e disposição nos últimos momentos de fechar a tese. Ao professor (Dr.) João Alchieri que, com os seus livros, conhecimento e relação interpessoal contribuiu muito para o meu trabalho. Ao professor (Dr.) William Lee por aceitar o convite, vindo de tão longe e dispor do seu tempo preciso.

A todos/as **integrantes do Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Moral** (NPDSM), por todas as contribuições oferecidas para a construção desta tese e pelo coleguismo construído ao longo dos anos; especialmente, Jamila, Anderson e Julian, figuras de extrema importância como apoio social, humano e científico deste trabalho. Recentemente, a Felipe e a Renan, muito interessado, competente e disponível em ajudar-me. Especificamente, a Julio Rique e Nelson Toro, bons amigos.

Aos/às **colegas de Doutorado**. Especialmente, Ionara (e Gil, por adesão) e a Lilian.

A todos/as os/as **participantes desta pesquisa** – alunos, coordenadores, diretores - em especial aos/as alunos/as que responderam o questionário.

Ao amigo Geraldo (*Jazz/Blues Man*). Realmente, grande amigo e intelectual. Suas reflexões foram muito importantes.

Ao Professor (Dr.) Leoncio (*Jazz/Scientist Man*), meu mestre. Sou grato por ter me iniciado tão bem nesse caminho (caminhante).

A professora (Dra.) Eliana Ismael, Psicóloga Social com quem aprendi muito.

Aos meus irmãos (Junior, Nailton e Neilton (*in memoriam*)).

Aos amigos Alicia Omar e Marco Aguiar e sua colaboração e apoio científico e social.

Aos amigos Chico e Tânia. Sempre com boas orientações (intelectuais) e emocionantes encontros.

Ao meu AMIGO JOSÉ LACERDA (o Tarcisio) pela sua assertividade, sinceridade e estética.

Aos meus grandes amigos HILDEBRANDO E SOCORRO, acredito ser muito pouco as palavras que venham revelar a importância de vocês.

Agradeço aos meus pais: a meu pai (in memoriam - saudades) e a Minha Mãe, sempre tão dedicada, disponível, preocupada em que os filhos fossem gente, alcançando, com honestidade, respeito e dignidade a felicidade.

A Andrea, desde o início sempre muito importante em minha vida!

RESUMO

A presente tese pretendeu verificar a influência da moral pós-convencional sobre a anomia social e as condutas antissociais e delitivas em adolescentes. Especificamente, elaborou-se um modelo teórico, tomando o desenvolvimento da moralidade de princípios pós-convencionais como explicação da anomia e das condutas antissociais e delitivas em adolescentes de diferentes contextos sócio-educacionais. Para alcançar esse objetivo, três estudos empíricos foram realizados: o primeiro estudo procurou verificar as evidências da validade fatorial e a consistência interna das medidas existentes no Brasil e das medidas construídas para atender o objetivo final da tese. 375 adolescentes com idade de 14 a 18 anos, do sexo feminino e do sexo masculino, da rede pública e particular de ensino da cidade de João Pessoa-PB, responderam um questionário que continha questões sócio-demográficas, Escala de Anomia Social, Escala de Atitude Anômica, Escala de Orientação ao Sucesso e Escala de Condutas Antissociais e Delitivas. Os resultados revelaram a consistência interna das Escalas de Anomia Social e das Condutas Antissociais e Delitivas; as demais escalas (atitude anômica e de orientação ao sucesso) apresentaram indicadores psicométricos de fatorialidade aceitáveis pela literatura, comprovando o que se esperava. No segundo estudo, pretendeu-se verificar a adequabilidade da estrutura das escalas exploradas no primeiro estudo. Para tanto, 241 adolescentes, de 14 a 18 anos, com características sócio-demográficas semelhantes a do estudo anterior responderam os mesmos instrumentos utilizados no primeiro estudo. Os resultados confirmaram tanto a estrutura esperada quanto a adequabilidade das escalas utilizadas na tese. Por fim, no terceiro estudo procurou-se verificar o objetivo central da tese, a influência da moralidade de princípios pós-convencionais sobre a anomia social e as condutas antissociais e delitivas. Neste último estudo, 621 adolescentes, de 13 a 18 anos, do sexo feminino e do sexo masculino, do ensino fundamental e médio da rede de ensino da região metropolitana de João Pessoa com características sociais e demográficas distintas das outras amostras responderam os mesmos instrumentos. Os resultados corroboraram as hipóteses levantadas. O modelo proposto revelou que a moralidade de princípios pós-convencionais associou-se, negativamente, com a anomia social e com a conduta antissocial e delitiva, estas duas últimas variáveis, por sua vez, se associaram positivamente entre si. Especificamente, esse modelo apresentou melhores indicadores de adequabilidade de ajuste para a amostra de adolescentes de um contexto sócio-educacional de tradição religiosa (Igreja Católica Romana) quando comparados com os outros contextos: $\chi^2/gf = 0,71$, RMR = 0,01, GFI = 1,00, AGFI = 0,98, CFI = 1,00 e RMSEA = 0,00. A partir desses resultados, julga-se que os objetivos da presente tese foram alcançados. Na discussão dos resultados reforça-se a importância de se considerar na formação dos jovens a teoria kohlberguiana do desenvolvimento da moralidade como fator de proteção tanto para as condutas antissociais e delitivas quanto para anomia social.

Palavras-chave: Moralidade; Anomia; Conduta Desviante; Adolescentes.

ABSTRACT

This thesis sought to check the influence of moral development on social anomie and antisocial and criminal behavior in adolescents. Specifically, we elaborated a theoretical model, taking the development of post-conventional moral principles as an explanation of anomie and antisocial and criminal behavior in adolescents from different socio-educational contexts. Three empirical studies were conducted: the first study sought to verify the evidence of factorial validity and internal consistency of the measures in Brazil and the measures constructed to meet the objective of the thesis. 375 adolescents between 14 and 18 years old, female and male, from public and private schools from João Pessoa city, answered a questionnaire containing socio-demographic questions, Social Anomie Scale, Attitude Nameless Scale, Scale, Orientation and Success Scale and Antisocial and criminal conducts Scale. Results showed the internal consistency of Social Anomie Scale and Antisocial and Criminal conducts, the other scales (attitude nameless and guidance to success) had acceptable psychometric indicators of the factorial by the literature, proving what was expected. In the second study was intended to verify the structural adequacy of the scales explored in the first study. 241 adolescents from 14 to 18 years old, with similar socio-demographic characteristics to the previous study, answered the same tools used for the first study. The results confirmed both the expected structure and the adequacy of the scales used in the thesis. Finally, the third study, sought to verify the central objective of the thesis: the moral influence of the development of post-conventional principles on social anomie and antisocial and criminal behaviors. In this last study, 621 adolescents from 13 to 18 years old, female and male, from elementary school and middle school from João Pessoa city and the surrounding municipalities with different demographic characteristics social. The results support the hypotheses. The proposed model revealed that the morality of principles post-conventional joined negatively with the social anomie and antisocial behavior and criminal behaviors, the latter two variables, were positively associated with each other. Specifically, this model showed a better indicator of the adequacy of adjustment for the sample of adolescents from a socio-educational with religious tradition (Roman Catholic) when compared with other contexts: $\chi^2/gf = 0.71$, RMR = 0.01, GFI = 1.00, AGFI = 0.98, CFI = 1.00 and RMSEA = 0.00. From these results, the objectives of this thesis have been achieved. This study reinforces the importance of Kohlberg's theory of moral development as a protective factor for both antisocial and criminal behavior to social anomie.

Key-words: Morality; Anomie; Deviant Conduct; Adolescents.

RESUMEN

En esta tesis se trató de comprobar el desarrollo de la influencia moral de la anomia social y las conductas antisociales y delictivas en los adolescentes. En concreto, se elaboró un modelo teórico, teniendo en el desarrollo de los principios morales convencionales y una explicación de la anomia y la conducta antisocial y criminal en los adolescentes de diferentes contextos socio-educativos. Tres estudios empíricos se llevaron a cabo: el primer estudio trató de verificar la evidencia de la validez factorial y consistencia interna de las acciones en Brasil y las medidas construidas para cumplir con el objetivo de la tesis. 375 adolescentes de 14 a 18 años, mujeres y hombres, de la red de escuelas públicas y privadas de la ciudad de João Pessoa, respondieron a un cuestionario que contiene preguntas socio-demográficas, Escala de sociales anomia, Escala de Actitud sin nombre, Escala de la orientación y el éxito de conductas delictivas y antisociales. Los resultados mostraron la consistencia interna de las escalas de anomia social y conductas antisociales y delictivas, las otras escalas (sin nombre, la actitud y la orientación hacia el éxito) había aceptables indicadores psicométricos de los factoriales por la literatura, lo que demuestra lo que se esperaba. En el segundo estudio tenía por objeto comprobar la adecuación estructural de la balanza explorado en el primer estudio. 241 adolescentes de 14 a 18 años con características demográficas similares al estudio anterior respondieron a las mismas herramientas utilizadas en el primer estudio. Los resultados confirman tanto la estructura de espera y la adecuación de las escalas utilizadas en la tesis. Por último, el tercer estudio, se buscó verificar el objetivo central de la tesis: la influencia moral de la elaboración de principios convencionales después de la anomia social y las conductas antisociales y delictivas. En este último estudio, 621 adolescentes de 13 a 18 años, de los sexos femenino y masculino de las escuelas primaria y secundaria de la ciudad de João Pessoa y los condados circundantes con diferentes características sociales y demográficas. Los resultados apoyan la hipótesis. El modelo propuesto reveló que la moralidad de principios pos convencional se unió negativamente con la anomia social y el comportamiento antisocial y el delito, estas dos últimas variables, a su vez, se asociaron positivamente con las demás. En concreto, este modelo mostró un mejor indicador de la adecuación de ajuste para la muestra de adolescentes de una tradición religiosa socio-educativa (Católica Romana), en comparación con otros contextos: $\chi^2/gf = 0,71$, RMR = 0,01, GFI = 1.00, AGFI = 0.98, CFI = 1.00 y RMSEA = 0.00. A partir de estos resultados, los objetivos de esta tesis se han logrado. Este estudio refuerza la importancia de la teoría kohlberguiana de desarrollo moral como un factor protector para el comportamiento antisocial y criminal y anomia social.

Palabras-clave: La moralidad; Anomia; La conducta desviada; Adolescentes.

Lista de Tabelas

Tabela 1: Caracterização da Amostra de Respondentes (N = 377)

Tabela 2: Descrição dos fatores da escala de atitude anômica.

Tabela 3: Poder discriminativo dos itens da escala de orientação ao sucesso (gl=377).

Tabela 4: Descrição dos fatores da escala de orientação para o sucesso social.

Tabela 5: Poder discriminativo dos itens do CAD (gl=375).

Tabela 6: Estrutura Fatorial do Questionário de Comportamentos Antissociais e Delitivos (CAD-40).

Tabela 7: Caracterização da Amostra de Respondentes (N = 241)

Tabela 8: Correlação de Pearson inter-itens da sub-escala Oportunismo e destes com a atitude anômica (somatório total dos itens da escala)

Tabela 9: Correlação de Pearson inter-itens da sub-escala Desilusão Gregária e destes com a atitude anômica (somatório total dos itens da escala)

Tabela 10: Correlação de Pearson inter-itens da sub-escala hedonismo e destes com a orientação ao sucesso (somatório total dos itens da escala)

Tabela 11: Correlação de Pearson inter-itens da sub-escala estética social e destes com a orientação ao sucesso (somatório total dos itens da escala)

Tabela 12: Correlação de Pearson itens-fator da conduta Antissocial.

Tabela 13: Correlação de Pearson itens-fator da conduta delitiva.

Tabela 14: Correlatos inter-variáveis com as Condutas Antissociais e Delitivas (n = 621).

Tabela 15: Indicadores do modelo teórico proposto para condutas desviantes em jovens em diferentes contextos sócio-educacionais

Tabela 16: Indicadores do primeiro modelo teórico concorrente para condutas desviantes em jovens de diferentes contextos sócio-educacionais.

Tabela 17: Indicadores do segundo modelo teórico concorrente para condutas desviantes em jovens em diferentes contextos sócio-educacionais

Tabela 18: Indicadores do terceiro modelo teórico concorrente para condutas desviantes em jovens de diferentes contextos sócio-educativos.

Tabela 19: Indicadores do modelo teórico para condutas desviantes em jovens em diferentes contextos sócio-escolares considerando o estágio do nível convencional da moralidade.

Lista de Figuras

Figura 1: Estrutura fatorial da escala de atitude anômica.

Figura 2: Estrutura fatorial da escala de orientação ao sucesso.

Figura 3: Estrutura fatorial da escala de condutas antissociais e delitivas.

Figura 4. Comprovação do primeiro modelo causal das condutas desviantes em jovens da escola católica romana.

Figura 5. Comprovação do Segundo Modelo Causal das Condutas Desviantes em jovens da escola católica romana.

Figura 6. Comprovação do Terceiro Modelo Causal das Condutas Desviantes em jovens da escola católica romana.

Figura 7. Comprovação do Modelo Causal das Condutas Desviantes em jovens.

Lista de Anexos

Tabela 1: Poder discriminativo dos itens da escala de atitude anômica (gl=375).

Figura 1: Diagrama de declividade do número de fatores plotados para a escala de atitude anômica.

Tabela 2: Distribuição dos fatores da análise do PC de acordo com o critério de Kaiser e análise paralela para a escala de atitude anômica.

Tabela 3: Poder discriminativo dos itens da escala de orientação ao sucesso (gl=375).

Figura 2: Diagrama de declividade do número de fatores plotados para a escala de orientação ao sucesso.

Tabela 4: Distribuição dos componentes da análise do PC de acordo com o critério de Kaiser e análise paralela da escala de orientação ao sucesso.

Tabela 5: Poder discriminativo dos itens do CAD (gl=375).

Apêndice I: Instrumentos utilizados no Estudo 1, 2 e 3.

Apêndice II: Crivo de respostas do DIT.

LISTA DE SIGLAS

AFC Análise Fatorial Confirmatória

AFE Análise Fatorial Exploratória

AGFI Adjusted Goodness-of-Fit Index

AMOS Analysis moment structures

ANOVA Analysis of Variance

CAIC Consistent Akaike Information Criterion

CAIC Consistent Akaike Information Criterion

CBCL *Child Behavior Checklist/4-18*

CFI Comparative Fit Index

CFI Comparative Fit Index

CG Campina Grande

CNPq Conselho Nacional de Pesquisa

DIT Defining Issues Test

DP Desvio Padrão

DSM-IV Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais

EAA Escala de Atitude Anômica

EAS Escala de Anomia Social

ECAD Escala de Condutas Antissociais e Delitivas

ECVI Expected Cross-Validation Index

ECVI Expected Cross-Validation Index

EOS Escala de Orientação ao Sucesso

ES Espírito Santo

EUA Estados Unidos da América

GFI Goodness-of-Fit Index

GL Graus de Liberdade

IC Intervalo de Confiança

ICM Índices de Comportamento Moral

IDHAC Informe sobre Desenvolvimento Humano para America Central

KMO Kaiser-Meyer-Olkin

M Média

MEE Modelagem de Equação Estrutural

MJI Moral Judgement Interview 12

MOS Margins of Society Scale

NPDSM Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Sócio-moral

OIT Organização Internacional do Trabalho

ONGs Organizações Não Governamentais.

PB Paraíba

PC Componentes Principais

PIB Produto Interno Bruto

RMR Raiz Quadrada Média Residual

RMSEA Root-Mean-Square Error of Approximation

SciELO Scientific Electronic Library Online

SMR Sociomoral Reflection Measure

SPSS Statistical Package Social Sciences

SROM Sociomoral Reflection Objective Measure

TLI Tucker-Lewis Index

UFCEG Universidade Federal de Campina Grande

UFPA Universidade Federal do Pará

UFPB Universidade Federal da Paraíba

UFRN Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

EPÍGRAFE	v
DEDICATÓRIA	vi
AGRADECIMENTOS	vii
RESUMO	xix
ABSTRACT	x
RESUMEN	xi
LISTA DE TABELAS	xii
LISTA DE FIGURAS	xiii
LISTA DE ANEXOS	xiv
LISTA DE SIGLAS	xv
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – A CONDUTA JUVENIL DESVIANTE E SUA AVALIAÇÃO	9
CAPÍTULO II – ANOMIA: TEORIA E PESQUISA	18
2.1. A teoria da anomia: A perspectiva de Emile Durkheim	27
2.2. A teoria da anomia: A perspectiva de Robert Merton	31
2.3. A anomia social e atitude anômica	39
2.4. A mensuração da anomia: A proposta brasileira	45
CAPÍTULO III – DESENVOLVIMENTO MORAL: TEORIA E PESQUISA	55
3.1. Piaget, a moral e sua influência na teoria de Kohlberg	59
3.2. O desenvolvimento moral em Kohlberg	60
3.2.1. A mensuração da moralidade: O MJI (<i>MORAL JUDGMENT INTERVIEW</i>) e o DIT (<i>DIFINING ISSUES TEST</i>)	69
3.2.2. Sequencialidade e universalidade da moral: Estudos empíricos	74
3.3. Desenvolvimento moral e delinquência: Estudos empíricos	80
3.3.1. Estudos empíricos nos anos 60-70	82
3.3.2. Estudos empíricos nos anos 80	84
3.3.3. Estudos empíricos nos anos 90	89

3.3.4. Estudos empíricos no século XXI	91
CAPÍTULO IV – ESTUDOS EMPÍRICOS. PRIMEIRO ESTUDO: ANÁLISE	
EXPLORATÓRIA DAS ESCALAS UTILIZADAS NA TESE.....	98
4.1. Método	99
4.1.1 – Sujeitos.....	99
4.1.2 – Instrumentos.....	100
4.1.2.1 Escala de Anomia Social – EAS.....	100
4.1.2.2. Escala de Atitude Anômica (EAA)	100
4.1.2.3. Escala de Orientação ao Sucesso (EOS).....	101
4.1.2.4. Escala de Condutas Antissociais e Delitivas	102
4.1.2.5. Defining Issues Test – DIT	103
4.1.3. Procedimento	104
4.2. Resultados	106
4.2.1. Análise discriminante e exploratória da escala de atitude anômica.....	107
4.2.2. Análise descritiva dos itens-fator da escala de atitude anômica fatorializada	111
4.2.3. Análise discriminante e exploratória da escala de orientação ao sucesso.....	112
4.2.4. Análise descritiva dos itens-fator da escala de orientação ao sucesso fatorializada	114
4.2.5. Escala de conduta antissocial e delitiva: análise exploratória para uma escala reduzida.....	115
4.2.6. Análise discriminativa da escala de conduta desviante	116
4.3. Discussão dos resultados do primeiro estudo.....	120
CAPÍTULO V – SEGUNDO ESTUDO: ANÁLISE CONFIRMATÓRIA DAS	
ESCALAS UTILIZADAS NA TESE.....	123
5.1. Método	124
5.1.1. Sujeitos.....	124
5.1.2. Instrumentos.....	125

5.1.3. Procedimento	125
5.2. Resultados	128
5.2.1. Análise confirmatória da escala de atitude anômica.....	128
5.2.2. Análise confirmatória da escala de anomia social: Intra-correlação e modelagem estrutural	134
5.2.3. Análise confirmatória da escala de orientação ao sucesso	135
5.2.4. Análise confirmatória da escala de comportamentos antissociais e delitivos – ECAD	138
5.3. Discussão	143
CAPÍTULO VI – COMPROVAÇÃO DO MODELO TEÓRICO HIPOTETIZADO.....	145
6.1. Método	146
6.1.2. Delineamento e Hipótese	146
6.1.3. Amostra	146
6.1.4. Instrumentos.....	149
6.1.5. Procedimento e Análise dos Dados.....	151
6.2 Resultados	152
6.3 Discussão	169
CAPÍTULO VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS	175
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	180
Apêndice I - Instrumentos utilizados no Estudo 1, 2 e 3.....	202
Apêndice II - Folha de apuração de respostas do DIT	209
Anexos - Tabelas do primeiro estudo	215

O fenômeno da violência juvenil, no mundo, especialmente nos centros urbanos, tem merecido destaque científico e do senso comum, principalmente, no que se refere a compreensão da sua origem e sua manutenção entre os jovens. No Brasil, acompanhando o noticiário na mídia, em geral, é possível observar acontecimentos que mostram atos violentos, de tendência a barbárie e a irracionalidade, que exigem o controle social e o tratamento psicológico de seus atores.

O mais grave é que os atos violentos, como, por exemplo: o comportamento vandalismo de jovens de classe média, como o que ocorreu com o Índio Pataxó, queimado quando dormia em um ponto de ônibus em Brasília; a agressão, com socos e ponta pés, por jovens, também, de classe média, a doméstica Sirlei, na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, enquanto esperava o ônibus; a agressão do jovem de 16 anos, ao professor, feita por meio de insultos, chutes e socos, na própria escola em que ambos freqüentavam, devido a uma nota baixa; todas essas situações, recebem justificativas inadequadas sobre os motivos que levaram os jovens a agirem violentamente.

A violência tem sido mais um dos grandes problemas que a sociedade brasileira vem enfrentando, tanto pela insuficiência e incompetência das instituições de controlar o comportamento juvenil desviante, tanto pelos motivos, como pela gravidade e frequência desse comportamento.

O problema da delinqüência juvenil, no Brasil, tem repercutido amplamente na sociedade, causando espanto na população e nas instituições de controle sobre os motivos que têm levado os jovens a manifestar o comportamento violento. O mais aterrador, é que as características sócio-econômicas e culturais dos jovens desviantes, divergem do padrão de

indicadores atribuídos, geralmente, a esses jovens: pobreza-riqueza, desestruturação da personalidade, exclusão social, disfuncionalidade familiar e falta de oportunidades para gozar de bem-estar material dos seus autores (Adorno, 2002; Beato, Peixoto & Andrade, 2004; Formiga & Gouveia, 2002; Paixão, 1983; Pino, 2007; Olmo, 1999).

No sentido de prevenir, combater e controlar a violência, de acordo com Santos e Kassouf (2008), ocorreram entre 2008 e 2009, gastos públicos e privados de, aproximadamente, de 3% a 5% do PIB brasileiro; além das perdas ainda não contabilizadas, em relação ao capital humano, qualidade de vida, redução na atividade turística, etc.

Apesar desse investimento, a violência tem aumentado, fazendo a taxa de mortalidade de jovens de 15 a 19 anos, ascender, de forma a colocar o País no 3.º lugar no mundo em mortes de jovens associadas as condutas delituosas (Kahn, 2000; Kahn, 2005; Laub & Vaillant, 2000; Waiselfisz, 2008).

Assim, o fenômeno da violência no Brasil tem se apresentado de diferentes formas, atingindo uma escala elevada e causado fortes danos a população. Para abordá-lo, entretanto, precisa-se ter claro as diferentes modalidades em que a violência se apresenta e suas diferentes causas (Sanmartín, 2006). A título de parcimônia científica pretende-se contemplar no presente estudo apenas uma das facetas da violência: a conduta antissocial e delitiva.

Considera-se que um fenômeno com essa força, entre os jovens, é típico de uma sociedade insegura de seus valores cujas as ações institucionais são insuficientes (Beato, Peixoto & Andrade, 2004; Feijó, 2001; Minayo e cols., 1999; Moreira, Rosário & Costa, 2008; Mulvey & Cauffman, 2001; Paixão, 1983). Considera-se, também, que o aumento da conduta antissocial e delitiva

entre os jovens, sem história de delinquência, na época atual, deve-se a uma mudança cultural que, se perfila nos países ocidentais, ou seja, a um aumento do individualismo. Esta mudança teria levado os jovens a priorização de necessidades pessoais, em que a meta seria a obtenção de prestígio. Tal prestígio, na falta de recursos ou mesmo de apoio social para sua realização, muitas vezes, seria alcançado pelo delinquir juvenil (De Giorgi, 2005; Formiga & Mota, 2009; Lipovetsky, 1986), o qual geraria uma desestruturação social e, conseqüentemente, o descrédito do poder disciplinar das instituições normativas e formadoras da conduta juvenil e a dissolução moral, indicando assim, um tempo de anomia (Idhac, 2009).

O estado anômico revela um estado de desorganização social, onde quebrar a norma ou manifestar alguma conduta desviante torna-se um ato enobrecedor da imagem juvenil. O desvio excessivo da norma, transpõem os espaços da vida privada das pessoas afetando os espaços públicos e coletivos e gerando uma condição em que qualquer pessoa poderá ser também um sujeito delituoso (Harendt, 2009; Neto, 2006).

Frente a essa problemática, verifica-se a necessidade de uma maior organização e gestão das instituições individuais (Família, Escola, Igreja, etc.) como das públicas (Política pública, Polícia, Ongs, etc.) na busca de fomentar estratégias de socialização que garantam ao adolescente a formação de estruturas morais e éticas.

De fato, acredita-se que a construção pelos indivíduos de valores morais como a cooperação, o respeito ao outro, a solidariedade e a justiça social, poderia contribuir para a formação de uma sociedade que assegurasse aos seus cidadãos o direito de viver com dignidade em um ambiente de paz.

A respeito do desenvolvimento dos valores morais, considera-se importante destacar a visão construtivista de Lawrence Kohlberg. Kohlberg (1976), ao apresentar sua teoria sobre a moral, diz que ela se desenvolve através de uma sequência hierarquizada de 6 estágios morais. A forma como essa sequência se desenvolve é universal, o que significa que, em todas as culturas, se houver avanço moral, as pessoas passam de um estágio de menor perspectiva sócio-moral, constituído por princípios morais centrados nos próprios benefícios para estágios morais de perspectiva sócio-moral mais ampla, centrado no benefício do outro.

Além disso, Kohlberg (1976), julga que enquanto nos dois primeiros estágios (1 e 2) – moral heterônoma – as pessoas se guiam as normas completamente externas as pessoas para evitar consequências negativas ou para obter benefícios; nos dois estágios intermediários (3 e 4) – moral convencional – as pessoas se guiam por princípios morais internalizados, a fim de agradar o grupo de pertença ou cumprir as normas estabelecidas pela sociedade; e, finalmente nos últimos estágios (4 e 5) – moral pós-convencional – as pessoas se orientam por princípios de justiça que visam o bem estar social e que podem ser aplicados a todos os membros da sociedade.

Kohlberg (1976) acredita que o raciocínio moral define se um comportamento é moral ou não, mesmo que o raciocínio não seja necessariamente capaz de garantir o comportamento moral. A respeito da relação entre raciocínio moral e ação moral, vários estudos foram realizados, dentro dos quais se destacam aqui os de alguns autores (Candee & Kohlberg, 1983; Krebs & Kohlberg, 1967; Krebs & Rosenwald, 1977, citado em Kohlberg & Candee, 1984). Nestes estudos, os autores supracitados, usaram distintas situações (Milgram, McNamee e a MLE) para avaliar a conduta moral e

diferentes testes para avaliar o raciocínio moral. Nos resultados, observaram que os indivíduos que apresentaram um pensamento moral mais elevado (dos estágios 4 e 5) comportaram-se de forma moralmente adequada para a situação (ser responsável, lutar pela liberdade de expressão, não enganar, não mentir, etc.) enquanto os indivíduos que apresentaram um pensamento moral de estágios mais baixos (1, 2 e 3) apresentaram comportamentos moralmente inadequados para a situação (obedeciam por obedecer, enganaram, não assumiam responsabilidade, etc.).

Diante das pesquisas empíricas realizadas e do enfoque sobre a moralidade adotado, julga-se que uma moral de estágios mais elevados, sobretudo a de princípios pós-convencionais, inibe os comportamentos morais que contradizem o bem estar social, como são os comportamentos antissociais e delitivos e que, portanto, existe uma relação negativa entre a moral e as duas últimas variáveis.

Por outro lado, considerando que a anomia contribui para o aumento da desordem social, enquanto a moral pós-convencional encerra valores que contribui para o bem estar e a harmonia sociais, julga-se que exista uma relação negativa entre essas duas variáveis. Finalmente, considerando que a anomia social gera desordem social e que a desordem propicia o aparecimento de condutas antissociais e delitivas, julga-se que essas variáveis associam-se positivamente.

De forma mais resumida, considera-se neste trabalho, que as condutas antissociais e delitivas aparecem associadas a anomia e que a moral pós-convencional explica essas variáveis. Em relação à associação entre moral, anomia e conduta antissocial e delitiva na adolescência, espera-se que o desenvolvimento moral se associe, negativamente, a anomia e a conduta

antissocial e delitiva, enquanto que a anomia e essas duas condutas desviantes, associem-se positivamente.

Verificar essa hipótese constitui o principal objetivo deste trabalho. Para alcançá-lo, objetivos específicos são pleiteados:

Quanto aos objetivos específicos, espera-se:

- conhecer a validade discriminante, fatorial e estrutural das escalas já adaptadas para o contexto brasileiro. Neste caso, procurar-se-á verificar a consistência interna e estrutural da Escala de Conduta Antissociais e Delitivas e da Escala de Anomia Social;
- Construir duas escalas: uma referente a Atitude anômica e outra referente a orientação para o sucesso.

Para que esses objetivos sejam atendidos, três estudos serão realizados:

- no primeiro estudo empírico avaliar-se-á as evidências da validade fatorial e consistência interna das escalas já adaptadas para o contexto brasileiro (por exemplo, a Escala de Condutas Antissociais e Delitivas (Formiga 2002; Formiga & Gouveia, 2003); e a Escala de Anomia Social (Atteslander, Tanur & Wang, 1999; Aguiar, 2003).

Como serão criadas escalas referentes a Atitude Anômica e a Orientação para o Sucesso será verificada a validade fatorial e a consistência interna dessas duas escalas.

- no segundo estudo empírico procurar-se-á confirmar estruturalmente, os resultados encontrados no primeiro estudo em relação a fatorialidade das escalas.

- no terceiro estudo, verificar-se-á o modelo teórico proposto no objetivo principal. Em relação a esses objetivos, tem-se as seguintes hipóteses:

H1: espera-se que os resultados referentes às escalas já adaptadas para o contexto brasileiro sejam semelhantes aos observados pelos autores que as adaptaram;

H2: espera-se, em relação às escalas criadas, que o seu conjunto de itens apresentem indicadores psicométricos aceitáveis em sua estrutura fatorial;

H3: espera-se que a anomia social se associe positivamente às condutas antissociais e delitivas e que estas estejam associadas negativamente ao desenvolvimento moral pós-convencional.

Para dar conta de todos os objetivos e verificar as hipóteses, o presente trabalho será constituído pelos seguintes capítulos: O primeiro capítulo abordará os enfoques teóricos sobre a conduta desviante entre os jovens e a mensuração dela; o segundo capítulo tratará dos enfoques teóricos da anomia e suas escalas de medida; o terceiro capítulo apresentará a teoria do desenvolvimento moral de Lawrence Kohlberg, os trabalhos empíricos sobre a moralidade e sua relação com a delinquência; o quarto será dedicado ao primeiro estudo (exploratório) e os resultados e discussão deste; o quinto capítulo dedicar-se-á ao segundo estudo (confirmatório), seus resultados e discussão; o sexto capítulo apresentará os resultados do terceiro estudo destinado a modelagem de equação estrutural para comprovação da hipótese levantada na tese e sua discussão; e, finalmente, no sétimo capítulo serão apresentadas as considerações finais.

**CAPÍTULO I - A CONDUTA JUVENIL DESVIANTE
E SUA AVALIAÇÃO.**

De forma geral, Bleger (1984), considera que uma conduta ou comportamento é um ato de conduzir ou guiar, ou seja, qualquer manifestação compreendida nestes termos deve ser concebida como ações conduzidas ou direcionadas a algo, pessoa ou objeto relacionado ao indivíduo.

Esse entendimento não se insere apenas na visão comportamentalista, mas pode ser ampliada a todo um conjunto de respostas salientes e significantes que um ser humano possa apresentar. Apesar de ser considerada como formadora da personalidade do indivíduo, a conduta é vista como algo dinâmico, funcional, ambivalente e, geralmente, apresentando um procedimento moral (bom ou mau), podendo ser compreendida em função do contexto em que ocorre (Feijó & Oliveira, 2001; Pacheco, Alvarenga, Reppold, Piccinini & Hutz, 2005; Silva, 2009).

É essencial que a pessoa tenha um ou múltiplos comportamentos diante de qualquer fenômeno social ou pessoal que venha exigir uma tomada de decisão. A explicação desses comportamentos pode se apresentar em termos de traços de personalidade (Paunonen & Ashton, 2001) ou algo mais social, e até, psicossocial. O interesse principal da presente tese é na condutas antissociais e delitivas de jovens da população geral, especificamente, daqueles que estão em diferentes instituições escolares que, pondem, em potencial, em maior ou menor intensidade, romper as normas sociais sem ser um delinqüente de fato.

Concretamente, o problema da conduta desviante na sociedade atual refere-se ao fato de que muitos são os adolescentes que têm apresentado comportamentos associais, os quais vêm exigindo desde a orientação escolar

até ao tratamento clínico desde da reorganização cognitiva até o treinamento de habilidades sociais e emocionais (Born, 1999). O principal problema, pelo menos desde a ótica das intervenções sociais, é que esses sujeitos – ainda – não são delinquentes, porém convergem em direção do fenômeno delituoso.

Sabe-se que tanto os adolescentes quanto à sociedade sempre viveram em profundos e sucessivos conflitos. Lummertz (1997) acredita que é impossível não considerar a relação destes dois agentes, pois desenvolvimento social e emocional estão ligados ao mesmo objeto: o adolescente. Mas, é a partir desses momentos, muitas vezes curto e de instantânea aparição, que tem lugar o despertar de uma consciência social, na maioria desses adolescentes, ainda não tão organizada.

A mensuração e avaliação da conduta desviante é contemplada tanto na ciência social como na humana e na ciência da saúde. Em cada uma dessas áreas científicas são propostas teorias, metodologias e instrumento de medida com diferentes perspectivas (Brito & Goulart, 2005; Pacheco, Alvarenga, Reppold, Piccinini & Hutz, 2005; Stoff, Breiling & Maser, 1997).

Quanto as condutas desviantes assim avaliadas, observa-se uma concentração de questões relativas a frequência de condutas referentes a infração das normas sociais e leis socialmente aceitas que são consideradas condutas antissociais e relativas a infrações mais graves, com fim de acarretar prejuízo direto à pessoa e/ou material pessoal da vítima ou de outrem são as condutas delitivas (Binder, 1988; Córdova, 2008; Neto, 2004; Stoff, Breiling & Maser, 1997; Sierra, 2004; Wunderlich, 1985).

O objetivo de uma medida da conduta desviante em jovens, na presente tese, refere-seas condutas antissociais e fundamenta-se na perspectiva dos autores que, em geral, é abordadas na literatura sobre o tema. Assim, não se

pretende focar o desvio social dos jovens com referência ao Transtorno da Conduta, o Transtorno Desafiador Opositivo e o Transtorno de Personalidade Antissocial quanto ao seu conflito com o 'Self' (o EU) (DSM-IV, American Psychiatric Association, 1994; Bordin & Offord, 2000; Costa & Valerio, 2008; Enebrink, 2005; Farrington, 1993; Guerrero & Sanchez, 2005; Rojas & Malpica, 2006).

Para a avaliação das condutas antissociais, Achenbach (1991) - *Child Behavior Checklist/4-18* (CBCL) – já bastante divulgado e utilizado pelos profissionais para avaliação na área clínica e psiquiátrica para detectar os problemas comportamentais e emocionais da criança e do adolescente. Este instrumento foi traduzido e validado no Brasil por Bordin, Mari e Caeiro (1995), sendo muito utilizado para avaliar os problemas de comportamentos contemplando variáveis como as habilidades sociais, estilos parentais e interação familiar (Alvarenga & Piccinini, 2001; Bolsoni-Silva, Del Prette & Oishi, 2003; Figueiredo & Schermann, 2001).

Porém, mesmo sabendo que os comportamentos que tangenciam as normas sociais e que causam prejuízo físico e humano sejam a base para uma diagnose clínica de transtornos do comportamento (Hare, 1996; Henriques, 2009; Morana & Mendes Filho, 1993; Seagrave & Grisso, 2002), não se pode considerar que esta análise clínica seja a única forma de avaliar esse tipo de comportamento, até porque, o interesse da mensuração deste tipo de comportamento no presente estudo é não tratá-lo como um transtorno psiquiátrico.

Para a mensuração e avaliação da conduta desviante, Capaldi e Patterson (1991; Emler & Reicher, 1995; Patterson & cols., 1992) consideram tanto uma perspectiva psicológica quanto social, não somente o

comportamento agressivo, o desrespeito com as normas sociais e pessoas, o oposicionismo exagerado e dissimulado da convencionalidade institucional, a divergência valorativa, etc., mas também, os roubos, o porte de arma, a formação de grupos desviantes (as gangs), o uso de drogas lícitas ou ilícitas, etc.; consideram-se que todas essas condutas têm seu foco na satisfação e recompensa imediata de algo em relação a outra pessoa, espaço social ou privado físico ou ambiental que lhes causa prejuízos.

É possível encontrar estudos que proponham instrumentos capazes de avaliar o comportamento delinquente, cada um com uma etiquetagem própria devido ao espaço teórico-metodológico que ocupam (Born, 2005; Derzon, 2000; Huizinga & Elliott, 1999; Patterson & cols., 1992). Muitos destes avaliam os níveis da delinquência ou procuraram desenvolver um índice do crime juvenil e/ou adulto em diferentes amostras, seja como atribuição perceptiva desses níveis ou como um indicador para identificação da criminalidade na concepção de policiais, juízes, jovens não delinquentes seja como instrumento auto-informativo a respeito da realização de algum ato criminoso. Esses instrumentos buscam apreender se os jovens já apresentaram um comportamento disruptivo ou um ato infracional (Alberola, 2008; Akman, Figlio & Normandeua, 1966; Arkam, Normandeau & Turner, 1968; Farrington, 1973; Lesieur & Lehman, 1975; Normandeau, 1966; Rose, 1965; Stott, 1960; Sellin & Wolfgang, 1964; Schneider, 1987; Wellford & Wiatowski, 1975).

Também, podem ser encontrados instrumentos avaliadores dos fatores de risco da violência associados ao desenvolvimento psicológico [distribuídos nos domínios ambiental, individual, familiar, correspondentes aos estágios de desenvolvimento pré-natal, infância e primeira infância, infantil - 6 a 12 anos - e adolescência / juventude - 13 anos acima], a fim de identificar a ausência ou

presença desses fatores e sua influência no comportamento violento (Achenbach, 1991; Patterson & cols., 1992).

Outros estudos, procuram avaliar, sob um aspecto analítico, (contemplando a sociologia e a antropologia como apoio teórico e metodológico) a atribuição do sujeito ou grupo do criminoso em termos do julgamento da construção social do grupo dominante frente a infração cometida. Tais avaliações são justificadas pela identificação das características do desvio como uma rotulação construída socialmente a partir das formas de poder da sociedade (Andrade, 2007; Becker, 2005; Guadalupe, 2007; White, 2005).

Conforme foi já citado, o interesse principal dessa tese é na conduta desviante em jovens sem história de delinquência; às condutas de fuga frente as expectativas normativas predominantes na sociedade e as relações sociais positivas entre as pessoas; as condutas inescrupulosas e de desonestidade; o distanciamento dos padrões de civilidade, da preservação da harmonia sócio-grupal; a subvertência da Lei e da ordem, no sentido apenas de lesar os direitos de terceiros, causando dano físico ou social.

A identificação destas condutas nos adolescentes, bem como, a diferença e frequência entre a conduta antissocial e delitiva, é importante; quanto mais precoces forem descobertas apenas aquelas condutas que visam a quebra da norma social, maior será a probabilidade de que elas não sejam no futuro, condutas graves e duradouras, caracterizando o delito (Hawkins e cols., 1992; Loeber, 1990; Moffitt, 1993).

Na direção proposta nesta tese, apenas um instrumento de avaliação foi identificado no Brasil. Trata-se da Escala de Condutas Antissociais e Delitivas (ECAD), desenvolvida por Formiga (2002; Formiga & Gouveia, 2003). Esta

escala vem sendo avaliada continuamente revelando sua consistência interna e estrutural em pesquisas com jovens delinquentes e não delinquentes de diferentes contextos sócio-econômico e cultural (Fernandes, 2009; Formiga, 2003; Formiga, Estevam, Camino, Mathias & Santos, 2010; Formiga, Sintra, Lopes & Formiga, 2011).

De acordo com os autores da ECAD (Formiga, 2002; Formiga, 2003; Formiga & Gouveia, 2003) as condutas desviantes devem ser compreendidas como um conjunto de condutas apresentadas pelos jovens no seu cotidiano destinadas à transgressão da norma socialmente aceita. Seus autores, comprovaram que esta escala se organiza em duas dimensões: as condutas antissociais e as condutas delitivas ou delinquentes.

Para Formiga (2003; Formiga & Gouveia, 2003), uma conduta antissocial se refere à não conscientização das normas que devem ser respeitadas. Por exemplo, sabe-se da norma de limpeza das ruas ou a necessidade de respeito aos colegas no que se refere a certas brincadeiras, porém estas condutas não são praticadas por alguns jovens. Neste sentido, uma das características das condutas antissociais é o fato de incomodarem, mas sem que causem necessariamente danos físicos a outras pessoas. Elas dizem respeito apenas às travessuras dos jovens ou simplesmente à busca de romper com algumas leis sociais.

Destaca-se que, possivelmente, todo jovem pratica ou já praticou algum tipo de conduta antissocial, não a reconhecendo como tal, mas, apenas como a busca de sensação e extroversão (Formiga, Aguiar & Omar, 2008) ou de uma diversão hedonista, que enfatiza o prazer individual e imediato como única condição de lazer possível do indivíduo (Formiga, 2010).

Neste sentido, tem-se observado uma naturalização no jovem quanto à tendência a quebra de normas e uma impulsividade extrema para a diversão, atividades perigosas e de risco, derrespeito e agressão dos agentes sociais responsáveis pela formação humana e social, etc. (Coelho Júnior, 2001; Gullone & Moore, 2000; Villar, Luengo, Gómez & Romero, 2003). E isso não acontece, simplesmente, devido à escolha feita pelo indivíduo, mas parte da relação com o produto da construção social experimentada a partir da socialização com outros sujeitos da mesma vivência e do contexto sócio-cultural em que estão envolvidos.

Em relação às condutas delitivas, estas podem ser concebidas como merecedoras de punição, capazes de causar danos graves, morais e/ou físicos. Portanto, tais condutas podem ser consideradas mais severas que as anteriores, representando uma ameaça eminente à ordem social vigente. O que ambas as condutas têm em comum é o fato as suas conseqüências interferirem nos direitos e deveres das pessoas. Entretanto, as condutas delitivas, podem implicar algo mais que um desafio às normas vigentes; refletem aspectos mais enraizados em aspectos biológicos e mesmo em distúrbios psicológicos mais graves. Estes aspectos, não obstante, devem ser encarados ainda como conjunturais.

O que deve ser salientado é a orientação que tais jovens podem ter quanto ao seu comportamento durante o desenvolvimento individual, não somente em termos físicos e psíquicos, mas também societal. Isto permite entender a grande mudança ocorrida, de forma tão rápida, no contexto político, social e econômico que parece não dar tempo e condição para que sejam assimilados comportamentos socialmente desejáveis. Considerar qual fator será capaz de inibir a manutenção dos comportamentos e atitudes desviantes

desses jovens talvez seja um dos grandes problemas, pois vai além da influência puramente cultural e grupal (família, amigos etc.).

Compreendendo que os jovens, devido a sua enérgica vontade de viver e atuar buscam um espaço social para desenvolver suas habilidades individuais e sociais, mas, em alguns momentos estão carentes de elementos mais humanas e éticos, caberia perguntar por que os jovens, independente de pertencerem ou não a uma determinada classe social, geralmente apresentam comportamentos que transgridem normas?

A resposta teria duas perspectivas teóricas; uma dessas perspectivas, foca-se no estado anômico em que os adolescentes estariam envolvidos. Este estado refere-se a quebra da norma social e o rompimento com os princípios básicos da civilidade e harmonia social não mais em termos de desestrutura psíquica, mas, devido às mudanças sociais e culturais quanto ao estilo de vida, as discrepâncias entre metas e meios, entre normas e credos, entre legal e real exigido e estabelecido pelo Estado ao indivíduo.

Uma segunda perspectiva, diz respeito ao desenvolvimento moral. Nele é enfatizado a forma com que crianças e adolescentes desenvolvem o sentido do bem e mal, certo e errado e suas habilidades em promover soluções para problemas éticos no seu cotidiano. Não se trata apenas de responder a relação sobre valores morais e as condutas humanas, mas também, dar sentido a dimensão idiossincrática do sujeito no que se refere as dimensões cognitivas, afetivas e sociais do agir moral. Ambas as perspectivas, serão apresentadas nos capítulos a seguir.

**CAPÍTULO II - ANOMIA: TEORIA E
PESQUISA.**

De forma geral, a anomia é entendida como a não intergração do indivíduo em sistemas e subsistema sociais o que causa a inadequabilidade, desintegração e deslegitimação das normas sociais, apesar do cumprimento delas constituir uma condição, *sine quo non*, o bom funcionamento social (Caliman, 2006; Maguire, Morgan & Reiner, 2002; Outhwaite & Bottomore, 1996).

Apesar da relatividade em definir o que uma norma ou lei seja adequada ou não para uma determinada cultura ou contexto social, a vida em sociedade passa pelo reconhecimento e cumprimento de um sistema de leis que elenca padrões, crenças, comportamentos, etc., do que deve e não deve ser adotado relacionando-os a um critério básico de normalidade (Daherndorf, 1993).

Ao descumprir ou tangenciar as expectativas normativas das forças (sujeitos ou instituições) controladoras do comportamento socialmente desejável, o indivíduo apresenta um comportamento desviante, que para as outras pessoas ameaça tanto as normas gerais (social, jurídica e política) quanto às relações interpessoais. Desta forma, tão importante quanto o estabelecimento das regras pelas quais uma sociedade funciona é a eficiência com que essas regras garantem, através de um contrato social ou psicológico, a regulação e manutenção da sociedade (Aguiar, 2003).

Mesmo pressupondo que as leis funcionam para regulação do comportamento social e individual, é de grande importância considerar que elas têm sido percebidas nos últimos anos como ineficientes, falhas ou que podem ser sempre fraudadas, enganadas e desviadas, indicando um estado de anomia social e psicológico (Michener, DeLamater & Myers, 1995; Idhac, 2009).

O tema da anomia tem sido exclusividade de áreas científicas com foco no crime: sociologia do crime, direito penal e a criminologia (Dahrendorf, 1987; Maguire, Morgan & Reiner, 2002; Maranhão, 2003; Robert, 2007; Taylor, Walton e Young, 1997). A divulgação e valorização do tema anomia, data dos estudos pioneiros na Sociologia de Emile Durkheim (Durkheim, 1895/2004; Durkheim, 1897/2000), o qual concebia a anomia como ausência de normas, tendência ou transgressora das regras, tanto no nível coletivo (quando uma crise na estrutural social rompe as normas existentes) quanto individual (o não cumprimento permanente das normas).

De acordo com Garfield (1987) e Orru (1983), apesar da importância que Durkheim deu ao tema, já se abordava no pensamento grego e judaico, na Bíblia cristã sob a ótica do desrespeito de desconsideração pela lei (nestes casos, da lei divina) e pelo pensamento renascentista inglês no final do Século XIX, resgatado pelo filósofo Francês Marie Guyau.

Marie Guyau, em seus livros *Esquisse d'une morale sans obligation ni sanction* (Ensaio de uma moral sem obrigação e sanção) e *L'irreligion de l'avenir: Étude sociologique* (A não existência de uma religião: Estudo sociológico) estabelece o conceito de anomia e lhe dá uma conotação positiva. Segundo Orru (1983), Guyau atribua a anomia o direito a individualidade e a escolha pessoal e progressiva das regras morais, padrões de conduta e crenças, com uma conotação não da ausência de normas, mas, de ausência de normas fixas, universais e absolutas, principalmente, quanto ao dogma religioso, o qual passa a impedir a evolução moral e religiosa do homem.

De acordo com Dahrendorf (1992), William Lambarde, também, utilizava o termo “anomia”, em 1591, para designar algo que referia a desordem, dúvida e incerteza sobre tudo. Segundo Alvarez (2002), Cesare Lombroso, no final do

Século XIX, também atribuía concepções semelhantes a de Lambarde, ao enfatizar que o aumento da criminalidade, da ilegalidade, da liberdade individual se deve a diminuição do grau de punição se deve a condição anômica da sociedade; isto é, para Lombarde, onde a ordem social fosse menos rígida, mais frouxas eram as normas morais, sendo assim, maior a propensão a apresentar altas taxas de homicídio.

Na realidade, foi a partir da leitura dos livros de Guyau que Durkheim retomou o conceito de anomia, estabelecendo uma concepção mais estruturada e contextualizada do que a de Lambarde e a de Guyau. Para Durkheim, o essencial da anomia referia-se a organização da sociedade e a forma como esta influeciava a vida dos indivíduos.

Importava-lhe saber como a sociedade integrava os indivíduos e regulava seus comportamentos a partir do estabelecimento das normas sociais, as quais eram capazes de, quando cumpridas, estabelecer com êxito em relação a coletividade e em relação aos indivíduos um desenvolvimento pleno; quando isto não ocorria, a sociedade, bem como, seus indivíduos, tornavam anômicos (Durkheim, 1897/2000). Isto é, quando as forças e vínculos da regulação indivíduo-sociedade se dissolveriam, consequências desfavoráveis poderiam ocorrer, por exemplo: o suicídio, o comportamento desviante, o crime, etc.

Essas consequências somente desapareceriam se a eficácia normativa fosse garantida, não somente pela sociedade enquanto função subjetiva de uma representação coletiva do que deve ser seguido para proteção do coletivo, mas, também, com o estabelecimento de instituições sociais – cotroladoras ou protetoras do direito e do padrão normativo (por exemplo, as organizações políticas, organizações jurídicas, organizações religiosas, etc.) – que,

intervirivam e inibiriam atos que violavam os interesses da sociedade, desintegravam o corpo social e desrespeitavam as pessoas (Aron, 1999; Lallement, 2000; Carmo, 2007).

Durkheim (1893/1995), considerava o crime algo natural, não sendo assim, uma conduta patológica (Canguilhem, 1978; Miskolci, 2005), na medida em que nenhuma sociedade existia sem um nível de desvio: a frequência contínua de determinados desvios sociais (leia-se crime) era necessário ao estabelecimento da moral, do direito e da justiça. Para ele, o comportamento desviante das pessoas, a quantidade e qualidade dos crimes, levam a comunidade e as instituições de controle a se organizarem com o objetivo de estabelecer castigo ou punição para o infrator a fim de que os valores, crenças e normas sociais vigentes se alicerçarem, mantendo o controle do social e tornando os indivíduos civilizados.

Essa condição, para Durkheim (1925/2002; 1992/2007), daria a pessoa a capacidade de descobrir e reconhecer qual e como determinada regra funciona na sociedade, bem como, a difusão e valoração dessa regra para o indivíduo, gerando-lhe uma consciência coletiva a fim de garantir respeito a lei e uma sociedade coesa.

Na concepção durkheimiana é possível destacar que, em certas circunstâncias, uma conduta desviante até poderia contribuir para a vitalidade e eficácia da vida social organizada para que a lei e a ordem social fossem repensadas e contextualizadas para que ocorresse mudanças sociais quando necessárias (Garcia & Vieira, 2008; Huertas-Díaz, 2010); mas quando a conduta desviante excedesse, em termos de infração o que deve ser mantido, poderá indicar o caminho da barbárie? Como se evitaria essa situação?

De acordo com Lallement (2000), a resposta estaria no caminho da moral, a partir de três direções, as quais são interdependentes: o espírito da disciplina, apego aos grupos e a autonomia da vontade. Esses caminhos se encontrariam nas instituições (especificamente, na Educação e Religião) e nas suas práticas disciplinares capazes de promover o desenvolvimento da personalidade e da autonomia. Também, Giddens (2007), ao estabelecer as condições para coesão social e evitar o desvio, Durkheim sustenta a importância dos sujeitos manterem-se vinculados aos imperativos morais, pois, somente assim, estes se distanciariam dos impulsos egocêntricos e da falta anômica.

A teoria da anomia foi estabelecida durante a década de 30 do Século XX e dominou a literatura criminológica, porém, durante as décadas de 50 e 60 do mesmo século houve um declínio; mas, devido a inconsistência dos modelos teóricos e das suas evidências empíricas, bem como, devido a necessidade de instrumentos capazes de avaliar esse fenômeno é que ela passou a ser revista e estabelecidos novos caminhos em outros espaços científicos, com é o caso, do interesse da Psicologia e da Psicologia Social.

Desta forma, a partir da década de 80, a teoria da anomia foi retomada, tanto pelo fato dos estudiosos considerarem em que a perspectiva da anomia não tinha sido esgotado o suficiente por Durkheim e Merton, quanto pela necessidade de se avaliar a anomia no nível macro e microsocial (Atteslander, Gransow & Western, 1999; Downes & Rock, 1998; Passas & Agnew, 1997; Reyes, 2008).

A análise da anomia no nível macro ainda é dominado pela sociologia e pelas teorias de Durkheim e Merton, bem como, por pós-durkheimiano (por exemplo, Nikos Passas, Robert Agnew, Peter Attlander, etc.) com

preocupação estrutural-funcionalista. Já o nível micro, tem sido, recentemente, dominado pela psicologia com objetivo de avaliar atitudes e comportamentos frente as demandas normativas da sociedade. O estudo do tema tem se mostrado frutífero em fornecer explicações na área do desvio social e da violência. Recentemente, Messner e Thome (2008), se responsabilizaram-se por organizar um número, com foco em estudos sociológicos, dedicado ao tema no *International Journal of Conflict and Violence*.

No que se refere ao campo da psicologia, Benbenaste, Etchezahar e Ríó (2008) abordam o tema concebendo uma configuração psicológica, para além dos *des-valores* ou de uma desmoralização e desorganização das estruturas sociais. Segundo esses autores tal perspectiva psicológica se preocupa com o desenvolvimento do sujeito que se opõe ao interesse social (tomando as normas sociais como obstáculo para o seu interesse particular) que é incapaz de diferenciar autoridade e autoritarismo (isto é, cumprir a ordem pelo reconhecimento de quem manda e ter obrigação pela obrigação com os outros) que demonstra um primitivismo nos vínculos socializadores com grupos secundário (escola, trabalho, etc.), e por fim, que demonstra machismo nas relações de psicosssexuais.

Maclver (1950) procura esclarecer, no conceito sobre a anomia, proposto por Durkheim e Merton, dois tipos de anomia. a partir de uma perspectiva sociológica, esse autor atribui, por um lado uma dimensão individual, tendo a anomia como uma estado de ânimo da pessoa cujas as raízes morais não são consistentes e se rompem, decorrendo no não cumprimento das normas sociais exigidas, levando o sujeito a agir unicamente por impulso e vontade própria, sem nenhum sentido de preservação e continuidade do grupo ou de obrigação com estes e a sociedade; por outro lado, uma dimensão estrutural,

na qual a anomia era devido a uma quebra da estrutural cultural quem tem lugar quando uma diferença aguda entre o que se espera dos indivíduos em determinada sociedade (por exemplo, ter sucesso, ganhar dinheiro, ascender socialmente, mesmo, que sob meios ilegais) e as oportunidades ou meios que essa mesma sociedade ofereça para alcançar tais metas.

Velho (1985), com base em Merton, esclarece muito bem a reflexão de Maclver (1950) em relação a diferença entre a perspectiva social e 'psicológica' da anomia. Para esse autor, foi Merton quem reviu esse conceito e apresentou duas dimensões: um tipo de anomia social (em uma tradução inadequada seria *anomie*) que é atribuída ao ambiente social, propriedade de um sistema social; e uma outra que chamou anomia comportamental (em uma tradução aproximada seria *anomy*) referente ao comportamento do indivíduo. Segundo Velho (1985) estes tipos de anomia podem ocorrer separadamente ou estarem associados. Para esse autor:

...a desorganização de normas e valores vai fazer com que o ambiente social seja favorável ao aparecimento de indivíduos anômicos...o grau de anomie de um sistema social é indicado pelo grau de falta de acordo a respeito das normas que se julgam legítimas, com sua concomitante incerteza e insegurança nas relações sociais (Velho, 1985; 14).

Assim, se por um lado, a anomia é reconhecida como fenômeno social, por outro, também, poderá ser reconhecida como uma atitude anômica, as quais estariam interrelacionados.

Na procura desenfreada para atender as metas pretendidas, as sociedades podem perder, sob certas condições, a habilidade de se auto-regular e de regular os indivíduos, tornando incapaz tanto sociedade quanto

indivíduo de colocar os limites para as metas que almejam gerando uma inconsciência moral e despreocupação com a harmonia da comunidade.

São as contribuições teóricas de Durkheim e Merton que permitem ao termo anomia relacionar-se, de forma concreta, com as discussões referentes à globalização e às conseqüentes transformações sociais mundialmente observadas, especialmente, com o pensamento pós-moderno e uma discussão sobre a ação de consumo, mudança constante, espetáculo da imagem desejável, individualismo e hedonismo exacerbado (Lipovetsky, 1986; Lipovetsky & Charles, 2005).

Assim, desde Durkheim até os dias atuais, a anomia tem sido considerada através de diferentes óticas, nos termos que Aguiar e cols. (2006) concebem: a anomia poderá ser considerada como enfermidade mental, como resposta generalizada às mudanças sociais, como estilo de vida, como discrepâncias entre metas e meios, entre normas e credos, entre legal e real. A seguir, será apresentados mais detalhadamente as teorias de Durkheim e Merton sobre o tema da anomia.

2.1. A teoria da anomia: A perspectiva de Emile Durkheim.

Em sua obra *“Da Divisão Social do Trabalho”*, publicada originariamente em 1893, Durkheim busca explicar a forma pela qual a coesão social pode ser mantida numa sociedade complexa, na qual a divisão do trabalho produz uma ampla diferenciação social. A anomia é descrita como um fenômeno típico de sociedades industriais, nas quais a economia é mais desenvolvida. A preocupação de Durkheim era explicar, apesar da diferença existentes entre sociedades, como elas mantinham a coesão social.

De acordo com Agnew (1997). Ao mesmo tempo que Durkheim salienta a importância da atividade econômica nas sociedades industriais, afirma que os elementos que compõem a atividade econômica estão desprovidos de todo o caráter moral. A atividade econômica é então amplamente livre de qualquer regulação, incluindo regulações pela religião, governo e grupos ocupacionais. Em sua discussão da esfera econômica, Durkheim sugere que as aspirações exaltadas não somente são um resultado da ausência de restrição social, mas são positivamente encorajadas no sujeito.

Durkheim (1894/2004) considera que todas as sociedades colocam limites sobre as metas que os indivíduos possuem. Esses limites são especificados de forma que os indivíduos tenham uma razoável chance de atingir suas metas. Os indivíduos com maiores recursos têm metas mais elevadas. Os limites fazem com que as pessoas se contentem com suas realizações, embora sejam estimuladas a busca de novas metas.

Sob certas condições, entretanto, as sociedades podem perder a habilidade para regular as metas individuais. Quando isso ocorre, as metas se tornam inatingíveis, justamente, porque os indivíduos são incapazes de

controlar-se na busca de uma auto-realização de suas metas. As pessoas restringirão seus desejos somente em resposta a um limite que elas reconheçam como justo um limite que venha de uma autoridade ou instituição a qual elas respeitem, de forma imperativa (Agnew, 1997).

Para Durkheim (1894/2004), a anomia ocorreria devido a complexidade progressiva das estruturas organizacionais das indústrias, que faz com que novas oportunidades surjam e exige dos trabalhadores maior e melhor qualificação; esta por sua vez, produziria uma enorme diferença social entre os sujeitos das sociedades industriais, provocando conflitos na constituição da moralidade profissional e humana, devido aos processos de competição, ganância capaz de levar o indivíduo a romper com os valores humanos, tornando-se alienando.

No livro sobre *o Suicídio* que Durkheim (1897/2000) descreve diversas situações em que as sociedades são incapazes de regular as metas individuais adequadamente. Uma situação ocorreria durante períodos de crise econômica: muitos indivíduos são repentinamente deslocados para um estado mais baixo do que aquele em que se encontravam, devendo, conseqüentemente, reduzir seus desejos. Uma segunda situação, se daria em períodos de crescimento econômico. Em tais períodos, os padrões através dos quais as metas foram reguladas, se tornam obsoletos, exigindo um novo padrão o qual estaria alicerçado no abrupto crescimento do poder e da riqueza. Uma terceira situação referia-se a incapacidade da sociedade em regular as metas individuais ao ponto de fazer com que a anomia se torne um estado crônico.

A teoria da anomia, tal como proposta por Durkheim, tem como base principal a concepção de que existe uma falha da sociedade no sentido de limitar as metas individuais adequadamente e de que existe uma falha no

exercício de uma ação moral capaz de regular as necessidades e paixões dos indivíduos; os critérios que controlam a ambição e egoísmo se dissolvem, os valores e as normas já não têm força para integrar os sujeitos à uma consciência coletiva e posteriormente a consciência individual determinante da orientação das escolhas e da ação solidária, torna-se inexistente.

De forma geral, Durkheim (1897/2000; 1894/2004) estabelece uma reciprocidade entre a organização da sociedade e a forma como ela influencia a vida dos indivíduos. Seus postulados referentes a educação moral foram relevantes para que se compreendesse como a sociedade se encarrega da integração dos indivíduos que dela fazem parte e da regulação das condutas destes, a partir do estabelecimento de normas sociais.

Durkheim (1925/2008) propõem para por fim a anomia a educação moral do indivíduo. A educação moral seria capaz de conduzir a pessoa, a conter suas irregularidades e instintos a partir do reconhecimento e aceitação do limites das normas sociais expressas. O foco na moral pode ser encontrado nas obras de Durkheim em geral, mas, especificamente, ele publicou sobre tema em seu livro *A Educação Moral*.

Para Durkheim (1925/2008), a moral é um fato social susceptível a observação e mensuração. O ponto central da moral encontra-se na necessidade solidariedade, da ordem e da harmonia e, por conseqüências, pois o contrário, a sociedade perderia seu sentido, como também, a função para a qual ela existe. Assim, ele estabelece que a moral como fato deverá ser tratada como *uma obrigação e um dever*, que fornece conteúdo, sentido e forma para o agir moral.

De acordo com Durkheim (1925/2008), a moral é então compreendida como um conjunto de regras externas, as quais, de forma imperativa,

determinam a conduta da pessoa no cerne do corpo coletivo. Ela é responsável por firmar e conduzir as ações dos homens, impondo deveres estabelecidos por uma determinada autoridade que deverá ser reconhecida como legítima pela pessoa que obedece.

É com base na determinação e regularização dos comportamentos, que a moral obtém êxito como critério de disciplina dos limites necessários para controlar os desejos das pessoas. Essa disciplina, não seria algo simples, que apenas colocaria a pessoa no seu devido lugar em relação ao cumprimento da norma, mas, a disciplina teria a função de utilidade social: organizar a vida coletiva nos mais variados espaços sociais e individuais dos sujeitos (escola, profissão, atividade doméstica, etc.). A disciplina evita que o sujeito entre em conflito ou se desespere, pois tudo o que ele faz, de forma disciplinada terá um sentido, um objetivo principal a ser alcançado (Durkheim, 1925/2008).

Durkheim estabelece que a educação e a moral são elementos complementares, pois a primeira tem papel primordial para formar e orientar o sujeito para seu auto-domínio, moderação e limite das paixões. Essa condição dever ser ensinada (pelos pais, professores, entre outros) e apreendida e pela pessoa desde sua tenra idade a fim de chegar a adultez feliz (Durkheim, 1925/2008).

2.2. A teoria da anomia: A perspectiva de Robert Merton.

De acordo com Cohen (1966), enquanto o interesse de Durkheim foi dirigido às consequências da anomia na base da economia das sociedades industrializadas e a coesão social; Merton se preocupou, especificamente, em compreender a influência da anomia no comportamento desviante. Isso só ocorreu quarenta e um anos depois da publicação da primeira edição do *Suicídio* escrita por Durkheim com a publicação da obra *Estrutura Social e Anomia* de Robert Merton.

Merton inicia sua teoria argumentando que as sociedades diferem com respeito à ênfase dada às metas e a legitimidade das normas, que governam o alcance das metas pretendidas pelos sujeitos (Agnew, 1997). A anomia seria o resultado de uma separação entre as metas culturalmente prescritas e meios socialmente institucionalizados para alcançar essas metas Merton (1938/2002). Portanto, a anomia relacionaria-se a uma condição sócio-estrutural e não à característica dos indivíduos (Menard, 1997).

Segundo Agnew (1997), considerando a situação particular dos Estados Unidos, Merton argumentava que existe um desequilíbrio entre metas e normas. O sistema cultural encoraja todos os indivíduos, ricos e pobres, a colocar uma ênfase relativamente alta sobre metas de sucesso monetário e lutar por amplas somas de dinheiro. Ao mesmo tempo, existe uma ênfase relativamente reduzida sobre as normas legítimas para atingir essas metas. Isto é, a prosperidade material é a que importa ser alcançada.

Especificamente, o ponto principal da teoria de Merton se situa em um nível macro em que os indivíduos, produtos de um amplo sistema social e cultural, buscam atender os seguintes objetivos: alto valor na meta de sucesso, altas aspirações para esse sucesso; a não adesão a normas legítimas como

fonte de status, pois, o sucesso monetário, somente será possível, através de canais ilegítimos (Agnew, 1997).

De acordo com Cohen (1997), na visão de Merton, inicialmente, existem as metas culturais (os desejos ou aspirações que são ensinadas aos homens em função da cultura a que pertencem), primeiro aspecto da estrutura cultural; segundo, existem as normas que prescrevem os meios que os homens podem legitimamente empregar para atingir essas metas, segundo aspecto da estrutura cultural; e terceiro, existe uma real distribuição das facilidades e oportunidades para atingir as metas culturais de uma maneira compatível com as normas, distribuição esta que se refere aos meios institucionalizados; terceiro, as condições objetivas para a ação, aspecto da estrutura social.

A anomia, assim, pode envolver o reconhecimento da falta de meios culturalmente aprovados para alcançar as metas culturalmente prescritas ou o entendimento de que os meios culturalmente aprovados aos quais o indivíduo tem acesso não serão efetivos para atingir as metas de sucesso (Menard, 1997). Uma possibilidade considerada na teoria de Merton, de acordo Vaughan (1997) é que uma vez em competição, os atores têm igual acesso às metas; mas aqueles da classe mais favorecidas sócio-economicamente, são os que têm os legítimos meios (ou estruturas de oportunidade, geralmente definida empiricamente como educação e emprego) e alcançarão, de forma mais rápida, os mesmos objetivos na competição do que os das classes favorecidas.

Um outro ponto a ser considerado, destacado, ainda refletido por Vaughan (1997), é que o alcance das metas não significa que a competição por recursos escassos, necessariamente, findou. Tendo atingido uma meta desejada, logo em seguida, o indivíduo estabelece uma nova.

Também, quando em condição de fracasso, o competidor é ameaçado com a perda da competição e um dos resultados possíveis é uma nova competição. Além disso, a cada posição no sistema de estratificação, os recursos que representam o sucesso podem ser escassos, de forma que os atores sociais devem competir para elevar seus status, mantê-los ou prevenir uma trajetória descendente de uma forma constante.

Merton (1938/2002) considera, então, que o estado de anomia é vivenciado pelo indivíduo quando existe uma discrepância entre metas e meios sociais. É nesse sentido que ele faz uma análise às formas de adaptação do indivíduo à sociedade:

	metas	meios disponíveis
Conformidade	+	+
Inovação	+	-
Ritualismo	-	+
Retraimento	-	-
Rebelião	substituição	substituição

A conformidade refere-se a uma perfeita adaptação do indivíduo à sociedade em que vive. Trata-se de uma situação na qual o indivíduo percebe a sociedade como um lugar seguro, com seu funcionamento adequado. Logo, a situação de conformidade não indica um estado de anomia por parte do indivíduo. De uma maneira geral, parece adequado considerar a existência, na sociedade brasileira, de um esforço para que o indivíduo se conforme às normas sociais.

A inovação refere-se ao desenvolvimento de estratégias por parte dos indivíduos para o alcance das metas socialmente estabelecidas, uma vez que

os meios socialmente aceitos são percebidos como ineficientes. A inovação vem sendo bastante observada em nossa sociedade; por exemplo o crescimento da atividade informal como forma de sustento, a produção e venda de CD e DVD piratas, os motoristas de carros alternativos com usuários de todas as classes sociais.

Ainda que seja tentador situar a discussão sobre a inovação somente em relação às formas tanto positivas quanto criativas de um indivíduo buscar atingir suas metas, existem também casos em que a inovação segue um caminho menos virtuoso, muitas vezes chegando a caracterizar o comportamento criminoso.

Esse rumo seguido pelo inovador é descrito na literatura como desviância. Nikos Passas (1990; 2000), criminologista americano, tem dedicado anos de estudos sobre comportamentos desviantes, os quais podem ser encontrados em diferentes níveis profissionais, se estendendo desde casos em que um trabalhador leva para casa equipamento ou utensílios de seu local de trabalho, até casos de crimes praticados na alta administração pública. Esses casos aparecem ricamente ilustrados na recente história brasileira, bem como, a antiga.

Os problemas de desviância no país, vem desde tempos do Brasil colônia. Bueno (2006) afirma que a Lei e ordem nesse período, especificamente, a partir de 1540 já tinha característica totalmente anômicas: o dinheiro da Coroa Portuguesa destinado a construção de Salvador e São Paulo para o pagamento dos trabalhadores, não chegava, e quando vinha era bem menos do que a quantia que saiu de Portugal, eram usados para a obtenção de favores pessoais, clientelismo, etc. Inclusive, não época da colônia já existia o nepotismo entre os donatários, assim como, corrupção e desordem social

(entre a realeza, a Igreja e os comerciantes) era o mais comum e que quando não aceitassem ou denunciassem pagavam com o ostracismo ou com a morte.

Quanto ao ritualismo retrata a situação na qual o indivíduo tem fortemente internalizados os meios socialmente prescritos. Um exemplo claro de tal situação, é apresentado por Aguiar (2003) é a valorização que ainda existe em relação ao curso superior, mesmo com o número alarmante de desempregados graduados nas mais diferentes áreas e mesmo com a constatação de que muitos formandos não retornam à universidade após sua formação, nem mesmo para pegar o diploma, observa-se, assim, uma cisão entre o que é obter um diploma e o que é ser um profissional. Em outras palavras, o estudo, como ferramenta para o alcance de metas pessoais, apesar de continuar valorizado, passa a ser visto sob o aspecto relacionado ao meio socialmente prescrito, não mais direcionado a meta, ao menos para grande parte da população.

Na situação de retraimento, tanto as metas quanto os meios são rejeitados. É interessante observar que essa rejeição ocorre de forma passiva, ou seja, o indivíduo volta-se para si mesmo, tendo como objetivo a simples subsistência. O uso abusivo de drogas poderia exemplificar tal situação, principalmente, as lícitas.

A rebelião também caracteriza uma situação em que tanto as metas quanto os meios são rejeitados. Porém, ela não ocorre de forma passiva, uma vez que existe esforço no estabelecimento de novas metas e meios. Novamente, considera-se que a situação de rebelião caracteriza adequadamente a situação de vários setores na sociedade.

No Brasil podem ser observados diversos movimentos sociais, com o objetivo claro de modificação da trajetória de desenvolvimento do país. Um

outro exemplo, agora a nível mundial, são as recentes manifestações de oposição à globalização, às roupas com peles de animais em extinção, a emissão de gás carbono, etc. O objetivo é que tanto as metas quanto os meios sejam modificados.

Dois pontos merecem destaque diante das formas de adaptação do homem à sociedade, tal como apontadas por Merton (1938/2002). O primeiro refere-se ao fato de que podem ser observadas combinações dos posicionamentos apresentados, implicando em que se considere que a sociedade é composta por diversas partes, um indivíduo pode manifestar inovação em determinado setor, enquanto que em outros pode claramente ter um comportamento de retraimento.

Em outros casos, o comportamento de rebelião seria alternado com fases de retraimento ou mesmo ritualismo. Um outro ponto a ser destacado refere-se à presença de todos os posicionamentos, em menor ou maior intensidade, nas sociedades atuais.

Na visão mertoniana, a percepção da modificação social pode conduzir a um estado de anomia, não devido a sua qualidade, mas, a quantidade. Isto é, uma modificação social entendida como negativa pode levar a estados de anomia. Mudanças positivas, se ocorridas de forma brusca, da mesma forma, poderão dar origem a estados anômicos.

De acordo com Sigelmann (1981), em situações de mudanças bruscas, ainda que positivas, dois tipos de respostas podem ser observadas: “as pessoas podem, em certas circunstâncias, entrar num estado de euforia e desperdício do seu ganho, como acontece com os chamados novos ricos e as súbitas promoções. Estes, podem também reagir com profunda depressão, quando percebem, desiludidos, que ao alcançarem a meta, o almejado estado

de repouso estável deslocou-se para outro degrau da interminável escada do sucesso.

Ao analisar a anomia desenvolvida a partir da mudança social, ainda que em um sentido teoricamente positivo, Merton (1938/2002) parece mais uma vez enfatizar o caráter competitivo da sociedade. Uma vez que os recursos não sejam percebidos como escassos, não há sentido nenhum em competir, conseqüentemente, a importância das metas de obtenção de tais recursos são desvalorizadas.

A análise da teoria da anomia proposta por Durkheim e por Merton revela algumas diferenças. De acordo com Agnew e Passas (1997), Durkheim tem como foco principal a regulação das metas individuais, argumentando que a sociedade pode falhar em fixar limites adequados às metas que os indivíduos possuem. No caso da esfera econômica, a sociedade pode encorajar os indivíduos a possuir metas que seriam difíceis de serem atingidas. Merton (1938/2002), por outro lado, argumenta que a sociedade pode encorajar os indivíduos a possuírem metas elevadas, embora a natureza precisa dessas metas não seja claramente descrita.

Por vezes isso soa como se Merton estivesse falando sobre metas que são inatingíveis ou que a cada vez que uma seja atingida, desdobram-se outras metas mais elevadas. Em outras vezes, sua argumentação parece indicar que ele de fato se refere a metas elevadas, mas que podem ser alcançadas pelo cidadão de status médio. Assim, tanto Merton quanto Durkheim enfatizam principalmente a ruptura da regulação social, sendo que Merton considera que a anomia se refere às normas regulando a realização de metas, enquanto que para Durkheim, ela se refere as normas regulando o estabelecimento das próprias metas

De acordo com Passas (2000), tanto Durkheim quanto Merton têm enfatizado como altas taxas de desvio da conduta socialmente desejada podem ser esperadas quando as expectativas sociais estão fora de equilíbrio com as oportunidades realísticas de alcançar as metas que se quer.

De forma geral, Silgemann (1981), afirma que Merton simplificou em demasia a complexidade entre meios e fins e sua interrelação com a sociedade, quando se considerou o desvio como resultados de adaptações individuais sem levar em conta processo grupais, quando se considerou a estrutura social como fonte variável de pressões e tensões diferenciadas de desvio de condutas, gerando com isso, o desenvolvimento da teoria da anomia.

De uma maneira geral, a anomia trata-se de um fenômeno existente em diferentes sociedades, podendo ser explicada em cada uma delas por questões específicas. O impacto de forças de mudança sobre as estruturas sociais existentes tem sido um importante estímulo para estudos relacionados ao tema da anomia e para a modificação do enfoque que vem sendo dado: a anomia, que tradicionalmente vinha sendo considerada através de um sistema pessoal e de um sistema social, passa a ser considerada a partir de uma ótica mundial, permitido discutí-la no contexto da globalização (Gransow & Western, 1999a).

2.3. A anomia social e atitude anômica.

Tanto Durkheim quanto Merton consideram a anomia em um nível social, com claras repercussões no nível pessoal. Apesar de Merton diferenciar dois tipos de anomia: uma que enfatiza o ambiente social e outra, que se refere ao indivíduo; ambas serão tratadas nesta tese, da seguinte forma: a primeira como anomia social e a segunda como atitude anômica.

Acredita-se que essas duas formas de anomia estejam interrelacionadas, seguindo a mesma direção proposta por Merton (1938/2002); mas, julga-se que a atitude anômica não consista no crime, ela pode consistir na manifestação de comportamentos ilegítimos para alcançar o objetivo desejado, como a esperteza, a dissimulação ou o oportunismo das pessoas. Acredita-se, também, que quando aumenta o grau de anomia social, aumenta a falta de acordo das pessoas com as normas socialmente aceitas, aumentando assim, a conduta desviante (Velho, 1985).

Neste caso, a anomia descreve um estado de ausência de orientação normativa e moral, sendo um fenômeno que acompanha o processo de modernização. Uma comunidade ou pessoa pode lidar com a mudança social na extensão em que possua uma estrutura interpretativa que permita dar significado a realidade continuamente em mudança (Schmid, 1999).

É interessante observar que situações extremas da estrutura social podem dar origem a situações anômicas, uma vez que, sendo as regras sociais muito dominantes ou muito frouxas, os valores e as normas se tornam sem significado e não mais servem para guiar a ação (Atteslander, 1999).

A dissonância entre o desenvolvimento e formas que impedem a anomia gera uma tensão entre as normas culturais e a estrutura social. A dissonância ou desigualdade mostram graus de gravidade e dependem da

flexibilidade e abertura da estrutura social. Mas, flexibilidade e abertura não são suficientes para explicar a extensão e natureza da tensão anômica, a forma como os atores sociais vêem mais benefícios na mudança das estruturas normativas ou na manutenção delas também será importante (Schmid, 1999).

Como o desenvolvimento e o fenômeno de anomia estão acompanhados um do outro, os indicadores de anomia não serão encontrados ou testemunhados separadamente dos indicadores de desenvolvimento geral e de acordo com Schmid (1999), é possível destacar alguns desses indicadores: Nível de transição da constituição tradicional dos sistemas e o poder das elites para modernos sistemas competitivos; graus de convicção tradicional subjacentes às crenças e à religião; desenvolvimento populacional (crescimento, densidade, urbanização, migração internacional); fase de industrialização; nível de transição do setor agrário para o industrial; grau de formalização de constituições e regulações; grau de burocratização; grau de centralização; formas de relações sociais (estruturas familiares, papel da mulher, educação).

Apesar da discussão até aqui realizada sobre a anomia parecer enfatizar o fenômeno como algo negativo, a anomia também pode ser definida como uma característica positiva, por imprimir à realidade um aspecto dinâmico, dando origem a formas mais elaboradas de organização social.

De modo geral, a anomia, tem sido considerada uma enfermidade peculiar do homem moderno, entretanto ela deve ser aceita como normal, como uma marca de distinção moral, que se reflete sendo perpetuamente porque é da natureza humana estar eternamente insatisfeito. Assim, o estágio de desintegração é entendido como um “caos produtivo” na jornada para uma forma de organização social mais elaborada. Nesse estágio transitório, quase

anômico, a sociedade está por alcançar sua chance darwiniana para melhores condições de sobrevivência. Em outras palavras, a anomia pode ser o resultado natural do desenvolvimento de uma dada sociedade (Holley, 2000; Schmid, 1999).

Especificamente, a anomia como se entende, é caracterizada em termos de uma desorganização ou desordem, que idealmente gera uma nova organização e ordem num nível social mais alto.

Mas, nem sempre se está preparado para confrontar-se com um curso apropriado do desenvolvimento e ter em mãos uma solução escondida para a anomia que o desenvolvimento, temporariamente, produziu, apesar de que todo esforço deve ser envidado no sentido de impedir a situação de anomia. Neste sentido, parece adequado considerar que a anomia deve ser analisada em termos de graus. Uma completa ausência de anomia, ou grau zero, significaria uma sociedade estática, rígida, na qual todas as normas são seguidas com o máximo rigor. Um grau elevadíssimo de anomia, por outro lado, indicaria uma completa ineficiência das normas sociais, um estado caótico.

Junto com os graus de anomia, é necessário estar consciente do fato de que ela pode ocorrer em diferentes níveis da sociedade como um todo, assim como entre os diferentes subsistemas ao qual o indivíduo pertence. Devido a complexidade da vida contemporânea, os membros de um subsistema podem ser numerosos e múltiplos. Em um moderno sistema um indivíduo pode possuir uma variedade de status e tem de internalizar diferentes valores. Em períodos relativamente estáveis essa situação não dará origem a qualquer tensão e a anomia não irá ocorrer.

As tensões entre metas culturalmente prescritas e meios estruturalmente disponíveis para atingi-las podem existir, mas elas são minimizadas quando a ordem normativa e as hierarquias sociais retêm sua legitimidade e são compartilhadas pelos membros da sociedade (família, economia, povoado) (Schmid, 1999). Essa condição, inibiria um estado de anomia mais severo, principalmente, quando as tensões anômicas se tornam endêmicas dentro de um número de subsistemas de um amplo sistema social. Quanto mais as tensões anômicas entre os subsistemas aumentam, mais rápido será a emergência de um completo estado de anomia. Sob tais circunstâncias, é comum o direcionamento para restabelecer a vida social, até com o uso de formas brutais (Schmid, 1999).

Considerando-se que a tendência de transformações na sociedade atual tem sido direcionada principalmente por aspectos econômicos, há a necessidade de que as regras sociais possibilitem à liberdade individual de forma a que as pessoas melhor se adequem às mudanças. Nestes termos, a socialização para um desenvolvimento moral dos jovens em diferentes grupos sociais, principalmente, quanto ao respeito pelo outro, justiça e as regras sociais destinadas a convivência e civilidade poderão, não somente inibir atitudes anômicas, mas também, condutas desviantes.

Em um crescente número de casos, principalmente entre os jovens, verifica-se uma trajetória de desenvolvimento que é regularmente bloqueada pelo fenômeno da anomia, a qual mostra por sinais de perda de confiança na vida e no comportamento social (Schmid, 1999). É nesse sentido que Atteslander (1999) fala do risco da atomização, ou seja, um estado tal que o indivíduo se vê como a entidade básica dentro da sociedade, pondo fim a qualquer forma de tentativa de organização grupal.

O risco de atomização da sociedade deve ser considerado como uma possibilidade real, principalmente em sociedades nas quais o índice de anomia é elevado de forma a fazer com que os valores comuns não sejam mais identificados. Atualmente, Bulgária, Ásia, África, Rússia, México e muitos outros países com baixo desenvolvimento correm esse risco (Atteslander, Gransow & Western, 1999; Girola, 2005; Krivosheyev, 2004).

Se as oportunidades bloqueadas resultam em comportamento desviantes no nível individual ou não, depende de se o indivíduo rejeitar as metas culturalmente prescritas ou se rejeita os constrangimentos relativos aos meios culturalmente aprovados para atingir tais metas (Menard, 1997). Passas (1997) argumenta que para o comportamento desviante ocorrer é essencial que as pessoas percebam a situação como um todo como problemática.

Assim, não existe um determinismo para o surgimento de condutas ilegais por parte do indivíduo. Esse é um ponto de crítica dos criminologistas, que estão freqüentemente descontentes com a teoria da anomia pela falta de especificidade e de explicação da razão pela qual nem todos aqueles expostos aos mesmos problemas respondem da mesma maneira.

Se a anomia, como condição da estrutura social, leva o indivíduo a cometer crimes, depende de como o indivíduo responde à condição de anomia. De acordo com Menard (1997), os efeitos da anomia são mais prováveis de serem sentidos entre os indivíduos de classes mais baixas que internalizaram as metas de sucesso culturalmente prescritas e veiculadas nos meios de comunicação de massa).

Entre os fatores que parecem contribuir para o comportamento desviante nas sociedades capitalistas, existem fatores internos, com a propensão para o consumo irresponsável e exigência de uma contínua

modernização dada pela emergência de novas tecnologias assim como uma mudança demográfica. E fatores externos, como a economia mundial, a pressão de imigração e a etnificação (Downes & Rock, 1998).

Assim, uma mesma situação pode ser percebida de forma diferente em duas culturas, conduzindo ao desenvolvimento da anomia numa cultura enquanto na outra a situação é vista como socialmente estruturada (Atteslander, 1993). No presente estudo a anomia é entendida como um fenômeno psicológico, relacionado a percepção das mudanças sociais vivenciado por indivíduos de diferentes grupos dentro da sociedade e relacionada a uma anomia mais ampla – a social.

Levando em consideração essas reflexões, observar-se nas informações da mídia e em debates científicos, uma quantidade de atos juvenis que parecem caracterizar, não somente a quebra da norma socialmente desejável apontando para as condutas desviantes, mas também, para a ineficiência e diluição dos valores e para ineficiência das instituições norteadoras de condutas normativas. Com isso, julga-se que a quebra da regra social, explícita ou implícita, realizada por jovens, não pode mais ser pensada como existindo em um vazio, mas sim, ocorrendo tanto no nível psicológico e social quanto no psicossocial.

Encontram-se jovens nos quais as suas condutas de rupturas sociais são consideradas como uma etapa do seu desenvolvimento juvenil. Mas, elas contribuem para uma mudança política significativa para eles e para a sociedade?

2.4. A mensuração da anomia: A proposta brasileira.

Desde o estudo de Durkheim e Merton, buscou-se avaliar o nível de anomia existente na sociedade, porém, não são muitos os instrumentos que avaliam anomia, até porque, muitos estudiosos desse tema são sociólogos, pouco interessado na construção de um instrumento que viesse a mensurar a anomia, tomando como orientação teórico o comportamento.

Para Venegas (2007), a anomia é concebida, em termos subjetivos, em como o indivíduo percebe seu ambiente social. Porém, segundo esse autor, é David Riesman aponta para a necessidade de se estudar este tema na contemporaneidade, pois a interdependência entre o caráter individual do sujeito e as exigências da sociedade sobre eles conduz a uma tipologia atitudinal de pessoas adaptadas, anômicas e autônomas, nos quais a concepção da anomia poderia ser inserida.

Afinal, para Venegas (2007), com base em Riesman, as pessoas em toda a sociedade, mesmo que não venham aspirar o poder, elas, pelo menos, procuram se adaptar as normas e regras sociais com o objetivo de realizar o que almejam alcançar social e economicamente em suas vidas, mesmo com as dificuldades existentes. Caso contrário, elas seriam pessoas anômicas, isto é, inadaptadas ao sistema social, vindo a romper com as normas de condutas na sociedade em que vive.

Mc Iver (1950), revisou o conceito subjetivo da anomia passando a concebe-la como uma enfermidade do homem democrático, a qual, torna-se mais aguda em períodos de conflitos no sistema social, político e econômico de uma sociedade. Desta maneira, atribui a anomia a falta de sentido da pessoa em sentir-se como parte da sociedade, isto é, trata-se de um estado de ânimo do indivíduo que tem seu fundamento na debilidade moral da sociedade,

influenciando uma desconectividade com seus grupos tradicionais de controle da conduta social e a obrigação com as normas socialmente aceitas, agindo simplesmente, pelos seus impulsos e vontade própria não incomodando-se com as conseqüências de seus atos. Para esse autor, o indivíduo anômico não teria perspectiva de futuro e agiria de forma intensional e sem juízo moral.

De acordo com Rodríguez (2006), inúmeros são os autores que atribuíam a anomia um estado mental em termos da falta de sentido, identidade e pertença na dinâmica indivíduo-sociedade, porém, foi Srole (1956) que desenvolveu uma escala capaz de avaliar, empiricamente, essa dimensão psicológica.

Na tentativa de compreender a anomia como fenômeno psicológico, Srole (1956) referiu-se a este problema como alienação interpessoal, uma espécie de perturbação mental que dificultaria a pessoa para a ação normativa legal e convencional em seu meio social, gerando a sensação entre pólos contínuos de submissão, distância e alienação eu-outros.

Para avaliar a anomia, de acordo com a compreensão do autor, ele desenvolveu uma escala composta por cinco itens, tipo Likert que variava de 1 = Descordo a 4 = Concordo, nesta, o indivíduo deveria responder o quanto se sentem em relação a sociedade. Esta tinha como objetivo mensurar o grau de anomia da pessoa, isto é, o quanto ela sente que falta de integração, molecular, na interação interpessoal e seus grupos de referência.

A pessoa consideraria os seguintes elementos para sua avaliação: a percepção dos líderes frente as necessidades dos membros do grupo, a percepção da insatisfação e de desorganização com respeito a sociedade, a percepção sobre a capacidade para cumprir os objetivos individuais; a sensação de futilidade e o sentimento com respeito ao companheiro.

Em semelhante direção conceitual a que propôs Srole, Rosenberg (1956) desenvolve uma escala, também de tipo likert, sobre misantropia política e social. Diferente do foco psicológico de Srole, a escala de Rosenberg pretendia avaliar, atitudinalmente, a percepção de confiança que as pessoas tinha referente ao relacionamento interpessoal, atitudes e práticas políticas aversão.

Com a sequência dos estudos, o autor percebeu que as pessoas respondiam os itens focando na percepção de isolamento social, o que levou a alteração do título da escala para escala de isolamento social (embora, tivesse interesse em avaliar a anomia). A escala de isolamento social, respondida numa escala do tipo likert com extremos em que a pessoa atribuída ter confiança ou não nas questões relacionadas as decisões políticas, o sistema social e as pessoas do seu entorno urbano em termos de perceberem-se sozinhas frente a essas decisões.

McClosky e Scharr (1965), defendiam a anomia em torno da percepção do mundo social como averso a normatividade do comportamento social que permita ao sujeito um desenvolvimento adequado das subjetividades individuais. McClosky e Scharr (1965) concebiam a existência de uma anomia psicológica, tendo-a como uma atitude ou estado mental de debilidade da capacidade de coesão do sujeito. Isto é, um agrupamento de atitudes, convicções e sentimentos nas mentes das pessoas, originado da condição sócio-cultural geradora de comportamentos específicos do sujeito na sociedade. Diante dessa falta de agrupamento, segundo esses autores, o sujeito tem um sentimento de que o mundo e ele mesmo são vagos, destituídos de sentido, de falta de regras claras e de alicerces estáveis.

O sujeito encontra-se numa vacuidade moral, não sendo capaz de agir de forma socialmente desejável, já que atender seus próprios objetivos e suas metas é o que mais importa, mesmo que para isto seja preciso desviar-se socialmente, somente sendo capaz de regular seus comportamentos, a partir de restrições sociais, ao examinar as influências que lhe pressionam a violar os códigos e normas sociais que devem ser cumpridas.

Segundo McClosky e Scharr (1965) a anomia deverá ser identificada através dos fatores cognitivos, emocionais e sociais, os quais, negligenciados pela sociologia no estudo da anomia. Diante dessa concepção, os autores construíram uma escala com nove itens, que devem ser respondidos numa do tipo likert, com extremos concordo e discordo, onde as altas pontuações implicam alta pontuação de anomia. Assim, esses autores, desenvolveram uma escala com nove itens, que deveria ser respondido numa escala tipo Likert, com os extremos 1 = Discorda a 5 = Concorda, na qual uma maior pontuação na escala indicaria maior anomia nos indivíduos.

Aceituno (1989; Aceituno, Asún, Ruiz, Reinoso, Venegas & Corbalán, 2009) tomam como referência as cinco dimensões indicadas por Srole (1957) atribuídas ao fenômeno anômico, porém, utiliza apenas quatro delas para avaliar a percepção anômica. Esses autores, então, desenvolvem 20 afirmativas, as quais, distribuídas em quatro dimensões: exclusão (percepção de indiferença das autoridades ou da comunidade em relação as necessidades do indivíduo); incerteza (percepção de que a ordem social se encontra desorganizada e que ela essencial para a sociedade); degradação (sentimento de retrocesso frente aos objetivos anteriormente propostos e considerados realizáveis) e estranhamento (percepção de que o entorno social tem sido

agressivo e hostil). Estas, por sua vez, deveriam ser respondidas numa escala do tipo Likert, de três pontos: 1= Concorda, 2 = Não sabe e 3 = Discorda.

Na década de 90, Travis (1993), a partir da concepção de Srole, elabora uma escala – alternativa – para avaliar a anomia: Escala de sentimento de estar à margem da sociedade (MOS - Margins of Society Scale). Segundo esse autor, a proposta de Srole é muito abrangente em termos conceituais para se avaliar a anomia com amostras mais diversificadas e de subculturas.

Travis (1993), então, toma como referência a teoria da alienação (especificamente, do isolamento social) e da anomia e elabora uma escala de sentimento de estar à margem da sociedade a fim de avaliar o quanto as pessoas sentem sofrerem uma exclusão social. Esta escala é composta por sete itens respondido numa escala do tipo Likert, com extremos, 0 = Discordo totalmente a 5 = Concordo totalmente.

Na década de 90, Rosenberg e Mesmer (1996; Mesmer & Rosenberg, 1994), desenvolvem a teoria da anomia institucional; mesmo sendo uma perspectiva analítica da avaliação do estado anômico, estes autores, tomam como direção a releitura da obra de Merton, em que a cultura americana dá uma ênfase desproporcional entre objetivos e metas para o sucesso, existindo contradições, as quais, implícitas no sistema de valores dominante nos Estados Unidos que pressionam as pessoas a empregar os meios disponíveis, mesmo que ilegais, para atingir o que se quer, principalmente no que se refere a ascensão econômica e social.

Desta maneira, para Rosenber e Mesmer (1996), o problema entre a expansão de oportunidades econômicas e estrutural social ao invés de diminuir o nível de anomia na sociedade, poderá intensificar as pressões culturais para o uso ilegal dos meios para atingir o sucesso. Não basta somente eliminar as

oportunidades ilegítimas para diminuir o desvio social, mas, dar maior poder de controle e reconhecimento às principais instituições sociais (por exemplo, Igreja, Família, Escola, etc.), as quais, devido a pressão para o sucesso, especialmente, o sucesso econômico e social (nos EUA, visto como o 'sonho americano') pode até ser fomentado por essas instituições a condição para o desvio.

Com isso, de acordo com esses autores, na medida em que essas instituições sociais sejam subservientes a estrutura econômica e social, não será capaz de desenvolver uma auto-estima, auto-realização e uma conduta socialmente aceitável, gerando assim, um baixo controle e confiança nestas instituições, conseqüentemente, um aumento na conduta desviante juvenil. Desta maneira, Rosenberg e Mesmer (1996) avalia tanto o poder da família e da escola na formação dos jovens em seu entorno com o objetivo ao sucesso, quanto poder de instituições políticas e sua relação com os crimes da alcova (por exemplo, crime do colarinho branco).

Sendo assim, a anomia, segundo esses autores, deve ser considerada fazendo parte de um círculo de interdependência, sendo adequado falar tanto da sociedade quanto do indivíduo; a relação entre ambos ocorre através de um processo de adaptação mútua e de socialização referente à assimilações sócio-cognitivas das mudanças estruturais e sociais vigentes, que afetam tanto a relação inter quanto intra-individual. De forma geral, a expansão e controle das oportunidades influenciará a redução das taxas de desvio, se somente se, fortalecerem as principais instituições sociais em termos de uma formação ética e humana (Chamlin & Cochran, 1995; Maume & Lee, 2003).

Em uma direção semelhante as concepções dos autores supracitados, porém, tendo como referência o poder das instituições na conduta anômica de

adolescentes, Bjarnason (1999), desenvolveu um inventário com objetivo de avaliar a percepção da coesão social em adolescentes em que contemplava itens sobre o apoio e envolvimento familiar, participação e envolvimento religioso, de exterioridade e constrangimento na quebra de uma norma social, podendo ser respondido numa escala do tipo likert, com os extremos discordo totalmente a concordo totalmente.

De acordo com Bjarnason (1999) a escala apresentou os indicadores psicométricos que estiveram de acordo com o exigido na literatura, tanto para amostra geral, quanto para amostra separada de homens e mulheres. Segundo esse autor, esta escala sustenta a concepção durkheimiana de intergração social a partir do envolvimento com instituições como família e religião capaz de tanto inibir a externalização de comportamentos que tangenciam as normas sociais quanto ser relevante no *continuum* moral com objetivo da harmonia social.

No que diz respeito à microanomia, Konty (2005) se inspirou no conceito de Durkheim de desregulação em relação ao grupo social e no de Merton quanto auto-direção dos valores e sua associação entre os objetivos e os meios para alcançar o sucesso. Desta forma, Konty referiu-se a anomia a um estado cognitivo no qual o indivíduo não é regulado por crenças, normas, valores e atitudes, capaz de influenciar o sujeito um comportamento alinhado menos ao social e as suas exigências e mais aos próprios interesses, conduzindo este, às condutas tangenciadoras das normas sociais. Para Konty (2005), a microanomia é originada na anomia social e é reconhecida na manifestação de um comportamento anti-convencional, no qual o sujeito anômico envolve-se em estados afetivos de frustração, medo e raiva faltando-lhe o controle de sua conduta.

Esse autor não utilizou nenhuma escala específica para avaliar anomia, ele partiu da direção teoria de Durkheim e Merton em relação a orientação dos valores; com a escala de valores de Schwartz, hipotetizou que a existência da microanomia se devia a diferença entre os valores de *autopromoção* e os valores de *autotrancedência*. Seria calculado, subtraindo o fator de pontuação *autotrancedência* a partir da pontuação fator *autopromoção*. A maior pontuação indica um maior nível de microanomie.

A partir dos estudos de Durkheim e Merton sobre anomia, diversos trabalhos foram desenvolvidos com o objetivo de operacionalizar seu conceito e sua mensuração. Por um lado, procurava-se estabelecer uma micro-análise sobre a anomia concebendo-a como estado mental em termos de um sentimento de desespero e de abandono acompanhado pela falta de acesso aos meios socialmente prescritos para realizar o que se pretendia. Por outro lado, também, procurava-se responder em termos de uma macro-análise sobre a anomia tomando como orientação o processo de urbanização, de industrialização e das transformações econômicas, estes, seriam responsáveis pela dissolução das questões morais e dos mecanismos de controle social e comportamental influenciadores da violência coletiva e da conduta desviante do indivíduo (Caliman, 2006; Deflem, 1989; Laswell, 1952; McClosky, 1965; Rodríguez, 2006).

Apesar do esforço e qualidade teórica em relação a mensuração e a avaliação de um estado anômico na sociedade contemporânea, seja como uma interpretação macro ou microssocial, aponta-se, com base em Durkheim e Merton, um limite empírico quanto a interdependência das concepções porpostas por esses autores como causadoras de um estado de delituosidade no ser humano.

De forma geral, Durkheim e Merton apontam na direção da identificação de um tempo de anomia tomando justificado pelas mudanças sociais e econômicas ocorridas no final de Século XIX responsáveis pela dissolução moral e a divergência entre meios e fins para alcançar o sucesso social e econômico. Esta condição, por sua vez, promoveria um individualismo e um egoísmo humano capaz de debilitar a consciência coletiva e enfraquecer a autoridade moral, pois, tanto a consciência quanto a autoridade seriam necessárias para a coesão social, assim, questiona-se: como avaliar o fenômeno anômico e neste, o nível moral? Isto seria possível somente a partir das observações externas das mudanças estrutural-funcional entre indivíduo-sociedade em relação ao estabelecimento e cumprimento das regras e normas sociais?

Esta tese tem seu foco em direção inversa da que propôs Durkheim e Merton. Enquanto esses autores apontam em direção de uma perspectiva de heteronomia social para o cumprimento da norma social e harmonia do entorno sócio-humano, acredita-se, que, mesmo sendo necessário a existência de um nível de autoritarismo moral para o controle do comportamento deviante, este nível, seria apenas uma das etapas que contribuiriam para um raciocínio moral, capaz de internalizar as informações e conscientizar o indivíduo a respeito de uma ação sobre o certo e o errado nas suas relações interpessoais.

Diferente do pensamento dos estudiosos da anomia, que acreditavam na necessidade de enfatizar a consciência coletiva e a influência desta nas formas de compartilhar o pensar, o agir e o sentir em relação ao certo e o errado como um dever para com os homens (isto é, conduzir-se moralmente), necessidades tais determinadas pela sociedade, essa tese concebe a moralidade como uma aquisição gradativa de princípios morais autônomos e

de uma compreensão quanto ao dever, capaz de conduzir o sujeito a solidariedade e a sentimentos de pertença grupal e civilidade. Sendo assim, a importância está no indivíduo e seus agentes socializadores para construção e desenvolvimento do juízo moral, como parte do sistema cognitivo, fazendo com que o sujeito compreenda e a se sensibilize com as regras como atos de vontade e não como determinação da sociedade. Esta perspectiva será abordada no próximo capítulo.

CAPÍTULO III - DESENVOLVIMENTO MORAL:
Teoria e Pesquisa.

Os estudos a respeito da origem, natureza e desenvolvimento da moralidade humana inciam-se com a reflexão antropológica-filosófica com o objetivo de tornar coerente a posição e situação do homem como um Ser ontológico. Esta reflexão permite contemplar tanto os diferentes enfoques a respeito do desenvolvimento moral nas ciências humanas, sociais e educacionais quanto suas aplicações práticas, e aponta em direção à compreensão da luta antagônica entre mau-bom, normal-anormal, ser-ter, competição-cooperação, materialismo-humanismo, posição internalista-externalista, etc.; isto é, de forma geral aponta para a compreensão da dinâmica da natureza dos valores morais no ser humano (Tarnas, 1991; Freitag, 1992; Haidt, 2007; Kauppinen, 2008; Miller, 2008; Villegas, 2004).

Orientações teóricas e práticas sobre a moral são encontradas nas obras dos pensadores ocidentais e orientais. Vale destacar que a divulgação dos orientais é bem escassa para o público do ocidente. Apesar disto, é possível observar algo em comum em seus trabalhos: de Confúcio a Mencio, passando por Mozi e Xunzi, todos visavam responder não somente as formas de controle, mas também, indicar e responsabilizar o sujeito do controle, psicológico e social, por uma ação boa ou má quanto ao desejável socialmente para que a sociedade estivesse funcionando organizada e harmônica (Granet, 1997; Jullien, 2001; Lotfabadi, 2008; Schwitzgebel, 2007).

De forma geral, nesses espaços geo-políticos têm-se como objetivo estabelecer um contrato social e comportamental que deve ser entendido como a busca de proteção da estrutura e organização social e, consecutivamente, da organização pessoal e emocional dos sujeitos. A adesão as regras não se refere apenas a obediência, mas, a compreensão dos sujeitos e a sensibilidade às regras como atos de vontade (Freitag, 1992; Jullien, 2001; Schwitzgebel,

2007).

Apesar dessa preocupação por parte dos pensadores em suas variadas correntes filosóficas, o foco da relação do sujeito com o ambiente do ponto de vista da moralidade, parece não ser suficiente, segundo vários autores (Haidt, 2007; Koenigs, Young, Adolphs, Tranel, Cushman, Hauser & Damasio, 2006; Lou, Nakic, Wheatley, Richell, Martin Blair, 2006; Miller, 2008); Para esses autores, desenvolver-se moralmente seria uma questão de mudança constante, que implicaria em uma condição de reciprocidade entre a razão-reflexão e o ambiente social, que por sua vez, influenciaria a conduta humana.

Um outra escola, seria de ordem orgânica, neurológica para a definição dessa corrente (Chediak, 2004; Gintis, Henrich, Bowles, Boyd & Fehr, 2008), o funcionamento da moral ocorre a partir do acesso no sujeito de áreas cerebrais responsáveis pela identificação dos cenários neurais representantes da moral; cenário estes, que contribuíram para uma motricidade da ação e do reconhecimento da normalidade estrutural do cérebro, promotora da auto-consciência e do pensamento abstrato, tornando o sujeito hábil para antecipar, avaliar e escolher alternativas e conseqüências em relação ao seu ato (Chediak, 2004; Gintis, Henrich, Bowles, Boyd & Fehr, 2008).

Assim, os caminhos para se estudar a moral são muitos, sendo todos promissores. Segundo Perez-Delgado, Serra e Soler (1991) o desenvolvimento da psicologia da moral inclui várias dimensões. Para Lotfabadi (2008; Canal & Mojica, 2010), três delas podem ser destacadas: uma dimensão interessada nas raízes da moralidade e do comportamento social como parte da história evolucionista; outra dimensão, de base psicanalítica, que acredita na moralidade como internalização das normas sociais que contribuem para estruturar o psiquismo do sujeito; a terceira dimensão, com maior êxito no

campo da moral, em relação as outras duas dimensões anteriores, afirma a moralidade como parte do sistema cognitivo e do processo consciente presente no desenvolvimento do juízo moral. Esta ultima é a base central para o desenvolvimento desta tese.

Todavia, uma dimensão adicional, não encontrada nas concepções dos autores supracitados, refere-se a dimensão cultural da moral, atribui-se a construção das regras, normas, padrões sociais, etc. um caráter histórico-cultural variável (Garbarino & Bronfenbrenner, 1976; Lustosa, 2005), situando o sujeito em um processo desenvolvimentista da moral em termos de um modelo aberto, que contempla a natureza dinâmica, plural, complexa e co-construída do desenvolvimento, onde os caminhos do processo nunca podem ser determinados previamente com exatidão, pois são sistêmicos, multi-determinados e dialéticos (Cortés, 2002; Martins & Blanco, 2001).

Epistemologicamente, o debate quanto a natureza do juízo moral na perspectiva humana ou social, circulam entre os estudos racionalistas e sentimentalistas; Para o primeiro grupo, o julgamento moral é alcançado por meio da razão individual do sujeito pensante, já para o segundo grupo que o sujeito do julgamento moral se fundamenta na dimensão emocional (Pecoskie, 2006).

Apesar desse debate incitar teóricos das mais variadas áreas da ciência em geral, principalmente, da filosofia, da educação e da psicologia e mesmo que esses “embates” teóricos sejam de grande utilidade para o estudo da moral no ser humano, a presente tese tem como interesse específico uma dimensão referente ao racional da moralidade, centrando-se na perspectiva defendida por Jean Piaget e Lawrence Kohlberg.

3.1. Piaget, a moral e sua influência na teoria de Kohlberg.

O estudo sobre a moralidade, em Piaget (1932/1977) tem suas bases em sua obra sobre “O juízo moral na criança” onde Piaget busca compreender o julgamento das crianças a respeito das regras e a idéia de responsabilidade moral e justiça na criança.

As regras surgem na criança, segundo Piaget (1932/1977), em conjunto com outras dimensões morais e todas se desenvolvem de forma contínua e progressiva, aliadas a capacidade de comportar-se moralmente. Este desenvolvimento ocorre paralelo com o desenvolvimento cognitivo e pode ser caracterizado em dois grandes estágios: moral heterônoma (em que a regra é vista como absoluta, imutável e com efeito constrangedor, a responsabilidade é objetiva e a justiça é reparatória) e a moral autônoma (em que a regra é vista como consensual, recíproca, igualitária, e com efeito cooperador, a responsabilidade é subjetiva e a justiça equitativa).

Nas obras de Piaget (1971; Piaget, 1932/1977), especificamente, na que trata da moralidade, a lógica teórica liga-se a aquisição do conhecimento e evolução cognitiva, isto é, em todas essas dimensões operam duas funções interdependentes e invariantes: os processos de organização e adaptação. A organização refere-se aos processos de sistematização, enquanto, a adaptação, diz respeito a interação contínua entre a aquisição e o meio está associada aos mecanismos de acomodação (responsável pela transformação de uma estrutura cognitiva anterior em uma outra estrutura mais evoluída) e assimilação (responsável pela incorporação das novas informações que chegam ao organismo, inserido-as em esquemas cognitivos já existentes) na busca de uma consonância cognitiva entre pessoa-conhecimento-meio. Para

Piaget (1976) todos os períodos funcionam por meio de equilibração recíproca e deduzindo uma via de atomização. Com base no modelo teórico criado por Jean Piaget para explicar o desenvolvimento cognitivo, e inspirado nas idéias de Piaget sobre o que constitui a moral, Kohlberg (1958, citado em Kohlberg 1969) desenvolve suas pesquisas e sua teoria sobre o desenvolvimento moral.

3.2. O desenvolvimento moral em Kohlberg.

Apesar de Kohlberg (1954) inspira-se na teoria de Piaget sobre moralidade, principalmente no que diz respeito ao conceito de heteronomia e autonomia, para o desenvolvimento de sua teoria sobre desenvolvimento moral, ele faz algumas críticas a teoria de Piaget. Segundo Kohlberg, Piaget dedicou-se mais aos fatores cognitivos e menos aos fatores motivacionais, condição que para Kohlberg (1969) impediria o desenvolvimento de um juízo moral mais complexo, menos unidirecional e irreversível. Isto é, segundo Kohlberg, os fatores cognitivos considerados por Piaget não eram suficientes para a classificação e categorização dos tipos de julgamento moral observados por Kohlberg quando desenvolveu estudos com crianças, bem no início de sua teoria.

Assim, foi devido a sua forma de avaliar o desenvolvimento moral, por meio de dilema moral que a teoria de Kohlberg se diferencia no que tange a sua visão mais ampla e refinada dos estágios de desenvolvimento moral.

Mais concretamente, pode-se dizer que de acordo com Kohlberg (1992; 1984), por ser o raciocínio moral, especificamente, racional, faz-se necessário que o sujeito progrida, qualitativamente, em um raciocínio lógico em relação ao que é certo e o que é errado nas relações com os outros e a sociedade, agindo frente às normas e princípios de justiça. Em sua teoria, Kohlberg procurou

atingir os seguintes objetivos: verificar, quando o sujeito interage com o ambiente, como são desenvolvidos os estágios morais; como ocorre a passagem de uma etapa do estágio para a seguinte; qual a relação entre cognição e moralidade. Porque uns se desenvolvem moralmente mais do que outros.

Kohlberg (1984; Colby e cols., 1987^a) propôs a teoria do desenvolvimento moral e criticou as concepções sobre desenvolvimento moral que abordavam os eventos de irracionalidade, volição inconsciente ou influências externas. Para ele, o sujeito que julga moralmente o faz a partir de sua perspectiva, apercebendo e apreendendo o estímulo que resulta em um pensar moral, e isto o torna capaz de ser avaliado e de seu pensamento moral ser identificado.

Na teoria de Kohlberg (1976) sobre o desenvolvimento moral, a característica formal-estrutural é muito clara. Para Kohlberg mais do que as soluções, o aspecto mais importante para acessar a moralidade, está na razão e no como o sujeito elabora sua justificativa para uma tomada de decisão diante de um conflito moral.

Na concepção de desenvolvimento moral de Kohlberg (1969; 1976) existe uma segurança de estágios morais e esses estágios, se caracterizam por possuírem distintos níveis de perspectiva social e moral, de tal forma que, segundo Carrillo (1992; Vargas, 2009), a estrutura da moralidade é composta por operações de justiça e tomada de perspectiva, que permitem ao sujeito a elaboração de raciocínios morais. Assim, para Kohlberg (1992; 1995), é necessário distinguir, a fim de entender o desenvolvimento moral, o *conteúdo* da estrutura:

- A estrutura da moralidade refere-se a forma dos estágios, isto é, a

argumentação racional, mais especificamente, o raciocínio que o sujeito utiliza para justificar sua decisão moral ou o meio lógico pelo qual organiza o seu raciocínio.

A estrutura é o princípio organizativo da moral e é também um modelo universal do pensamento. Note-se que como Piaget (1976), Kohlberg (1992; 1995) considera que as estruturas são evolutivas e sempre mais organizadas e complexas na medida em que avançam por meio de uma construção progressiva, através de sucessivos estágios.

- O conteúdo da moral diz respeito a opinião e escolha, a norma e aos elementos da resposta individual a um dilema moral. Sendo um processo cognitivo, o estímulo moral, tem a função de fazer com que o sujeito reflita sobre seus valores e ordene-os de forma hierarquicamente lógica (Colby & Kohlberg, 1987). De forma geral, apesar da diferença existente entre a estrutura e o conteúdo referente ao desenvolvimento moral, existe um estreito vínculo entre ambos.

Em seu estudo de doutoramento Kohlberg (1958) observou que existem mudanças com o avanço do raciocínio moral que se apresentavam nas respostas dos indivíduos aos dilemas morais apresentados. Assim, Kohlberg (1954, citado em 1969) postulou a existência de seis estágios para o desenvolvimento moral.

Os estágios morais se apresentariam dentro de estruturas evolutivas, as quais, em determinados períodos do desenvolvimento sócio-cognitivo do sujeito tornam-se mais complexos e organizadas. Para Kohlberg (1976; Kohlberg & Kramer, 1969) esses estágios apresentavam-se em três níveis de moralidade, sendo que cada nível compreendia dois estágios (Kohlberg, 1976; Kohlberg & Kramer, 1969):

1 - *Nível pré-convencional* – trata-se de um nível moral mais básico, no qual o valor moral localiza-se mais nos acontecimentos externos de que em um padrão normativo e a perspectiva individual é concreta. Neste nível, para o sujeito, os atos maus sofrem sanções ‘físicas’ ou repreensões verbais negativas. Assim, este nível refere-se a uma moralidade de coerção; a pessoa não entende os motivos e necessidades de aceitar e manter a convencionalidade social que lhe é exigida seguir. Para os sujeitos que se localizam neste nível, as normas e expectativas sociais são de caráter externo. Não há um vínculo identitário entre o sujeito e as normas sociais. Em termos da perspectiva social, existe um individualismo concreto, onde o sujeito valoriza a si mesmo e seus interesses pessoais, bem como, as pessoas que para ele pode solucionar suas preocupações. Este nível moral é característico de pessoas em 6 e 9 anos. Nele situam-se os seguintes estágios:

Estágio 1 do nível moral pré-convencional (Moralidade heterônoma):

No que se refere ao desenvolvimento cognitivo, trata-se de um sujeito pré-operacional, marcado pelo aparecimento da função simbólica com um raciocínio sem reversibilidade. Quanto a motivação neste estágio, o sujeito busca evitar o castigo, orientando-se pela obediência a autoridade sem questionar a norma: a mesma deve ser cumprida ao *pé da letra*, as regras são absolutas.

Em relação a perspectiva social, o sujeito se caracteriza pelo egocentrismo, não conseguindo estabelecer uma ligação entre pontos de vistas diferentes, raciocina para agir somente com o objetivo de não sofrer conseqüências físicas (não ser punido) e a sua justiça funciona sob a ótica e decisão da autoridade.

Estágio 2 do nível moral pré-convencional (Moralidade individualista instrumental):

O sujeito apresenta um desenvolvimento cognitivo das operações concretas em que as características objetivas do objeto e da ação estão separadas, permitindo que ele desenvolva a capacidade de classificação, de seriação e de conservação. O raciocínio moral ocorre somente com fim instrumental e de troca. Especificamente, o sujeito pensa em termos da satisfação de suas próprias necessidades, quando muito e esporadicamente, pensa na necessidade do outro, contanto que ele seja o centro para a satisfação da troca.

Neste estágio, o sujeito assume uma perspectiva social de auto-reflexão, mas, de exclusividade individualista, imediatista, pragmática; para ele, todo mundo quer, deve e tem interesse em alcançar o que deseja. Neste estágio, o bem é algo relativo, parte da percepção e situação do observador.

2 - Nível convencional – Refere-se a um nível moral intermediário é decorrente do anterior e indica um avanço cognitivo, conseqüentemente, um avanço nas relações interpessoais. Neste nível tem-se como vetor da conduta a aprovação social, por exemplo: ser leal, confiável, visando o bem estar dos outros e da sociedade, justamente, por se conformar e seguir as regras exigidas pelo grupo ou pela pessoa reconhecida como promotora da norma socialmente desejável.

O nível convencional, de acordo com García-Ros, Pérez-Delgado e García (1991), pressupõem que o sujeito se preocupa com a aprovação e a situação psicossocial (disposição física, social e/ou psíquica) dos outros no seu

entorno, a fidelidade com os demais frente ao respeito e cumprimento das normas sociais.

Neste nível, encontra-se a maioria dos adolescentes e vários adultos. Em termos etários, este nível é típico do sujeito de doze a dezessete anos. Este é um nível que pode ser identificado na sociedade americana e outras sociedades avançadas (Turiel, 1984). Fazem parte deste nível os estágios 3 e 4.

Estagio 3 do nível moral convencional (Moralidade interpessoal da norma):

No que diz respeito ao desenvolvimento cognitivo, o sujeito se encontra no início das operações formais. Ele desenvolve a coordenação de reciprocidade, utilizando para isso, uma lógica proposicional. Isto contribui para uma perspectiva social de mutualidade, na qual o sujeito se relaciona com os outros. Obter aprovação é condição, *sine quo non*, de agradar aos outros.

O sujeito nesse estágio é capaz de compartilhar sentimentos, expectativas e acordos que sobressaem aos interesse individualistas. Neste sentido, ocorre uma conformidade interpessoal: ele age de acordo com o que as pessoas do seu entorno – pai, irmão, amigos, professores - esperam dele em termos de confiabilidade, lealdade e polidez.

O sujeito, deste estágio, prioriza o interesse do grupo e da sociedade. O que contribui para sua auto-percepção de bom garoto, como também, para ser percebido como um bom garoto. A moral aqui é co-dependente da aprovação das pessoas consideradas significativas para o sujeito direcionando-o para o cumprimento das convenções sociais.

Estagio 4 do nível moral convencional (Moralidade do sistema social e da consciência):

Neste estágio o sujeito já pensa em termos hipótetico-dedutivo, encontrando-se nas operações formais do desenvolvimento cognitivo. Ele é capaz de relacionar e organizar variáveis, contrapondo experiências e conseqüências. Para evitar erros graves, o sujeito toma como referência o outro ou o sistema social com seus códigos e regras, os quais são reconhecidos pela sociedade como um todo.

Assim, o sujeito considera correto cumprir com os seus deveres e as obrigações, pois, somente a partir destes é que a sociedade poderá manter a ordem e a harmonia. Ao raciocinar e agir moralmente dessa forma (cumprindo o seu dever e demonstrando o respeito para com as instituições) ele contribui para a manutenção da sociedade, grupo e instituições normativas, evitando a ruptura do sistema social. Trata-se de um imperativo da consciência do dever.

3 - *Nível pós-convencional* - Este é o ultimo nível, no qual poderão ser encontrados alguns adultos na faixa etária acima de vinte anos, segundo Kohlberg (1973) e Turiel (1984).

O nível pós-convencional é superior ao convencional, isto não somente porque o sujeito nesse nível poderá se orientar valorativamente em termos da conformidade consigo e com os padrões, mas devido ao compartilhamento com os outros tanto os direitos quanto de deveres. O sujeito pensa além da autoridade grupal ou da pessoa-autoridade.

A moralidade de nível pós-convencional tem suas bases na justiça e princípios morais e o sujeito raciocina ultrapassando a convenção e compreendo que deve aceitar as normas e as leis, desde que elas estejam a serviço da proteção e direitos fundamentais do ser humano.

De acordo com Kohlberg (1992), o sujeito que se encontra nesse nível assume um comprometimento moral e o ideal de manutenção de uma sociedade justa, trata-se de um sujeito autônomo em seu raciocínio moral. Sendo assim, García-Ros, Pérez-Delgado e García (1991) supõem que o sujeito desse nível se orienta para uma ação mais flexível, não no sentido de atender aos seus desejos e vontades específicas, mas, para que a sociedade funcione bem e harmonicamente atendendo aos direitos básicos de uma ética, mais voltado para a justiça e liberdade humana. Este nível abrange os seguintes estágios:

Estágio 5 do nível moral pós-convencional (Moralidade do bem-estar social e dos direitos humanos):

O sujeito, neste estágio, atingiu o final das operações formais. Ele é orientado por um contratualismo legalista e raciocina sobre valores e direitos de forma universal. Para ele, os valores e os direitos antecedem os acordos e contratos sociais e o princípio que guia suas decisões é o do bem maior, para o maior número de pessoas ou o bem acima de tudo.

Encontrar-se neste estágio significa que o sujeito acredita no sistema social como resultado de um contrato, livre, feito por cada sujeito da sociedade vigente, em que eles assumem o contrato visando a garantia de direitos e a harmonia (social e psíquica) de todos.

Estágio 6 do nível moral pós-convencional (Moralidade dos princípios éticos universais):

Este estágio tem sido considerado hipotético, pois nem todos os seres humanos – adultos – o atingiram ou o atingirão. O sujeito, neste estágio, mantém e se apropria das características e funções do estágio anterior (estágio 5). Ser justo é manter os direitos individuais, porque o ser humano merece,

incondicionalmente, o respeito. A moral é, então para que todos vivam com dignidade e justiça. Sendo assim, as leis e acordos sociais se embasam em uma ética universal.

Segundo Kohlberg (1992), o estágio seis assume um caráter filosófico, pois, trata-se muito mais de um ideal teórico do que um estágio moral real. Não é possível desconsiderá-lo, pois ele contribui tanto para definir a natureza quanto para identificar o ponto máximo das etapas do desenvolvimento moral.

No estágio seis, a autonomia simplifica mais do que o sujeito ser individual e tomar suas decisões com vista ao seu próprio desejo; trata-se de uma composição socializante do processo autônomo, produto de uma responsabilidade solidária pela valoração e o respeito ao outro. Decorrente do avanço do desenvolvimento moral, este estágio, estar imerso nas relações sociais, a qual potencializa tanto o pensamento quanto a ação moral do sujeito em direção da realização pessoal, não de forma egocêntrica, mas, visando contribuir para cooperação do êxito dos projetos e planos de vida dos outros, capacitando-os como agentes da história.

Kohlberg (1976) parte do pressuposto de que as pessoas constroem esses estágios de forma racional, porém, considera que exista uma parceria entre o desenvolvimento das operações lógicas e a construção do self, a qual ocorre a partir da criação ou construção de respostas do sujeito para cada dilema moral. Pode-se dizer que, o desenvolvimento lógico vai ser tornando mais sofisticado e complexo na construção dos estágios morais.

Buscando testar sua tipologia teórica, Kohlberg (1958, citado em Fini, 1979; Biaggio, 1976; Koller e cols., 1994) elaborou uma medida de raciocínio moral (MJJ – Moral Judgment Interview) em forma de entrevista. É com base

em Kohlber, que Rest (1976) elaborou o *Difining Issues Test*. É sobre esse teste que se deterá o próximo tópico.

3.2.1. A mensuração da moralidade: O MJJ (*MORAL JUDGMENT INTERVIEW*) e o DIT (*DIFINING ISSUES TEST*).

O MJJ foi criado inicialmente por Kohlberg sob a forma de entrevista clínica para sua tese de doutoramento em 1958 e, somente depois, é que ele elaborou o manual de correção, o qual passou por varias revisões. Este instrumento é composto por três dilemas morais hipotéticos que são acompanhados por varias questões (Biaggio, 1976; Colby & Kohlberg, 1987); os delimas são os seguintes:

1 – o dilema de Heinz – refere-se a história de um homem que precisa roubar um remédio para salvar a vida de sua esposa que está muito doente. Nas questões que seguem o dilema, o respondente é questionado sobre a atitude de Heinz, se ele deve ou não roubar o remédio e quais os motivos de sua decisão. O respondente deve escolher entre as questões vida e lei;

2 - o dilema do policial Brown – neste, é destacada a história de um policial, conhecido de Heinz, que, ao tomar conhecimento do roubo deveria tomar uma decisão quanto a Heinz ser denunciado ou não. O sujeito deverá indicar o que Brown deve fazer e o porquê da sua escolha, decidindo entre as questões consciência ou punição;

3 – o dilema do menino Joe – este dilema refere-se ao menino que economizou dinheiro e com a autorização do pai, viajou para acampar; porém, no momento em que sairia de viagem, o pai lhe pediu emprestado o dinheiro, para ir a uma pescaria. Neste dilema, a pessoa deverá emitir uma opinião em

relação a decisão do filho (deve ou não emprestar) e justificar sobre sua resposta; o sujeito deve optar entre as questões contrato e autoridade.

Para avaliar as respostas que os sujeitos emitiam sobre os três dilemas, utiliza-se o manual de correção do MJL, com o qual situa o raciocínio do respondente em uma estrutura moral, classificando os conteúdos morais das respostas, considerando: a questão escolhida – curso da ação indicado pelo respondente; a norma – valor moral ou objeto de preocupação apresentado pelo respondente como justificativa à ação escolhida na resposta; e os elementos – justificativas para as normas). O raciocínio apresentado pelo sujeito pode ser puro ou misto (Colby & Kohlberg, 1987).

No manual, os elementos podem ser modais ou de valores; os primeiros, correspondem à razões deontológicas, e tratam basicamente de direitos e deveres. Enquanto os segundos dizem respeito à ética teleológica, que leva em consideração as consequências das ações morais (Bataglia, Morais & Lepre, 2010; 27).

Especificamente, segundo Colby e Kohlberg (1987), a forma de avaliação das respostas indicada no manual permite chegar a um escore numérico que varia de 100 (Estágio 1 puro) a 600 (Estágio 6 puro), passando por qualquer valor intermediário. A correção é feita através de uma análise qualitativa dos dados, exigindo do avaliador tanto um conhecimento profundo acerca dos pressupostos teóricos sobre o desenvolvimento moral proposto por Kohlberg quanto sobre a metodologia utilizada para avaliar esse desenvolvimento.

Com o avanço dos estudos sobre desenvolvimento moral, esse instrumento foi alcançando maior confiabilidade nas pontuações das respostas (Biaggio, 2002). No Brasil, em recente pesquisa nos sites de busca da

produção científica não foram encontrados estudos que apresentassem validade longitudinal do MJl na mesma direção que a apontada por Colby e Kohlberg (1987). Entretanto, no que se refere a totalidade estrutural, estudos desenvolvidos por Biaggio (1984), Lepre (2009) e Bataglia (2010) confirmam o que pressupunha Kohlberg.

Apesar de Rest (1976) considerar que o MJl possuía algumas limitações, principalmente, em relação a administração deste para avaliação dos estágios morais, os estudos deste autor não pretenderam refutar a teoria e a mensuração da moralidade propostas por Kohlberg, pelo contrário, as pesquisas de Rest evidenciavam e respaldavam as hipóteses de hierarquia e seqüencialidade dos estágios. Sua crítica deve-se ao uso de Kohlberg do MJl em estudos transculturais, o qual prejudicava a mensuração do pensamento moral devido ao fato das respostas dos sujeitos precisarem ser interpretadas (Rest, 1979a; 1979b; 1986; 1987).

As contribuições dos estudos de Rest referem-se a observação de que: os sujeitos avaliados apresentavam uma tendência maior em assimilar juízos morais de estágios mais altos do que estágios mais baixos; havia quatro fases na decisão moral (sensibilização ao problema, definição da ação correta, definição do que seria ação do ser e execução da ação) na construção do Defining Issues Test -DIT (Retuerto, 2002).

O DIT é um dos instrumentos mais conhecido para avaliar a moral. De acordo com Bataglia, Morais e Lepre (2010), o DIT apresenta uma nova proposta de avaliação moral, destacando algumas vantagens em comparação com o MJl: não é preciso uma habilidade verbal sofisticada do respondente quando aplicado é possível um maior controle da situação-teste; e sua correção é objetiva e pode ser feita com uso de computador. Segundo Rest,

Narvaez, Thoma e Bebeua (2000), diferente da forma em que o MJJ avalia o desenvolvimento moral, o DIT descreve os estágios morais com diferentes operações de justiça, atribuindo ao desenvolvimento um conjunto de esquemas cognitivos, de interesse pessoal.

O DIT utiliza seis dilemas morais: o de Heinz, o do Médico, o do Prisioneiro Foragido, o da Ocupação pelos Estudantes, o do Proprietário da Oficina e o do Jornalzinho. Após cada dilema, os sujeitos são questionados sobre se o protagonista deve ou não tomar uma determinada decisão. Quando respondida essa questão, há um conjunto de 12 sentenças que apresentam operacionalizações dos estágios morais de Kohlberg (exceto do estágio 1) e frases sem sentido escritas com linguagem sofisticada que servem como medida de validade interna do DIT (Bataglia, Morais & Lepre, 2010; Shimizu, 2004).

Neste instrumento, o sujeito deverá atribuir para cada sentença que segue o dilema, graus de importância que variam, numa escala de 5 pontos, de 1 = Nenhuma importância a 5 = Máxima importância. Após responder todas as sentenças, o sujeito precisa escolher, das dozes sentenças, quatro delas que julgam ser as mais importantes e atribuir, por ordem de importância, os valores 4, 3, 2 e 1. A correção do DIT pode ser feita pelo computador e seus resultados oferecem um índice de desenvolvimento moral em uma escala intervalar.

No DIT, é possível se obter um escore, denominado índice P (relacionado a importância que o sujeito dá às considerações de princípios morais perante às suas escolhas acerca dos dilemas morais) que representa a percentagem de pensamento pós-convencional (estágios 5A, 5B e 6) (Bataglia, Morais & Lepre, 2010; Camino, Luna, Alves, Silva & Rique, 1988, 1989; Shimizu, 2004). Ainda pode-se visualizar os padrões de respostas que os

sujeitos oferecem em cada estágio (2, 3, 4, 5A, 5B e 6), bem como, as respostas A, "*antiestablishment*" que se refere aos pontos de vista opostos à tradição e a ordem social existentes e correspondem ao estágio 4 e meio. Estas respostas indicam uma aparente regressão às respostas mais primitivas, tipo estágio 2, por ocasião da passagem do estágio 4 para o estágio 5, ou seja, do nível convencional para o pós-convencional (Bataglia e cols., 2010; Camino e cols., 1988, 1989; Shimizu, 2004).

A primeira versão do Defining Issues Test (DIT) – denominado de DIT-1 - foi elaborada por Rest, em 1974. Esse instrumento foi traduzido, inicialmente, por Bzuneck, em 1979, que o denominou, em língua portuguesa, "Teste de Julgamento de Situações" (Bataglia, Moraes & Lepre, 2010; 28); também é conhecido em português como Opiniões sobre Problemas Sociais e se apresenta como uma medida objetiva que avalia o que as pessoas pensam sobre questões morais (Camino, Luna, Alves, Silva & Rique, 1988, 1989).

Vale destacar que o MJJ e o DIT são os instrumentos para avaliar o desenvolvimento moral mais utilizados em todo o mundo (Lourenço, 1992). Apesar disto, quando se pretende desenvolver pesquisas com amostras maiores, o trabalho com o MJJ se torna quase impossível, pois o MJJ é um instrumento complexo e sua correção implica o uso de complicados critérios de avaliação (Camino, Rique, Ribeiro & Araújo, 2000).

Para Camino e cols. (2000), o trabalho com o DIT apresenta uma vantagem: primeiro, por ser um instrumento de fácil manejo, permitindo um levantamento de dados para grandes amostras; segundo, assegura a ausência de subjetividade na sua correção. Porém, mesmo que cada um dos instrumentos que mensuram a moral possam ter suas diferenças, faz-se necessário destacar que os dois instrumentos podem ser utilizados,

considerando o objetivo do seu estudo na avaliação do raciocínio moral. Até porque, de acordo com Araújo e Camino (1997), Koller e col. (1994) e Lourenço e César (1991) existe correlação positiva acima de 0,30 entre o MJJ e DIT.

Segundo Rest (1976), o DIT é um método alternativo de se avaliação dos juízos morais e favorece ao sujeito a emissão de raciocínios morais mais elevados que os encontrados no MJJ. Isto porque, no DIT, o respondente tem apenas o trabalho de escolher raciocínios morais já apresentados pelo instrumento, enquanto que no MJJ é necessário que o respondente construa sua resposta, o que exige com que tenha um maior esforço (Rest, 1976).

Com o uso do MJJ e do DIT, vários estudos voltados para a classificação das pessoas em estágios morais foram possíveis. Dentre esses estudos interessa no presente trabalho aqueles que se referem a moral relacionada às condutas desviantes.

3.2.2. Sequencialidade e universalidade da moral: Estudos empíricos.

Na teoria do desenvolvimento moral de Kohlberg (1976/1992), dois pressupostos são considerados: a universalidade e a sequencialidade do estágios morais. Assim, para Kohlberg, a elaboração cognitiva da justiça pelo sujeito segue uma seqüência lógica e hierárquica que pode ser encontrada nas pessoas em diversas culturas (Kohlberg, 1969; Snarey, 1985).

De acordo com Snarey (1985), no que diz respeito a hipótese do universalismo dos estágios morais, mesmo utilizando um dos tipo das entrevistas elaboradas por Kohlberg, ela tem sido corroborada. Kohlberg (1976/1992) apesar de acreditar em um universalismo evolutivo do juízo moral, reconhece que as variações culturais são capazes de determinar o tipo de

conteúdo, o ritmo e a etapa final da seqüência das estruturas morais. Assim dependendo da cultura e do investimento social e cognitivo dos sujeitos é possível que o desenvolvimento moral seja acelerado, retardado e até interrompido, mas não inexistente.

No que se refere a hipótese de seqüencialidade dos estágios morais, uma quantidade significativa de estudos procuraram prová-la. De acordo com Snarey (1985), 85% dos estudos revelaram que os estágios dominantes em que os sujeitos se encontravam avançaram na medida em que aumentava suas idades, direção teórica-empírica prevista por Kohlberg: os sujeitos evoluíam em uma seqüência invariante que partia sempre do estágio 1 ao estágio 5, não havendo regressão de um estágio mais elevado para um estágio inferior.

Snarey (1985) observou ainda que nos casos em que se verificaram saltos na seqüência de raciocínio moral, estes ocorriam apenas de meio estágio e não de um estágio completo. Quanto às regressões de estágios, semelhante ao salto no raciocínio moral, essa condição se deu apenas para meio ou um terço de estágio.

Em estudo longitudinal, com jovens turcos do sexo masculino de uma área rural, de uma cidade portuária e da capital do país, Nisan (1987) verificou-se que: mais de 80% dos jovens pesquisados avançaram com a idade nos estágios de desenvolvimento moral, continuando após os 18 anos. Os jovens da área rural desenvolveram-se de forma mais lenta na seqüência dos estágios, quando comparados com os jovens do meio urbano. De acordo com Nisan (1987), a hipótese de Kohlberg sobre seqüencialidade foi comprovada tanto no que se refere a condição etária quanto ao contexto cultural.

Rest (1994), seguidor das idéias de Kohlberg, realizou inúmeros estudos com o objetivo de avaliar a seqüencialidade da moral. Em um estudo realizado por um período de dez anos com sujeitos de diferentes idades e níveis educacionais, utilizou um novo instrumento para avaliar o raciocínio moral. Diferente do MJT, o DIT, segundo Rest (1994; 1976), permite uma maior emissão de raciocínios morais mais elevados, na medida em que o sujeito deva apenas escolher 12 tipos de raciocínio que lhe são apresentados, os quatro que julga ser mais importante.

Rest (1994) observou a existência de um progresso no nível moral de acordo com variação da idade e verificou também a influência significativa da variável: a educação formal no avanço moral. Segundo o autor, durante o processo a educação formal a pontuação das respostas no DIT aumentou, porém, ao interromper essa forma de educação a pontuação estacionou.

Um estudo de McNeel (1994) ao longo de quatro anos hipótetizava, com base nos resultados de Rest (1994), que instituições com educação formal, especificamente, uma educação religiosa, poderia influenciar no avanço do raciocínio moral; McNeel (1994) observou que, na escola religiosa onde se realizou a pesquisa, o nível moral avançou; isto é, os jovens que responderam o DIT no início da pesquisa (quando estes iniciavam seu ciclo de estudo na escola) apresentaram menor escore na Moralidade de Princípios do que quando se encontrava no final dos estudos na escola. Vale destacar que alguns sujeitos não avançaram no nível moral, para McNeel (1994) isso ocorreu devido a fatores externos (por exemplo, ambiente extra-escolar) ou intrínsecos ao sujeito (diferenças de personalidade, má adaptação ao ensino dos docentes da escola).

No Brasil, os estudos sobre essa hipótese kohlberguiana despertou interesse em pesquisadores brasileiros, destacando-se entre os pesquisadores pioneiros, Angela Biaggio. Afim de avaliar a hipótese do universalismo e sequência dos estágios morais, Biaggio (1976) aplicou o instrumento desenvolvido por Kohlberg - o *MJI* - em uma amostra de crianças, distribuídas em grupos de idade (10, 13 e 16 anos) de uma instituição pública no Rio de Janeiro. De acordo com o esperado, os resultados indicaram, ao considerar a idade, a existência de uma diminuição de raciocínios morais de estágios mais baixos e um aumento de raciocínios morais de estágios mais altos. Considerando a mesma hipótese, Biaggio (1988) observou que, ao comparar jovens americanos e brasileiros, os escores de americanos eram mais altos no estágio 4, enquanto os brasileiros pontuavam mais altos no estágio 2 e 5; porém, ao comparar as médias inter-grupos, o resultado não mostrou diferença significativa.

Em outro estudo brasileiro, também com a utilização do *DIT*; Camino e Luna (1989) observaram, em uma amostra de jovens distribuídos entre os ensinos fundamental, médio e universitário, da cidade de João Pessoa-PB, que as respostas do nível pós-convencional aumentavam de acordo com a idade; especificamente, para os jovens do ensino fundamental havia uma predominância de respostas no estágio 4, enquanto para os jovens do ensino médio suas respostas se encontravam no estágio 4 e 5, por fim, nas respostas dos universitários predominavam o estágio 5.

Na mesma direção dos estudos anteriores, Ribeiro (1996) verificou a existência de mudanças de estágios, mais baixos para estágios mais elevados, considerando a variável idade. Em uma amostra com jovens, homens e mulheres, de 11 a 19 anos idade, da rede de ensino privado da cidade de João

Pessoa-PB, observou uma relação direta entre idade e julgamento moral (este, avaliado através do *DIT*). Segundo esse autor, com o aumento da idade houve uma diminuição das respostas nos níveis pré-convencional e convencional, e um aumento no nível pós-convencional.

Maia (2000) também de encontrou uma relação positiva entre idade e estágio moral, em uma amostra de jovens da cidade de João Pessoa-PB acima dos dez anos. A autora observou que os jovens mais novos apresentaram respostas mais típicas do nível pré-convencional, avançando para o nível convencional.

No estudo de Laorden (1995) com jovens espanhóis, o autor observou o seguinte resultado: quanto maior a idade, maior a pontuação nos estágios com aspectos autônomos (especificamente, jovens mais velhos pontuaram mais alto no estágio 5 e 6). Em uma pesquisa com sujeitos mexicanos, Barba (2002) observou resultado na mesma direção; quanto maior a idade do sujeito, maior foi a média no estágio P (Moralidade de princípios) avaliado pelo *DIT*.

De acordo com Retuerto (2002), estudos de Perez-Delgado, bem como, de Mestre, Perez-Delgado e Llorca na década de 90, com sujeitos de 13 a 88 anos, revelaram resultados que se assemelham aos já encontrados. Houve diferença significativa na localização dos estágios morais com o aumento da idade: os sujeitos entre 13 e 26 anos apresentaram, conforme aumentava a idade, escores maiores, do estágio 3 ao estágio 6. Quanto ao estágio P (moralidade de princípios), o aumento da idade – em um intervalo etário de 13 a 19 anos - revelou maior pontuação.

Perez-Delgado e Mestre, Perez-Delgado e Llorca (citado em Retuerto, 2002) observaram, que um efeito significativo da predominância nos estágios 5

e 6 do nível pós-convencional nos sujeitos de 15 a 16 anos, já nos sujeitos do grupo etário de 50-88 anos Perez-Delgado observou (ver Retuerto, 2002) que as respostas desses sujeitos eram predominantemente do estágio 5. Ao comparar os grupos de 28-49 e 50-88 anos, o autor observou uma sutil tendência de aumento na pontuação dos estágios pré-convencionais e convencionais e destacou-se, no grupo de 50-88 anos, a diminuição das pontuações do estágio 5 e do estágio P, para o estágio 4.

Por fim, baseado nos estudos de Perez-Delgado e Mestre, Perez-Delgado e Llorca, quanto a idade e o desenvolvimento moral, Retuerto (2002) desenvolveu uma nova pesquisa com jovens espanhóis, de 13 a 38 anos, observando que, tanto o nível moral quanto os estágios aumentavam de acordo com a idade. Os resultados desses autores, revelaram que na medida que a idade aumentava, o sujeito diminuía, gradualemente, as suas respostas no estágio 4, aumentando no estágio 5 e no índice P (moralidade de princípios). Isto foi observado, principalmente, nos jovens com idade de 17 a 18 anos.

Para a configuração desse modelo moral – universal e seqüencial - na consciência do sujeito é essencial uma atmosfera social que o envolva, que combina-se então, raciocínio moral, a ação moral e as regras institucionalizadas como um todo (Kohlberg, 1992). A seguir será apresentado as pesquisas referentes a relação moral e delinquência.

3.3. Desenvolvimento moral e delinquência: Estudos empíricos.

O problema da delinquência em jovens pode ser explicado a partir de inúmeras variáveis psicológicas e sociais (Born, 2005; Cernkovich, Kaukinen & Giordano, 2008; Stoff, Breiling & Maser, 1997). Ainda é muito promissor o estudo da delinquência tendo a moralidade como variável preditora, pelo papel importante que a moral pode ocupar no desenvolvimento do sujeito; isto é, a moral pode não somente ser uma organização sócio-cognitiva referente ao cumprimento das normas e regras socialmente desejáveis, mas também, contribuir na formação de habilidades e competência sociais, valores e atitudes, bem como, na interpretação da realidade social e do seu entorno humano (Bruxarraais, 1992; Sintra, Lopes & Formiga, 2011; Tarry & Emler, 2007).

Quanto a relevância desse tema, no início do século 20, Betke (1903, citado em Blasi, 1980) e na década de 30, Piaget (1932), alertavam para importância de estudos que avaliassem a evolução do desenvolvimento moral em jovens delinquentes. Kohlberg, na década de 50, tornou-se o pioneiro no estudo da relação entre moral e delinquência; tanto pela teoria que elaborou quanto pela metodologia utilizada para avaliar o pensamento moral.

Dentre estes estudos, Kohlberg (1978) comparou como jovens delinquentes e não delinquentes se desenvolviam moralmente. Ele observou que os jovens delinquentes – com traços psicopáticos - apresentaram escores nos estágios 1 e 2 no do nível pré-convencional, sendo portanto, limitados, cognitivamente para uma tomada de perspectiva e, conseqüentemente, incapazes de refletir sobre o risco e prejuízo que causariam aos outros e a sociedade; por outro lado, os delinquentes, sem desordem de conduta, tiveram pontuações maiores no estágio 3 do que no estágio 2. Ao se comparar o grupo

de jovens delinquentes com o outro grupo, em termos de um avanço moral, não se pode afirmar que houve uma evolução na moralidade, pois, o estágio 3 exige do sujeito um raciocínio de reciprocidade das relações e viver de acordo com o que os outros esperam dele. Porém, quando se trata de jovens delinquentes o respeito ocorre em relação as próprias normas do grupo delituoso – o contrato entre eles é que de que que obedece não morre – e não a relação às normas sociais de sociabilidade.

Com base nos resultados encontrados por Kohlberg, seguiram-se estudos a fim de comprovar a influência do desenvolvimento moral com jovens delinquentes e não delinquentes (Debuyst, 1985; Stams, Brugmans, Deković & Rosmalen, 2006).

Frente a esse interesse teórico-empírico entre desenvolvimento moral e conduta desviante, não somente encontram-se inúmeras perspectivas teóricas (por exemplo, a perspectiva cognitivo-evolutiva de Kohlberg baseada nos níveis morais; a da moral pró-social de Eisenberg que defende a moralidade envolvida nas atitudes altruístas; a psicanalítica na busca de compreender a constituição do ego e a relação com a transgressão); bem como, diversos estudos que enfatizam a associação entre o desenvolvimento moral de delinquentes e variáveis sócio-demográficas (por exemplo, moralidade em jovens infratores; moralidade e tipo de interação na escola, família e internatos; promoção do desenvolvimento do raciocínio moral de adolescentes infratores a partir de grupos de discussão e atividades cooperativas e, por fim, a construção de instrumentos que contribuem para o diagnóstico e para avaliação de trabalhos em diferentes intervenções (Souza & Vasconcelos, 2003).

Dos estudos desenvolvidos baseados na teoria da moralidade, grande parte deles tomam como referência a importância de que um melhor

desenvolvimento moral contribuirá para uma menor delinquência juvenil, condição que já era apontada por Kohlberg (1978).

3.3.1. Estudos empíricos nos anos 60-70.

Szabo, Goyer e Pilote (1964) realizaram, na cidade de Montreal, uma pesquisa com o objetivo de avaliar os valores morais em jovens delinquentes e não delinquentes, de 12 a 18 anos. Mesmo em se tratando de um estudo exploratório e não contemplem um corpo teórico e conceitual claro da psicologia da moral, esses autores tinham o objetivo de responder qual a causa da não adaptação social dos jovens na época da pesquisa. Para os autores, a resposta estaria no estudo da dimensão moral, condição necessária para a integração social como um todo.

Szabo e cols (1964) verificaram que: os jovens, especialmente aqueles com atos criminosos, além de categorizarem uma pequena quantidade de valores, aderiram mais a valores hedonistas (por exemplo, bravura, aparência, prestígio, riqueza, coragem); quando respondiam a algum código 'moral' que lhe exigia obediência, o faziam somente para se proteger do risco da violência intra e inter-grupos delinquentes; mesmo reconhecendo a legitimidade da norma exigida para não exibir um comportamento desviante, agiam de forma neutra e dissimulada.

Em direção semelhante, Wright (1974) afirma que os jovens delinquentes até poderiam ser capazes de reconhecer que a sua ação delituosa era errada em comparação com a dos jovens não delinquentes e, que poderiam até valorar as mesmas coisas que os jovens não delinquentes (por exemplo, trabalhar honestamente, estudar, etc.), porém, diferente dos jovens não delinquentes não apresentavam correlações entre o plano verbal e

comportamental. Além disso, os jovens delinquentes apresentaram traços personalísticos de impulsividade, rejeição das normas exigidas pelos agentes responsáveis pelo controle do comportamento social (pais, etc.), o que demonstra uma fissura no desenvolvimento moral básico relativo a aceitação das normas e do poder das instituições e pessoas que as compõem (Wright, 1974)

Prentice e Jurkovic (1976) desenvolveram uma pesquisa na qual enfatizaram o desenvolvimento moral em jovens privados de liberdade, dividindo-os em três grupos – delinquentes psicopatas, neuróticos e jovens de uma subcultura (estes jovens eram não delinquentes, mas, proveniente de uma escola pública em uma área com alto índice de violência). Esses autores observaram, quanto ao desenvolvimento moral e o comportamento juvenil, resultados significativos entre os grupos avaliados em relação a imaturidade moral: escores hierarquicamente maiores foram encontrados para as respostas dos delinquentes psicopatas, seguidos dos neuróticos e dos jovens da subcultura.

Prentice e Jurkovic (1976) verificaram, também, que os delinquentes psicopatas, tinham baixo nível de habilidade de role-taking, bem como, encontravam-se no nível das operações concretas, quando seus resultados eram comparados aos outros dois grupos de jovens, que apresentaram um pensamento operatório formal e um nível mais alto de role-taking. De forma geral, os delinquentes psicopatas além de limitados para a compreensão do comportamento social não apresentaram capacidade de se colocar na perspectiva do outro.

3.3.2. Estudos empíricos nos anos 80

Blasi (1980) avaliou os resultados de estudos com jovens infratores e não infratores sobre o raciocínio e a conduta moral. Mesmo que este autor tenha criticado alguns dos estudos quanto a perspectiva estatística e metodológica, quando revisou 15 estudos, em 10 dentre eles encontrou uma coerência nos resultados entre o nível moral (geralmente, os sujeitos infratores tinham um raciocínio mais baixo do que os não infratores) e a ação delinqüente.

Também, Blasi (1980), verificou que: os jovens infratores, em termos do raciocínio moral, estavam baseados no pragmatismo e egocentrismo, bem como, no oportunismo e hedonismo e, que havia inconsistência entre o comportamento e o pensamento moral. Os jovens infratores tinham maior resistência a orientação de outras pessoas quando era exigido um comportamento de acordo com as normas a serem seguidas, apresentando uma menor aceitação da frustração. De acordo com Blasi (1980), para uma relação entre a moral e a baixa delinqüência seria necessário a coerência entre a ação e a cognição, a fim de que o desequilíbrio lógico fosse resolvido a partir do processo de assimilação e acomodação.

Na mesma década, Jurkovic (1980) fez uma revisão sobre a relação entre moral e delinqüência, como a realizada por Blasi (1980), e observou resultados convergentes entre os dois estudos: os jovens delinqüentes apresentaram um raciocínio moral deficiente, não superando a etapa pré-moral. Jurkovic (1980) também observou que os delinquentes que consumiam drogas tiveram escores mais altos no nível convencional do que aqueles que não consumiam, o que era compreensível, se considerasse que os jovens que

consumiam precisavam atender a norma interna do grupo de drogaditos ou de traficantes para não sofrer represallhas. Entretanto, isso não passa de uma pseudo moral convencional, pois as normas respeitadas atingiam apenas o espaço dos jovens de um determinado grupo o qual se encontrava excluído da sociedade. Estes jovens apresentavam crenças e atitudes distorcidas que eram alicerçadas na pessoa e na conduta social e que, ao persistirem, deformavam o ego, promovendo um juízo moral imaturo e uma orientação centrada unicamente em si mesmos (Gibbs, 1995).

Para Gibbs, Arnold, Ahborn e Cheesman (1984), essa questão é bem mais complexa nos delinqüentes, principalmente, naqueles privados de liberdade. Nestes, o estágio moral relativo a valoração da lei e da ordem poderá até ser encontrado, mas, ele só se organizará estruturalmente, se for possível aos jovens ter lucro e realizar as suas vontades, sem serem coagidos ou frustrados. Em todo caso, o estágio 4 organizado não será organizado mediante a capacidade do jovem.

Sagi e Eisikovits (1981), em um estudo com jovens de 13 a 18 anos, distribuídos em grupos de não delinquentes de classe média, não delinquentes de classe baixa e delinqüentes de classe baixa, observaram que os jovens de classe baixa apresentaram uma orientação moral externa, enquanto os jovens de classe média desenvolveram melhor orientação interna da moral. Embora os jovens delinquentes e os não delinquentes estivessem na mesma categoria sócio-econômica – a classe baixa – os não delinquentes apresentaram maiores escores do que os delinquentes em relação a orientação moral externa.

Tanto os jovens não delinquentes da classe media quanto da classe baixa, tinham sido influenciados por um processo educativo que lhes permitiu a elaboração de um controle interno visando o respeito às normas necessárias

ao bom funcionamento social (Sagi & Eisikovits, 1981). De acordo com Eisikovits e Sagi (1982), os jovens delinquentes estão submetidos às práticas disciplinares caracterizadas por serem menos indutivas, do que a dos jovens delinquentes e mais severas e exigentes com os meninos do que com as meninas. Vale destacar, também, que estes autores verificaram escores de moralidade maiores em jovens não delinquentes, cujos pais usavam a indução, quando comparados aos delinquentes (Eisikovits & Sagi, 1982).

Para Noe (2008), em um outro estudo sobre as técnicas disciplinares, o avanço do desenvolvimento moral poderia depender da dinâmica e estrutura da socialização (por exemplo, baixa condição social e econômica dos pais, relação dos filhos com os pares de iguais desviantes e pais ou mães negligentes ou permissivos). Segundo este autor, os meninos de rua que apresentaram essas características estruturais da família, pontuaram mais alto no estágio 1 do raciocínio moral e os que tinham de 18 a 20 anos de idade, exibiram atrasos no desenvolvimento do raciocínio moral. Os estudos de Tavecchio, Stams, Brugman e Thomeer-Bouwens (1999) e Palmer e Hollin (2001) com uma amostra semelhante, apresentaram resultados próximos aos encontrados por Noe (2008).

Note-se que, de acordo com Hoffman (1975) o uso da prática disciplinar indutiva pelos agentes de socialização é a que tem mais probabilidade de evitar comportamentos socialmente indesejáveis.

Koller (1989) verificou a existência de diferenças entre os níveis de julgamento moral dos adolescentes infratores e não infratores institucionalizados (internos em programas de assistência social); aplicando o MJL, de Kohlberg, em 40 sujeitos em condições de nível sócio-econômico baixo, com idade média de 16 anos e que cursavam o ensino fundamental; 20

sujeitos (10 meninas e 10 meninos) eram infratores e 20 (10 meninos e 10 meninas) não-infratores, em situação de orfandade. Em seus resultados observou que os adolescentes não-infratores tinham nível de desenvolvimento mais alto que o dos infratores, porém, a maioria deles se encontrava no estágio 2 da moralidade pré-convencional; estágio este, que revelava um individualismo instrumental do sujeito, no qual ele considerava o cumprimento da lei ou da regra correta apenas quando trazia algum benefício para ele.

Seguindo uma perspectiva metológica diferente em relação a avaliação do juízo moral, Veneziano e Veneziano (1988) utilizaram a escala de moralidade- imoralidade, desenvolvido por Baker, Stewart, Kaiser, Brown e Barclay (1979) e observaram, em uma amostra com 411 jovens, do sexo masculino, de uma instituição coercitiva nos EUA, que os jovens que apresentaram médias superiores na dimensão de baixa moralidade apresentaram também menor desenvolvimento intelectual e desempenho escolar (avaliados em um teste de inteligência); menor pontuação nas habilidades sociais e um locus de controle externo (esses jovens acreditam que são controlados pelo destino ou qualquer circunstância externa); problemas familiares, principalmente, no que se refere a baixa coesão familiar e manifestaram traços de psicopatia.

Hains (1984), em uma amostra com delinquentes e não delinquentes de classe econômica baixa, de 10 a 15 anos, observou que os delinquentes apresentaram *performances* mais pobres do que os não delinquentes em relação ao raciocínio moral e habilidades cognitivas. Em relação ao raciocínio moral, os delinquentes, mesmo com uma intervenção para a melhoria do raciocínio, apresentaram um déficit estrutural. Porém em relação a tomada de perspectiva do outro, diferentemente, dos resultados de Gibbs e cols (1984),

Hains(1984) encontrou um resultado significativo entre tomada de perspectiva e delinquência. Entretanto, esse autor orienta para a necessidade de ter cuidado quanto a importância da tomada de perspectiva na delinquência, pois é possível que ela ocorra como um fator de estratégia para a ação delituosa, pois, para delinquir é necessário saber qual o ponto fraco na hora de atingir a vítima.

Debuyst (1985) analisou treze pesquisas que contemplam moral e delinquência e comprova que os delinquentes quando comparados aos não delinquentes apresentaram menor desenvolvimento moral, situando-se no nível pré-moral. Essa condição não permitiu aos jovens delinquentes refletirem sobre a tomada de decisão entre o certo e o errado. Com base nesses resultados, Debuyst (1985) chama a atenção para as fissuras da dinâmica no processo de socialização das instituições (família, escola, etc.) e dos agentes de socialização os quais não asseguram a proteção dos jovens e nem a sua auto-estima. Desta forma, esse processo, segundo Debuyst (1985; 1987), distancia o sujeito da construção da autonomia moral da responsabilidade psicossocial, alienando-o como sujeito dotado de livre arbítrio e responsável pelo seu ato. Trata-se de um ator social com falta de perspectiva social e interpessoal, pois esta, depende da posição que este ocupa no contexto social, na história e em seus projetos de vida. Afinal para os jovens delinquentes, quanto mais se conseguir o que se quer, mesmo causando prejuízo aos outros, melhor. Assim, o problema da delinquência juvenil tem sua origem na fragilidade atual das regulações das regras sociais e da estrutura das instituições sociais;

Para os autores citados nesta seção, o problema da imaturidade do raciocínio moral dos meninos de rua se deve a falta de experiências sociais positivas, como o role-taking, capaz de levá-los a desenvolver e amadurecer o

raciocínio moral. Sem pares ou grupos consistentes (por exemplo, professores e pais competentes do ponto de vista cognitivo, comportamental e afetivo), esses jovens não conseguem experimentar o papel de tomada de perspectiva do outro, condição essencial para um avanço do pensamento moral. Afinal o que importa para esses jovens é sobreviver a cada dia.

3.3.3. Estudos empíricos nos anos 90.

Na década de 90, Smetana (1990) desenvolveu um estudo semelhante ao de Blasi e Jurkovic, analisando, aproximadamente, trinta e cinco estudos. Smetana verificou que mesmo que os autores utilizassem vários instrumentos para avaliar a moralidade (por exemplo, MJT, DIT, SROM, SMR, entre outros), das pesquisas avaliadas, vinte e oito delas comprovaram que os jovens com que tinham cometido atos infracionais tinham um baixo nível moral, principalmente, quando comparados aos jovens que não delinqüiram.

Nelson, Smith e Dodd (1990), seguindo a mesma direção de Smetana (1990), avaliaram 50 estudos sobre desenvolvimento moral e delinqüência. Os resultados encontrados por esses autores assemelharam-se aos resultados de Smetana (1990): os jovens delinquentes tinham menor raciocínio moral do que os não delinquentes. Apesar desses resultados estarem de acordo com a hipótese levantada, os autores, sugeriram que para os estudos alcançarem maior consistência, seria de grande utilidade considerar a personalidade, o ambiente, entre outras variáveis, bem como realizar estudos longitudinais, a fim de esclarecer se o raciocínio moral, é, de fato, baixo e fixado no nível pré-convecional ou se avança de forma lenta.

Já para Dionne (1996), não se trata, simplesmente, de provar que o delinquente está localizado em níveis morais baixos, o importante seria intervir

na descentração cognitiva (especificamente, no role-taking), para que os jovens delinquentes pudessem progredir na socialização do Self. O fato é que, a cada novo nível de coordenação da perspectiva social do desenvolvimento moral, haverá uma nova forma (mais qualitativa do que o anterior) para que o indivíduo desenvolva necessidades sociais e psicológicas para se relacionar com os outros, avançando em níveis mais altos da moral.

Gouveia (1999) desenvolveu uma pesquisa no Brasil com jovens que cometeram comportamentos anti-sociais; este autor, avaliou o desenvolvimento moral de jovens infratores e não infratores e observou que os sujeitos infratores e não-infratores de classe baixa se encontravam no nível pré-convencional localizando-se no estágio 2, de orientação moral utilitária e individualista. Porém, havia uma diferença significativa na distribuição de freqüências do Escore Global obtido pelos dois grupos: os infratores apresentaram maior freqüência em estágio mais baixos e menor freqüência em estágios mais altos do que os não-infratores; os jovens não infratores, por se localizarem nos estágios mais elevados, apresentaram raciocínios com mais conteúdo e elaborações em suas respostas, demonstrando uma visão social mais ampla.

Diferente dos estudos que compararam a moralidade entre delinquentes e não delinquentes, encontrando diferenças nos escores da moralidade, o estudo de Gouveia (1999) não observou diferença no nível moral entre os grupos. O desencontro entre os resultados do seu estudo e os obtidos por outros autores pode ser explicado, segundo Gouveia, com base nas reflexões de Sarti (1996): os jovens delinquentes e os não delinquentes fazem parte da mesma estrutura social, neste caso, a estrutura é marginalizada para ambos os grupos. Estes jovens se orientam em direção de uma moral pragmática, direcionada à sobrevivência, diferenciando-se esses grupos

apenas em termos de suas orientações comportamentais de infração ou não (Gouveia, 1999).

Mas, isto explica apenas os resultados de Gouveia (1999), mas, não a diferença entre os estudos dela e dos outros autores. É possível que a resposta esteja para além de um processo evolutivo de luta pela vida; não se trata somente de uma descentração cognitiva, mas também, afetiva. Segundo Loos, Ferreira e Vasconcelos (1999), o sujeito desenvolveria, ao sair do eixo egocêntrico, a capacidade de saber quando violar uma regra moral e a compreensão de sentimentos de vergonha e culpa quando de uma transgressão.

3.3.4. Estudos empíricos no século XXI.

No estudo de Espinosa e cols. (2002) com uma amostra de jovens espanhóis, os autores observaram que os jovens com escores menores no raciocínio moral apresentaram condutas desviantes, especificamente, condutas relacionadas a falta de consciência cívica e ecológica (refere-se a violação às normas de convivência e desrespeito pela conservação do meio ambiente com o objetivo de incomodar os outros). Por outro lado, a diminuição das condutas desviantes de carácter conflituoso sem algum objetivo externo concreto (diz respeito, ao desafio ou enfrentamento com os outros ou de prejudicar terceiros a fim de conseguir o que se quer) ocorreu quando os escores no raciocínio moral aumentariam.

Díaz e Elícegui (2000) em uma pesquisa com jovens delinquentes espanhóis de 15 a 19 anos que participavam de um programa de mediação e conciliação do tribunal de justiça do País Vasco, observaram que, além do baixo nível moral – os quais localizavam-se no estágio 2 do nível pré-

convencional – ocorria a influência de outras variáveis: a maioria dos jovens provinha de famílias monoparental, com baixa supervisão parental (isto é, os pais não se preocupavam com o que os filhos faziam e onde estavam quando não se encontravam em casa) e uma disciplina familiar permissiva; apresentavam pouco ou nenhum interesse em ir a escola; mais da metade dos jovens eram usuários de drogas. De acordo com esses autores, nessa amostra, o atraso moral não somente era um problema da evolução cognitiva do sujeito, mas, tinha sua origem na fraca dinâmica socializadora em que os jovens viviam.

Steveson, Hall e Innes (2003) desenvolveram um estudo com homens e mulheres australianos, jovens delinquentes e não delinquentes. Esses autores, avaliaram o nível moral e os sentimentos em relação ao comportamento criminal. De acordo com os autores, semelhantes as outras pesquisa, os jovens delinquentes apresentaram um atraso moral em comparação com os não delinquentes, tendo estes apresentado escores maiores no estágio 3 e nível 4 do raciocínio convencional. Esses autores avaliaram também as atitudes de sentimento criminal que se referem ao quanto o sujeito acredita ser necessário um nível de justiça quando infringe uma norma social e o quanto acredita na neutralidade das instituições de controle social e jurídico, caso a infração tenha uma justificativa sobre o porquê do desvio. Os autores observaram que os delinquentes apresentaram uma média superior nas atitudes de sentimento criminal do que os não delinquentes. Os delinquentes, que apontavam a lei e o sistema jurídico como incompreensível às suas necessidades pessoais apresentavam baixa pontuação no nível moral.

Raaijmakers, Engels e Hoof (2005) desenvolveram um estudo longitudinal com jovens de 12 a 24 anos, entre 1991 a 1997. Ao analisar as

relações entre moral e delinquência em três momentos diferentes, esses autores observaram que os sujeitos mais jovens apresentaram escores mais altos no nível moral e um menor comportamento delinquente. Para esses autores, os jovens mais novos possuíam um nível de raciocínio moral mais suscetível às influências externas, podendo se envolver em atividades antissociais, enquanto que os jovens mais velhos possuíam um raciocínio moral mais integrado ao funcionamento moral e uma identidade pessoal, podendo ser capazes de desenvolver comportamentos e atitudes socialmente aceitas.

Raaijmakers e cols (2005) verificaram que no decorrer dos anos de pesquisa, os escores entre moral e delinquência (escores correlacionais negativos) tornaram-se estáveis. Uma reflexão desses autores sobre esses achados os levaram a considerar que o problema da delinquência é multideterminado por vários fatores: a influência dos pares de iguais, da estrutura familiar, dos antecedentes sociais e econômicos da família, do êxito escolar, estrutura e funcionalidade emocional, etc. e que o desenvolvimento moral também é influenciado por esses mesmo fatores.

O estudo de Villanueva, Pérez, Peña e Avellaneda (2007) sobre desenvolvimento moral em adolescentes homicidas, corrobora os achados de Raaijmakers e cols (2005). De acordo com Villanueva e cols. (2007), os sujeitos apresentaram um nível pré-convencional.

Ashka e Kenny (2007) comparou o nível moral de jovens delinquentes, de jovens que cometeram agressões sexuais e de jovens que não cometeram nenhum crime. Os jovens delinquentes com crime sexual apresentaram raciocínio moral nos estágios 1 e 2 (moral pré-convencional), mas, mostraram uma tendência a localização em um único deste estágio, o estágio 2. Os jovens

delinquentes sem crime sexual apresentaram um avanço no escore médio no estágio moral 3 (nível convencional).

Segundo Ashka e Kenny (2007), o fato de seus resultados corroborarem outros estudos com amostra de jovens delinquentes e não delinquentes, permite inferir que os jovens delinquentes estão ‘presos’ a um desenvolvimento de raciocínio moral, predominante, de nível pré-convencional, pois, mesmo que a qualidade do raciocínio moral varie entre os delinquentes em função do ato criminoso, o nível primitivo da moralidade ainda é consistente.

Lepre e Martins (2009) realizaram um estudo em que compararam o raciocínio moral (utilizando o MJ1) entre jovens usuários e não usuários de drogas lícitas (especificamente, o uso abusivo de bebidas) e observaram que os adolescentes com uso abusivo de álcool se localizaram entre o nível pré-convencional ou convencional, sendo que, mais de 56% encontravam-se no estágio 2 do nível pré-convencional, revelando um raciocínio, com base nas consequências imediatas de seus atos – isto é, o que é certo, é o que não lhe traz punição e valoriza seus próprios interesses. Os 44% dos jovens, não envolvidos com o álcool encontraram-se no nível convencional, apresentando um raciocínio com base nas expectativas sociais, vindas de autoridades - por exemplo, pais, igreja, escola, etc. (Lepre & Martins, 2009). Algo semelhante foi observado por Formiga (2010; 2005) com a condutas desviantes: quanto maior a identidade e aproximação afetiva com pais e professores, menor a pontuação média na conduta antissocial e delitiva dos jovens.

Já a pesquisa de Cruz (2006) apontou para uma incongruência entre o pensar e a ação moral: os jovens do estudo, mesmo considerando errado beber álcool e dirigir, não julgaram que fazia mal tomar ‘algumas doses’ sem exagerar e sair dirigindo; os jovens que bebiam muito e que demonstravam uma

moral convencional aderiam a regra do grupo de amigos para serem aceitos, mas, conseguiam se controlar, quando percebiam ter ultrapassado o limite da bebida.

Segundo Martins e Castro (2007), apesar de se encontrar um sentido teórico e prático entre a moral e a delinquência, com base na perspectiva do desenvolvimento sócio-cognitivo, haveria maior compreensão quanto a moral e a delinquência, se houvesse uma intergração da perspectiva sócio-cognitiva com a teoria psicanalítica. Note-se que esses autores procuram compreender o papel de determinadas distorções cognitivas e racionalizações responsáveis por desencadear a delituosidade. Para eles, a explicação desse fenômeno, deve-se á alguns tipos de distorções: o reforçamento egocêntrico dos jovens delinquentes, centrando-se em suas necessidades e desejos pessoais e desconsiderando os direitos e necessidades; o deslocamento da responsabilidade pessoal, focalizando na vítima a culpa, pois esta se encontra no lugar errado ou tem má sorte; a desvalorização do dano causado a vítima, minimizando o valor da humanidade, valorizando somente os atos agressivos; a atribuição de que é necessário ser hostil porque é provável de que possa estar escondido nas intenções do outro o pior para ele.

Para Calo e Brohman (2004) e Clavel (2001), a combinação da perspectivas psicanalitica e sócio-cognitva seria mais uma peça para o quebra cabeça na investigação dos processos psicológicos responsáveis pela determinação dos modos em que os sujeitos atuam em relação as normas. Isto permitiria um retorno aos detalhes intrínsecos da teoria de Piaget e Kohlberg quanto à avaliação e evolução da responsabilidade infantil, tanto numa perspectiva objetiva quanto subjetiva.

O estudo de Borges e Alencar (2009) se aproxima da proposta de Martins e Castro (2007) e Clavel (2001) na medida em que, Borges e Alencar (2009), procuram integrar mais de uma perspectiva teórica na análise da moral do delinqüente. Estes autores, em uma pesquisa com 20 homens, de 30 e 49 anos, que cumpriam pena em regime de liberdade condicional na Vara de Execuções Penais da cidade de Vitória-ES, por cometerem crime de homicídio doloso, avaliaram a motivação para a transgressão utilizando uma entrevista semiestruturada, a partir dos fundamentos do método clínico em sua forma verbal, proposto por Piaget (1932/1994). Borges e Alencar (2009) observaram que: a maioria dos participantes indicaram que, na época do crime, matariam novamente, justificando que o fizeram porque foram humilhados, mas, se fosse hoje – com a experiência de estar preso - não cometeriam o crime, porque este lhe trouxe conseqüências negativas, porque a vida hoje tem mais valor e porque a pessoa evolui, aprendendo com os erros quando fica mais velho. Para esses pesquisadores a dinâmica moral nas respostas dos presidiários reflete uma mudança de estágio moral, ao considerar o processo coercitivo que estão passando.

Assim, Borges e Alencar (2009) julgam que o desenvolvimento do juízo moral integra uma formação mais ampla, bem como, a inclusão de um pensamento empático, considerando o respeito e a importância das pessoas. Os resultados encontrado por Borges e Alencar (2009) permite avaliar o avanço moral nesses adultos, pelos menos quando se refere a assimilação do significado do ato criminoso deles e sua auto-percepção quanto causa e a conseqüência da delituosidade com vistas a mudança no raciocínio e nas relações interpessoais.

Por fim, Stams, Brugmans, Deković e Rosmalen (2006) avaliaram, aproximadamente, 50 estudos entre 1944 e 2006, comparando o nível de moralidade em jovens delinquentes e não delinquentes. Este estudo seguiu uma direção semelhante a avaliação realizada por Smetana (1990) e Nelson, Smith e Dodd (1990) e chegou a conclusões semelhantes a desses autores: além dos jovens infratores, em comparação com jovens não delinquentes da mesma idade e sexo (homens), apresentarem escores em um nível de desenvolvimento moral mais baixo, os infratores, tinham baixo nível de inteligência e algum transtorno psicótico, em particular, aqueles jovens privados de liberdade em período recente de detenção. Outro resultado significativo diz respeito ao baixo comprometimento com a auto-determinação e tomada de perspectiva social desses jovens, construto este, muito importante para o juízo moral e, conseqüentemente, para competência social.

CAPÍTULO IV - ESTUDOS EMPÍRICOS.

PRIMEIRO ESTUDO: ANÁLISE

EXPLORATÓRIA DAS ESCALAS UTILIZADAS

NA TESE.

4.1. Método.

4.1.1 - Sujeitos

Participaram do estudo 377 jovens da cidade de João Pessoa – PB de contextos sócio-educativos diferentes – escola estadual, escola privada e escola militar, de 14 a 18 anos, do sexo feminino e do sexo masculino, nível escolar fundamental e médio da rede de educação da mesma cidade. Praticamente todos eram solteiros, com renda econômica concentrada entre 501,00 a 2.000,00 reais e nível educacional dos pais de nível médio a superior (ver tabela 1).

Tabela 1: Caracterização da Amostra de Respondentes (N = 377)

VARIÁVEL	NÍVEIS	f	%
Grupos de jovens	Jovens do colégio estadual	136	35
	Jovens do colégio militar	140	37
	Jovens do colégio privado	94	25
Sexo	Masculino	153	40
	Feminino	224	60
Idade	14 anos	66	17
	15 anos	149	40
	16 anos	108	27
	17 anos	32	9
	18 anos	22	7
Estado Civil	Casado	9	2
	Solteiro	368	98
Renda Familiar	< de R\$ 500,00	59	16
	Entre R\$ 501 a 1.000,00	109	29
	Entre R\$ 1.001 a 2.000,00	106	29
	> de R\$ 2.500,00	103	27
Nível de estudo do Pai	Nenhum	15	4
	Fundamental	53	14
	Médio	125	33
	Técnico	61	16
	Universitário	87	23
Nível de estudo da Mãe	Pós-graduado	36	10
	Fundamental	60	16
	Médio	115	31
	Técnico	54	14

Universitário	113	30
Pós-graduado	22	6

4.1.2 - Instrumentos

O questionário foi composto pelos seguintes instrumentos:

4.1.2.1 Escala de Anomia Social – EAS.

Considerada escala de Instabilidade Social, foi desenvolvida por Li, Atteslander, Tanur & Wang (1999). O instrumento, em sua versão original, é composto por 32 itens que avaliam como as pessoas experimentam subjetivamente os eventos sociais a respeito dos quais o respondente deveria indicar sua resposta, com um “X” ou círculo, numa escala tipo Likert variando de 0 = Discordo Totalmente a 5 = Concordo Totalmente.

Essa escala foi adaptada para o Brasil por Aguiar (2003) com apenas 24 itens, revelando indicadores de consistência interna aceitável, com seus alfas variando de 0,73 a 0,90. Essa escala compreende três dimensões: Descontentamento - (nove itens, que se referem a percepção da situação individual e do sistema no qual o indivíduo está inserido); Desconfiança – (seis itens, envolvendo falta de confiança no governo em relação a aspectos políticos, econômicos e sociais); Pessimismo (seis itens, que avaliam as pessoas sobre a mobilidade social e a abertura de oportunidades na estrutura social com base no passado (Estimativa da mobilidade obtida) e em termos de futuro (Mobilidade antecipada para o futuro).

4.1.2.2. Escala de Atitude Anômica - EAA.

Esse instrumento foi elaborado pelo autor desse trabalho a partir dos estudos que pretendiam avaliar uma espécie de anomia enfatizando aspectos psicológicos. Esses aspectos já haviam sido apontados por Durkheim e Merton, porém, não avaliados empiricamente. O instrumento foi construído tomando-se

como referência a escala de Isolamento Social de Srole (1956), de Eunomia de Miller e Butler (1959), de Anomia de McClosky e Scharr (1965) e de Microanomia Konty (2005). Esses autores, de forma geral, procuraram avaliar o comportamento anômico em termos de um estado mental do sujeito, especificamente considerando sentimentos e percepções individuais.

A escala construída tem como objetivo avaliar um conjunto de atitudes e crenças em relação ao utilitarismo e a perda da solidariedade entre as pessoas frente ao não cumprimento de uma norma ou regra social estabelecida. É composta por oito itens a respeito dos quais o respondente deve indicar sua concordância em uma escala tipo *Likert* que variando de 1 (não concordo) a 5 (concordo totalmente). Mais detalhes dessa escala encontram-se descritos nos resultados.

4.1.2.3. Escala de Orientação ao Sucesso - EOS.

Esta escala foi contruída pelo autor da tese com base nas reflexões de Merton (1938/2002) em relação ao sujeito buscar na sociedade realizar seus objetivos, a partir de metas estabelecidas que são comuns a todas as pessoas que procuram atingir o sucesso.

A EOS é composta por 11 itens, os quais se referem a obtenção de êxito e reconhecimento social no decorrer da vida em sociedade. Para responder as esta escala o sujeito deve indicar o quanto é importante suas metas pessoais e seu desejo de obter algo na vida, numa escala tipo *Likert*, que varia de 0 = Não é importante para mim a 5 = Essencialmente importante. Mais detalhes sobre a escala serão vistos nos resutados.

4.1.2.4. Escala de Condutas Antissociais e Delitivas - ECAD.

Essa escala foi construída por Formiga (2002) e validada por Formiga e Gouveia (2003). Composta por quarenta itens, que avaliam o quanto as pessoas julgam que praticam condutas antissociais, isto é, que não expressam delitos, mas comportamentos que desafiam a ordem social e infringem normas sociais (por exemplo, jogar lixo no chão mesmo quando há perto um cesto de lixo; tocar a campainha na casa de alguém e sair correndo); e o quanto as pessoas julgam que praticam condutas delitivas, as quais, envolvem comportamentos de infrações que estão fora da lei, e que prejudicam alguém ou mesmo à sociedade como um todo (por exemplo, roubar objetos dos carros; conseguir dinheiro ameaçando pessoas mais fracas). Para cada item, o respondente deve indicar, em uma escala tipo Likert de 10 pontos (0 = nunca e 9 = sempre), o quanto apresenta no dia-dia o comportamento mencionado no item.

Essa escala, quando de sua validação por Formiga e Gouveia (2003) para o contexto brasileiro, revelou indicadores psicométricos consistentes e a existência de dois fatores: a Conduta Antissocial, que apresentou um Alpha de Cronbach de 0,86 e a Conduta Delitiva ou Delinqüente com um Alpha de 0,92. Considerando a Análise Fatorial Confirmatória, realizada com o Lisrel 8.0, as dimensões encontradas, conforme os indicadores aceitos na literatura vigente, confirmaram as observadas na análise dos principais componentes. Em outro estudo desenvolvido por Formiga (2003) essa escala mostrou-se fidedigna, apresentando alfas semelhantes aos encontrados no estudo realizado por Formiga (2002) e Formiga e Gouveia (2003).

4.1.2.5. Defining Issues Test – DIT. A forma original desse instrumento compreende seis dilemas hipotéticos, cada um acompanhado por 12 afirmativas, que são avaliadas pelo sujeito numa escala do tipo *Likert*, que varia de 1 = *Máxima Importância* a 5 = *Nenhuma Importância*. A versão utilizada neste estudo é uma adaptação da forma original traduzida e validada por Bulzneck (1977) e por Camino e Luna (1989); porém, na presente tese, foi aplicado apenas um dos seis dilemas: o do *Prisioneiro Foragido*.

Após avaliar cada item, o respondente deve indicar quais os quatro itens que considera mais importantes. Para a avaliação do questionário, foi feita uma folha de dados para cada sujeito e foram seguidos os seguintes passos:

- Observaram-se apenas as respostas aos itens escolhidos como os quatro mais importantes;

- Para a questão marcada como a mais importante, consultava-se um diagrama ou crivo de respostas (Apêndice II) para achar qual o estágio a que o item se referia. Por exemplo: se a escolha principal do sujeito, na estória do prisioneiro foragido, foi a questão 6, esta seria uma escolha de estágio 4 e assim sucessivamente;

- Depois de encontrados os estágios dos itens, foram conferidos as escolhas diferentes pesos: peso 4 ao estágio correspondente à primeira escolha, 3 ao estágio correspondente à segunda, 2 ao estágio correspondente à terceira e 1 ao estágio correspondente à quarta. No final, somando-se o peso obtido em cada estágio, obteve-se o escore total de cada estágio.

- Para obter o escore da moralidade de princípios - “P” - foram somados os subtotais dos estágios 5A, 5B e 6. Isto é interpretado como a relativa importância atribuída às considerações morais de princípios pós-convencionais referentes a uma decisão moral.

- Para expressar os resultados totais em termos de percentagem, divide-se o escore bruto por 60.

4.1.3. Procedimento

- Ético

Foram observadas as recomendações relacionadas à pesquisa com seres humanos, conforme os princípios éticos da Declaração de Helsinque, contidos na Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 196/95.

- Administração

Para a aplicação do instrumento, contou com o responsável pela coleta dos dados visitou a coordenação ou diretoria das instituições de ensino, falando diretamente com os diretores e/ou coordenadores para depois tentar a permissão junto aos professores responsáveis por cada disciplina. Uma vez com a autorização (ver anexo 1) expôs sumariamente o objetivo da pesquisa para os jovens e solicitou sua participação voluntária.

Foi dito aos participantes que não havia respostas certas ou erradas e que eles não deveriam sentir-se obrigados a responder o instrumento, podendo desistir a qualquer momento.

A todos foi assegurado o anonimato das suas respostas, enfatizando-se que elas seriam tratadas em seu conjunto, estatisticamente. Apesar da auto-aplicação do questionário, com instruções necessárias para que pudessem ser respondidos, o autor da tese juntamente com estudantes de Psicologia e do núcleo NPDSM, previamente treinados, estiveram presentes em sala de aula. A tarefa de aplicação consistiu em apresentar os instrumentos, solucionar as eventuais dúvidas e conferir a qualidade geral das respostas emitidas pelos respondentes.

Realizava-se, antes de administrar o instrumento de pesquisa, um *Rapport* com o objetivo de esclarecer o trabalho em questão e situá-los no estudo.

- Análise de Dados

Os dados foram analisados através do SPSS (versão 15). Além de estatísticas descritivas (média, desvio padrão, frequência e moda), realizou-se uma análise dos Componentes principais (CP) com rotação varimax e foi calculada a consistência interna (Alfa de Cronbach) dos fatores resultantes. Para realizar a análise CP, tomou-se como critérios o KMO igual ou superior a 0,60 e o Teste de Esfericidade de Bartlett (qui-quadrado, χ^2) significativo ($p < 0,05$) (Tabachnick & Fidell, 2001; Bisquerra, 1989; Dancey e Reidy, 2006).

Além disso, considerando que os critérios de Kaiser (valor próprio igual ou superior a 1) e Cattell (distribuição gráfica dos valores próprios, visando distinguir aqueles sobressalentes) tendem a maximizar o número de fatores a extrair (Bisquerra, 1989; Dancey e Reidy, 2006), decidiu-se efetuar uma Análise Paralela (Hayton, Allen & Scarpello, 2004; Ledesma & Valero-Mora, 2007). Neste caso, teve-se em conta a sintaxe do SPSS desenvolvida por O'Connor (2000), a fim de realizar a Análise Paralela proposta. Esses critérios serão utilizados para todas as escalas

4.2 Resultados

Inicialmente, procurou-se conhecer a viabilidade de realizar uma análise exploratória dos instrumentos não adotados no Brasil. Especificamente, foram realizados cálculos para a Escala de Atitude Anômica_ e para a Escala de Orientação ao Sucesso. Em relação à essas escalas os resultados serão apresentados contemplando os seguintes passos a seguir:

1 – Inicialmente será apresentada uma análise discriminativa dos itens com base nos grupos-critério internos, observando a diferença das médias, a partir do teste t de Student, entre as respostas dos participantes abaixo do corte da mediana (considerando grupo inferior) e acima da mediana (grupo superior);

2 – Em seguida, serão apresentados os resultados da Análise Fatorial Exploratória (AFE), Análise Paralela (AP) e Análise Fatorial dos Componentes (AFCP) Principais das escalas com a finalidade de avaliar a distribuição item-fator e o respectivo indicador de confiabilidade. A fim de assegurar uma melhor consistência na escolha dos fatores, alguns critérios foram levados em conta: (1) quantidade de valores próprios (*eigenvalues*) iguais ou superiores a 1 (Critério de Kaiser); (2) distribuição gráfica dos valores próprios, tomando como referência o ponto a partir do qual nenhum outro fator apontava consideravelmente para a estrutura fatorial (Critério de Cattell); e (3) análise paralela.

4.2.1. Análise discriminante e exploratória da Escala de Atitude Anômica - EAA.

Com o objetivo de conhecer o número de dimensões da Escala de Atitudes Anômicas – EAA –, proposta para o contexto brasileiro, procurou-se verificar se os itens apresentavam capacidade de discriminar pessoas com magnitudes próximas, ou seja, discriminar pessoas dos grupos inferior e superior com relação ao construto medido (Hwang, 2002; Pasquali, 2003).

A partir dos múltiplos testes, observou-se que nenhum dos itens deveria ser descartado (diferença estatisticamente significativa). Assim, estes itens (ver Tabela 1 do Anexo) foram retidos na escala para a realização da Análise Fatorial Exploratória - AFE. Para esta análise, consideraram-se os dados de 377 participantes e realizaram-se 1000 simulações aleatórias.

Após a AFE, 2 juízes especializados na análise estatística e teórica, interpretaram a estrutura resultante o que permitiu corroborar a adequação da matriz de correlação ($KMO = 0,75$ e do *Teste de Esfericidade de Bartlett*, $\chi^2 = 222,82$, $DF = 28$, $p < 0,001$) para três fatores, conforme a distribuição gráfica dos valores próprios (critério de Cattell) (ver Figura 1 do Anexo).

Porém, de acordo com o critério de Kaiser foram identificados apenas dois fatores (Tabela 2 do anexo) com valores próprios maiores que 1, que explicaram conjuntamente 41,13% da variância total. Para não ter dúvida, quanto ao número de fatores, realizou-se uma Análise Paralela assumindo os mesmos parâmetros do banco de dados original.

Contrastando os valores da análise de Kaiser, com os observados empiricamente na análise paralela, confirmou-se a retenção de dois fatores, também, com valores próprios superiores a 1 (ver Tabela 2 do anexo).

Atento a interpretação do item-fator, juízes especializados nas análises efetuadas, contribuíram com seu julgamento para corroborar a decisão de considerar dois fatores na referida escala.

A seguir, procedeu-se a realização de uma Análise dos *Componentes Principais* (ACP), com rotação *varimax*. A ACP mostrou-se bastante adequada conforme o $KMO = 0,75$ e o *Teste de Esfericidade de Bartlett*, $\chi^2 = 222,82$, $DF = 28$, $p < 0,001$.

Os resultados da extração revelaram a presença de dois fatores principais, corroborando o encontrado nas análises anteriores destinadas a tomada de decisão para a escolha dos fatores. Esses fatores explicaram conjuntamente 41,13% da variância total (ver tabela 2).

A organização dos itens relativos do primeiro fator foi denominada de Oportunismo. Este fator apresentou valor próprio de 1,85; explicou 23,07% da variância total; seu índice de consistência interna (Alfa de Cronbach) se situou em 0,50; apresentou uma média de 2,80 e um desvio padrão de 0,85.

O segundo fator foi denominado de Desilusão Gregária. Este fator apresentou um valor próprio de 1,44; explicou 18,05% da variância total; seu índice de consistência interna (Alfa de Cronbach) situou-se em 0,54; apresentou uma média de 3,67 e um desvio padrão de 0,60.

A título de apresentação dos resultados, os fatores encontrados serão descritos na tabela 2. Para facilitar a compreensão do leitor, apresentou-se o conteúdo de cada item, sua saturação (carga fatorial) e comunalidade, bem como os indicadores de consistência interna (Alfa de Cronbach) e variância explicada por cada fator. A escala obteve um índice de consistência interna (Alfa de Cronbach) situado em 0,51.

Tabela 2. Descrição dos fatores da Escala de Atitude Anômica.

<u>Conteúdo dos Itens</u>	<u>Ordem</u>	<u>M</u>	<u>DP</u>	<u>moda</u>	<u>FATORES</u>		
					<u>a_{i.f1}</u>	<u>a_{i.f2}</u>	<u>h²</u>
01. Se eu tiver chance, não acho errado pedir ajuda a alguém importante para conseguir um emprego ou me salvar de algum problema.	(05)	3,30	1,36	4,00	0,69	0,11	0,28
02. É sempre bom ser simpático e prestativo com as pessoas importantes, vai ver que um dia precisa-se delas.	(03)	3,54	1,44	5,00	0,63	0,20	0,39
03. Estamos tão ocupados que não seria problema dar um jeitinho, discretamente, para passar à frente na fila, pagar algo mais barato, não perder tempo numa prova ou teste, etc.	(08)	2,23	1,31	1,00	0,62	0,21	0,39
04. Ao comprar algo e receber o troco a mais eu não reclamo, pois o erro é da pessoa que passou o troco, não prestando atenção no trabalho.	(09)	2,01	1,36	1,00	0,62	0,15	0,10
05. Hoje, uma pessoa tem que viver ao máximo a sua vida no <i>aqui e agora</i> , o <i>amanhã</i> deixa acontecer.	(07)	2,90	1,49	4,00	0,39	0,05	0,17
06. O que está faltando no mundo de hoje é o velho tipo de amizade que dura toda a vida.	(01)	4,07	1,17	5,00	0,06	0,64	0,37
08. Eu sinto que muitas vezes, as coisas que eram valiosas para os nossos pais, estão perdendo seu valor diante dos nossos olhos.	(02)	3,98	1,04	4,00	0,01	0,64	0,29
07. Hoje não vejo mais nossos vizinhos se preocuparem conosco.	(04)	3,45	1,31	5,00	0,02	0,62	0,24
09. Eu sinto que, antigamente, a vida das pessoas era bem melhor do que a que se encontra hoje, pois elas sabiam o que fazer e esperar das coisas e dos outros.	(06)	3,16	1,12	4,00	0,07	0,48	0,15
.....							
Média fator					2,80	3,67	
Desvio padrão fator					0,85	0,60	
Número de Itens					05	04	
Alfa de Cronbach					0,60	0,64	
Valo Próprio					1,92	1,51	
% Variância Explicada					21,34	16,73	

Alfa de Cronbach Total							0,66
% Variância Explicada total							38,06

Número de Itens

09

Notas: $a_{i..f1}$ = Carga Fatorial do fator 1 [Oportunismo]; $a_{i..f2}$ = Carga Fatorial do fator 2 [Desilusão Gregária]. h^2 = Comunalidade.

4.2.2. Análise descritiva dos itens-fator da Escala de Atitude Anômica fatoralizada.

A partir de uma análise descritiva (Média e desvio padrão) para cada item da escala, observou-se que as maiores médias, hierarquicamente, estiveram para os seguintes itens: 06, 08, 01 e 02. Além disso, o cálculo da moda revelou que as maiores modas estiveram para os itens: 01, 02, 05, 06 e 07.

Vale destacar que o fator Oportunismo relacionou-se, positivamente, com o fator Desilusão Gregária ($r = 0,25$), e que o mesmo foi observado entre a Atitude Anômica (Pontuação total de todos os itens da escala) e o fator Oportunismo ($r = 0,85$) e o fator Desilusão Gregária ($r = 0,62$), todos significativos a $p < 0,01$.

4.2.3. Análise discriminante e exploratória da Escala de Orientação ao Sucesso - EOS.

Seguindo os mesmos cálculos realizados para a Escala de Atitude Anômica, discriminou-se as magnitudes das pontuações entre os grupos inferior e superior com relação a mediana relativa à Escala de Orientação ao Sucesso. Observou-se, após os cálculos, que todos os itens deveriam ser incluídos (com diferença estatisticamente significativa) na pretensa escala, conforme Tabela 3 do anexo.

Em seguida foi realizada uma Análise Fatorial Exploratória - AFE. Foram realizadas 1.000 simulações aleatórias, e feita, por juízes especializados, a interpretação da estrutura resultante dessa análise.

Os resultados da AFE indicaram a adequação da matriz de correlação: $KMO = 0,92$ e do *Teste de Esfericidade de Bartlett*, $\chi^2 = 2344,27$, $p < 0,001$. A distribuição gráfica dos valores próprios (critério de Cattell) permitiu identificar cinco componentes (ver Figura 2 do Anexo).

Porém, utilizando o critério de Kaiser, identificou-se apenas três componentes (Tabela 4) com valores próprios maiores que 1, explicando conjuntamente 29,23% da variância total. Contrastando os valores da análise de Kaiser com os observados na Análise Paralela foram identificados dois componentes pertencentes a Escala de Orientação ao Sucesso - EOS. Atento a interpretação do item-fator, juízes especializados na análise estatística e na teoria, contribuíram com seu julgamento para corroborar a decisão de reter dois componentes (Tabela 4 do Anexo).

A partir dos critérios estabelecidos procedeu-se a realização de uma Análise dos Componentes Principais (ACP), com rotação *Varimax*. A utilização desta técnica se mostrou bastante adequada através do $KMO = 0,92$ e o *Teste de Esfericidade de Bartlett*, $\chi^2 = 2344,27$, $p < 0,001$.

Os resultados da extração (ver tabela 4) revelaram a presença de dois componentes principais, os quais explicaram conjuntamente 49,43% da variância total e juntos obtiveram um índice de consistência interna (Alfa de Cronbach) igual a 0,90. O primeiro componente, denominado de Orientação ao Hedonismo que apresentou valor próprio de 6,39, explicou 39,94% da variância total e obteve um índice de consistência interna (Alfa de Cronbach) igual a 0,89. O segundo componente, denominado de Orientação à Estética Social apresentou um valor próprio de 1,52, explicou 9,49% da variância total e obteve um índice de consistência interna (Alfa de Cronbach) igual a 0,86.

Tabela 4. Descrição dos fatores da Escala de Orientação ao Sucesso.

<u>Conteúdo dos Itens</u>	FATORES				
	M	DP	<u>a_{i.f1}</u>	<u>a_{i.f2}</u>	<u>h²</u>
2. Ter atividade que tenha boa remuneração	3,50	1,37	0,79	0,12	0,63
4. Ter dinheiro suficiente para não ter que pedir a ninguém.	4,11	1,27	0,74	0,13	0,56
3. Ter uma importante e prestigiada posição social.	3,23	1,45	0,61	0,25	0,50
5. Estar com uma pessoa bonita, carinhosa, dedicada, compreensiva e que me ame.	4,43	1,03	0,60	0,12	0,37
1. Ter várias férias ao ano.	2,62	1,55	0,41	0,11	0,18
10. Vestir-me com roupas e sapatos da moda atual e de marca (grife).	2,61	1,72	0,20	0,78	0,65
8. Conhecer pessoas importantes, influentes e de destaque social.	2,62	1,60	0,15	0,75	0,63
6. Frequentar bons lugares (restaurantes, hotéis, festas, etc.) e ser prestigiado.	3,14	1,52	0,18	0,65	0,57
9. Ter crédito em instituições financeiras (bancos, cartões de crédito, lojas, etc.) sem burocracia.	3,14	1,54	0,25	0,65	0,48
11. Ser reconhecido como pessoa bonita e Importante.	2,72	1,63	0,12	0,64	0,51
7. Ter um bom carro ou moto	3,21	1,61	0,47	0,56	0,54
Média fator			3,20	3,00	
Desvio padrão fator			0,96	1,23	
Número de Itens			05	06	
Alfa de Cronbach			0,89	0,86	
Eigenvalue			6,39	1,52	
% Variância Explicada			39,94	9,49	

Alfa de Cronbach Total	0,90
% Variância Explicada total	49,43
Média total da escala	3,18
Desvio padrão total da escala	1,01

Notas: $a_{i,f1}$ = Carga Fatorial do fator 1 [Orientação Hedonista]; $a_{i,f2}$ = Carga Fatorial do fator 2 [Orientação a Estética social]; h^2 = Comunalidade.

4.2.4. Análise descritiva dos itens-fator da Escala de Orientação ao Sucesso fatorializada.

Em relação a média de cada item da escala, as maiores foram, hierarquicamente, para os seguintes itens: 5, 4, 2, 3 e 7. No que se refere as médias dos fatores, o fator Orientação para o Hedonismo apresentou uma média de 3,20 e um desvio padrão de 0,98; o fator Estética Social, uma média do fator de 3,00 e um desvio padrão de 1,23. A média da escala total foi de 3,18 e o desvio padrão de 1,01.

Como mais um destaque da mensuração da escala, observou-se uma relação direta e significativa entre os fatores: o fator Hedonismo relacionou-se, positivamente, com o fator Estética Social ($r = 0,58$). No que se refere a Orientação para o Sucesso, houve uma relação direta com Hedonismo ($r = 0,84$) e com a Estética Social ($r = 0,93$), todas significativas a um $p < 0,01$.

4.2.5. Escala de Conduta Antissocial e Delitiva (ECAD): análise exploratória para uma escala reduzida.

Mesmo não sendo objetivo principal da tese a fatorialização dessa escala, resolveu-se reavaliá-la pelos seguintes motivos:

1 – Desde o ano de publicação da adaptação dessa escala para o contexto brasileiro (Formiga, 2002; Formiga & Gouveia, 2003), viu-se a necessidade de avaliá-la quanto a distribuição item-fator, de acordo com o que foi encontrado pelos autores, com o objetivo de tornar a escala mais acurada;

2 – Procurar avaliar os componentes da escala com base em perspectivas clássicas e modernas sobre a mensuração dos testes psicológicos (por exemplo, Teoria clássica dos testes e Análise estrutural), já que no trabalho de Formiga e Gouveia (2003), além de não ser contemplada a concepção clássica, na Análise Estrutural, alguns indicadores estatísticos não foram incluídos (por exemplo, ECVI, CAIC, CFI e RMSEA), sendo necessária a inclusão para maior garantia da mensuração da conduta desviante.

Desta maneira, a escala do estudo de Formiga (2002) e Formiga e Gouveia (2003) passou por dois processos: 1 – uma crítica, mais objetiva e matematizada, considerando a análise discriminativa dos itens; isto é, os grupos-critério internos a partir da soma dos 40 itens do instrumento, observando-se a diferença das médias, a partir do teste t de Student, entre as respostas dos participantes abaixo do corte da mediana (grupo inferior) e acima da mediana (grupo superior); 2 – uma melhor caracterização da amostra no que tange aos tipos de escolas freqüentadas pelos participantes da pesquisa, pois no estudo de Formiga e Gouveia (2003) havia apenas dois tipos de escolas – escola pública e particular - da cidade de João Pessoa-PB.

4.2.6. Análise discriminativa da Escala de Conduta Antissocial e Delitiva (ECAD).

Conforme procedimento descrito nas análises das escalas anteriores, calculou-se o poder discriminativo dos itens (ver Tabela 5). Estes itens foram retidos na escala, justificando-se considerá-los para a realização da Análise Fatorial Exploratória.

A partir dessa análise, realizou-se, mais uma vez, uma Análise Fatorial Exploratória – AFE do instrumento a fim de replicar as análises estatísticas previamente realizadas quando da adaptação brasileira desta medida. Tendo sido fixada a extração de dois fatores, efetuou-se uma *PC* e realizou-se uma rotação *obliqua*. Em seguida, avaliou-se a adequação de proceder a este tipo de análise [$KMO = 0,94$; *Teste de Esfericidade de Bartlett*, $\chi^2 (780) = 12222,17$, $p < 0,001$]. Os resultados da extração revelaram a presença de dois fatores principais, que foram encontrados, também, pelo Critério de Kaiser, Critério de Cattell e pela Análise Paralela. Os resultados a respeito podem ser observados na tabela 6. Foram suprimidos da estrutura fatorial os itens com saturação abaixo de 0.40.

Tabela 6: Estrutura Fatorial do Questionário de Conduta Antissocial e Delitiva (ECAD-40).

Itens	COMPONENTES	
	I	II
09- Responder mal a um superior ou autoridade (em casa, trabalho, compromisso etc.).	0,78*	0,04
15- Dizer palavrões ou expressões pesadas.	0,75*	0,04
30- Brigar com os outros (com golpes, insultos ou palavras ofensivas).	0,74*	0,09
12- Chegar de propósito mais tarde do que o permitido (em casa, no trabalho, compromisso etc.)	0,74*	0,14
38- Riscar em lugares proibidos (paredes, mesas etc.).	0,71*	0,02
28- Chegar tarde ao trabalho, colégio ou reunião.	0,70*	0,05
29- Negar-se a fazer as tarefas solicitadas (no trabalho, na escola ou em casa).	0,70*	0,01
11- Incomodar pessoas desconhecidas ou fazer desordens em lugares públicos.	0,66*	0,17
21- Jogar lixo no chão (quando há perto um cesto de lixo).	0,65*	0,05
10- Arrancar ou pisar flores ou plantas em parques ou jardins. lugares públicos.	0,65*	0,01
02- Sair sem permissão (do trabalho, escola, cinema etc.).	0,65*	0,06
05- Bagunçar ou assobiar em uma reunião, lugar público	0,64*	0,10

01- Fazer brincadeiras pesadas com as pessoas, como empurrá-las na lama ou tirar-lhes a cadeira quando vão sentar.	0,64*	0,06
04- Comer em locais proibidos (trabalho, escola etc.)	0,63*	0,15
37- Tocar a campainha na casa de alguém e sair correndo.	0,63*	0,01
34- Trapacear (em provas, competição importante, gabarito de resultado etc.).	0,59*	0,20
26- Quebrar ou jogar no chão coisas dos outros.	0,54*	0,10
36- Entrar em um clube proibido ou comprar bebidas proibidas.	0,52*	0,30
08- Destruir ou danificar coisas em lugares públicos.	0,49*	0,43
40- Pertencer a uma turma que arma confusões, meter-se em brigas ou criar badernas.	0,48*	0,28
24- Apanhar frutas em um jardim ou pomar alheio.	0,48*	0,13
18- Entrar em um local proibido (jardim privado, casa vazia etc.).	0,43*	0,37
03- Pegar escondido o carro ou a moto de um desconhecido para dar um passeio, com a única intenção de se divertir.	0,39*	0,13
23- Planejar de antemão entrar em uma casa ou apartamento para	0,14	0,98*
17- Roubar objetos dos carros.	0,06	0,91*
19- Entrar em uma loja que está fechada, roubando algo ou não. roubar coisas de valor.	0,08	0,91*
22- Entrar em um apartamento ou casa e roubar algo (sem ter planejado antes).	0,12	0,86*
32- Roubar materiais ou ferramentas de pessoas que estão trabalhando.	0,10	0,85*
06- Roubar roupas de um varal ou objetos dos bolsos de uma roupa pendurada em um cabide.	0,01	0,83*
27- Roubar coisas ou dinheiro em máquinas de refrigerantes, telefones públicos etc.	0,04	0,83*
25- Pegar escondido a bicicleta de um desconhecido e ficar com ela.	0,09	0,82*
16- Roubar coisas de grandes armazéns, supermercados, entre outros estando abertos.	0,05	0,82*
31- Roubar coisas de um lugar público (trabalho ou colégio) com um valor de mais de R\$ 10,00.	0,01	0,76*
39- Forçar a entrada em um armazém, garagem, depósito ou mercearia.	0,10	0,73*
07- Conseguir dinheiro ameaçando pessoas mais fracas.	0,15	0,72*
33- Usar drogas.	0,21	0,71*
35- Sujar as ruas ou calçadas quebrando garrafas ou virando depósitos de lixo.	0,24	0,61*
14- Portar uma arma (faca ou canivete) caso considere necessário em uma briga.	0,23	0,55*
20- Resistir ou brigar para escapar de um policial.	0,15	0,51*
13- Gastar freqüentemente no jogo mais dinheiro do que pode.	0,27	0,37*

Número de Itens	23	17
Alfa de Cronbach	0,94	0,95
Eigenvalue	16,88	4,38
% Variância Explicada	42,21	10,96

Notas: * Item considerado na interpretação do componente. Componentes: I – Comportamento Antissocial e II – Comportamento Delitivo.

As duas dimensões apresentaram valores próprios (*eigenvalues*) superiores a 1 (critério de Kaiser), explicando conjuntamente 53,17% da variância total. As saturações no primeiro componente – I - (*antissocial*) variaram entre |0,39| e |0,78|, e no segundo – II - (*delitivo*) entre |0,37| e |0,98|.

No que diz respeito a consistência interna, avaliada por meio do método de duas metades (*split half*), foi observado que os fatores, Condutas Antissociais e Condutas Delitivas apresentaram alfas de Cronbach, respectivamente, de 0,94 e 0,95. Quanto ao que se chamou de conduta desviante - somatório da pontuação total da escala, o alfa foi 0,95. Vale destacar que os fatores entre si apresentaram uma relação direta e significativa: a Conduta Antissocial relacionou-se com a Delitiva ($r = 0,69$; $p < 0,01$), e ambas relacionaram-se com a Conduta Desviante (respectivamente, $r = 0,95$ e $r = 0,88$).

Os parâmetros psicométricos do ECAD, sob a luz da análise exploratória, podem ser considerados aceitáveis (Pasquali, 2003; Tabachnick, & Fidell, 2001; Dancey. & Reidy, 2006; Bisquerra, 1989). Tanto a organização fatorial quanto os indicadores de consistência interna foram coerentes com os encontrados por Formiga (2002), Formiga e Gouveia (2003) e Formiga (2003), contudo, seis itens revelaram a necessidade de exclusão, seja porque alguns deles apresentaram escores no fator não hipotetizado (neste caso, quatro itens: *Destruir ou danificar coisas em lugares públicos*; *Pegar escondido a bicicleta, carro ou moto de um desconhecido para dar um passeio, com a única intenção de se divertir*; *Entrar em um clube proibido ou comprar bebidas proibidas*; *Pertencer a uma turma que arma confusões, se mete em briga ou cria badernas* que pertencem a Conduta Delitiva pontuaram na Conduta Antissocial, enquanto, um item - *sujar as ruas ou calçadas quebrando garrafas ou virando depósitos de lixo* – que fazia parte do fator Conduta Antissocial, pontuou na Conduta Delitiva); seja pelo o escore fatorial superior a 0,30 observado em um item do fator da Conduta Delitiva, que além de pontuar no fator errado, seu escore esteve acima do padrão estatístico nos fatores (por

exemplo, entrar em um local proibido - jardim privado, casa vazia, etc.). Assim, o fator da Conduta Antissocial com 18 itens, pois eliminou-se aqueles que não atenderam as críticas estabelecidas; na mesma direção estabelece a redução dos itens do fator da Conduta Delitiva com 16 itens.

Desta forma, os itens foram os seguintes para cada fator: para as condutas antissociais: 09; 15; 30; 12; 38; 28; 29; 11; 21; 10; 02; 05; 01; 04; 37; 34; 26; 24. Quanto as condutas delitivas, conglomeraram-se os seguinte itens: 23; 17; 22; 32; 06; 27; 25; 16; 31; 39; 07; 33; 14; 20; 13.

4.3. Discussão dos resultados do primeiro estudo.

O propósito do primeiro estudo foi avaliar a fatorialização e consistência interna das escalas que serão utilizadas na tese; explorou-se os indicadores psicométricos da organização item-fator (análise discriminante e dos principais componentes) e a análise descritiva (média, desvio padrão e moda) delas, contribuindo para a elaboração conceitual de cada construto e a segurança para o delineamento na escolha dos itens das referidas escalas.

Assim, no que se refere as escalas encontradas adaptadas no País, elas revelaram indicadores semelhantes aos observado pelos seus autores. A escala de anomia social, apresentou consistência interna próxima a encontrada no estudo de Aguiar (2003), demonstrando, portanto, sua fidedignidade, mesmo quando se considerou outro contexto brasileiro e sua variabilidade amostral.

Outra escala em questão, foi a Escala de Condutas Antissociais e Delitivas, ela tem revelado padrões de precisão aceitáveis desde a sua utilização em 2002 (ver Formiga, 2002; Formiga & Gouveia, 2003; Formiga, 2003) até o momento presente. Na presente tese, ao utilizar a escala em questão, não houve dúvidas quanto a sua precisão e fidedignidade, principalmente, no que se refere ao seu formato reduzido, que garante a sua aplicação no contexto brasileiro com amostras de adolescentes, por meio de duas subescalas: Conduta Antissocial e Delitiva ou Delinqüente.

Em relação as demais escalas, principalmente, aquelas não encontradas no País e que eram necessárias para compor o conjunto de variáveis apontadas pelas teorias abordas na tese. A Escala de Atitude Anômica, apresentou resultados confiáveis tanto em sua mensuração quanto para a perspectiva teórica defendida, assim, a respectiva escala poder ser mensurada por meio de duas sub-escalas: atitude anomica de oportunismo e de desilusão gregária. Nestas sub-escalas, os respondentes apresentaram médias superiores na desilusão gregária ao compará-la com o oportunismo. Isto é, o enorme

estímulo apresentado pela sociedade quanto ao consumo material e humano, os quais, visam apenas o ter cada vez mais e com diversidade descomprometida, esses sujeitos, aponta em direção da falta de grupalidade e relações interpessoais consistentes, levando-os a atitudes individualistas.

Essas atitudes, de acordo com Giddens (1998), já era uma condição visualizada por Emile Durkheim. Mesmo que alguns teóricos considerem Durkheim um anti-individualista, ele não descartava a possibilidade das pessoas precisarem agir de forma individualizada, mas, com uma condição: o sujeito deveria favorecer a justiça social e o fortalecimento e consistência da autoridade moral.

De acordo com Sorj e Martuccelli (2008), a perspectiva defendida por Durkheim em relação a uma maior individualidade dos sujeitos, tinha como objetivo o aumento da autonomia e iniciativa individual, mas, para esses autores, ocorreu o contrário. Essa individualidade, não contemplava a realização da ação social do sujeito com base na negociação nas relações interpessoais e do cumprimento das normas sociais, tornando opaco a relação do mundo subjetivo do indivíduo e a sociedade, condição essa que gerou uma perda do reconhecimento e compreensão dos espaços da sociabilidade destinados a coesão social.

A construção da sociedade 'justa' de acordo com as reflexões de Durkheim, fomentava no sujeito um ideal de ego no qual o sujeito apóia-se sobre si mesmo e na busca de realizar seus próprios desejos, mediante as qualidades, aptidões, atitudes e posses materiais ou sociais fazendo dissolver sua identidade social e como pessoa individual no grupo, destinada ao respeito e valorização das pessoas do seu entorno (Elías, 2000). Isto é, as pessoas com uma atitude anômica, não estariam preocupadas se burlariam uma norma ou regra social para atender a seus próprios interesses, pois, para essas pessoas, todos poderão utilizar desses meios para alcançar o sucesso almejado.

Neste caso, a escala de orientação ao sucesso foi desenvolvida para mensurar essa condição.

A Escala de Orientação ao Sucesso teve sua construção inspirada na concepção de Merton quando ele se refere a existência de um estado anomia a partir da experiência de insucesso do sujeito quanto ao que se pretende alcançar como realização social e econômica na sociedade americana. Esta escala revelou condições psicométricas aceitáveis para o contexto da aplicação. Esse construto poderá ser mensurado através de duas sub-escalas: orientação hedonista e de estética social. Nesta escala a maior pontuação média dos respondentes esteve para a sub-escala orientação hedonista, na qual a pessoa busca seu êxito apenas com foco em si mesmo e para seu próprio prazer.

Nesse primeiro estudo, considerando a análise exploratória, as escalas propostas podem ser consideradas adaptadas quanto a distribuição item-fator e sua consistência interna. Mas, apesar da garantia na relação item-fator encontrada neste estudo, existe um inconveniente: se baseia estritamente nos dados obtidos, não considerando um modelo teórico fixo que oriente a extração das dimensões latentes e não tem o poder de apresentar qualquer indicação sobre a bondade de ajuste do modelo.

As técnicas de bondade de ajuste tem a clara vantagem de levar em conta a teoria para definir os itens pertencentes a cada fator, bem como apresentam indicadores de bondade de ajuste que permitem decidir objetivamente sobre a validade de construto da medida analisada. Por isso, será efetuada, no segundo estudo, uma Análise Fatorial Confirmatória (AFC) e uma Modelagem de Equação Estrutural (MEE) a partir do AMOS GRAFICS (versão 7.0).

**CAPÍTULO V - SEGUNDO ESTUDO: ANÁLISE
CONFIRMATÓRIA DAS ESCALAS UTILIZADAS
NA TESE.**

A partir das análises exploratórias do primeiro estudo, espera-se neste estudo, com uma nova amostra de jovens com características sócio-demográficas próximas a coletada no estudo anterior, que os indicadores psicométricos de bondade de ajuste corroborem estruturalmente a fatorialidade previamente encontrada.

5.1. METODO

5.1.1. Sujeitos

Neste segundo estudo, participaram 241 adolescentes da cidade de João Pessoa – PB e Campina Grande – PB de contextos sociais diferentes – escola estadual e escola privada, de 13 e 18 anos de idade, do sexo masculino e do sexo feminino, nível escolar fundamental e médio (ver tabela 7).

Tabela 7: Caracterização da Amostra de Respondentes (N = 241)

VARIÁVEL	NÍVEIS	f	%
Grupos de jovens	Jovens que vivem na rua	03	1
	Jovens da escola estadual	144	60
	Jovens da escola municipal	94	39
Sexo	Masculino	95	39
	Feminino	146	61
Idade	13 anos	29	12
	14 anos	48	20
	15 anos	58	24
	16 anos	67	28
	17 anos	23	10
	18 anos	16	6
Estado Civil	Casado	10	4
	Solteiro	221	92
	Viúvo	0	0
	Separado/divorciado	5	2
Pratica alguma religião	Sim	187	77
	Não	55	23
Nível de estudo do Pai	Católica	116	48
	Fundamental	08	3
	Médio	65	27
	Técnico	92	38
	Universitário	44	18
	Pós-graduado	23	10

Nível de estudo da Mãe	Nenhum	09	4
	Fundamental	66	27
	Médio	100	42
	Técnico	21	9
	Universitário	21	9
	Pós-graduado	19	8

5.1.2. Instrumentos

Os instrumentos foram os mesmo do primeiro estudo.

5.1.3. Procedimento

Administração dos instrumentos: Foi utilizado o mesmo procedimento do estudo anterior.

Análise dos Dados: Em relação as análises desse segundo estudo, dois resultados principais podem ser esperados: 1- estimativa da magnitude dos efeitos ocorridos entre variáveis, que está condicionada ao fato do modelo especificado (isto é, o desenho em diagrama da associação entre as variáveis) estar correto, e 2 – verificação da consistência do modelo com respeito aos dados observados, a partir de indicadores estatísticos sobre a plausibilidade do resultado dos dados referentes ao modelo, embora não indiquem que os resultados são os que deveriam ser (Farias & Santos, 2000). Chega-se assim, não a certeza total do modelo, mas, a probabilidade sistemática da relação entre as variáveis.

Um dos principais objetivos das técnicas multivariadas, neste caso, a modelagem de equação estrutural, é expandir a exploração e a eficiência estatística e teórica no momento de provar a hipótese levantada no estudo. Considerando que as técnicas estatísticas tradicionais compartilham limitações, somente em verificar uma relação entre as variáveis, é de suma importância para o pesquisador o fato de poder estabelecer relações simultâneas; afinal, em alguns modelos existem variáveis que são independentes em algumas relações e dependentes em outras.

Para a realização da Análise Fatorial Confirmatória – AFC - comparar-se-á o modelo em sua unidimensionalidade, bi ou multidimensionalidade. Considerar-se-á como entrada a matriz de covariâncias, adotando-se o estimador *ML* (*Maximum Likelihood*). Este tipo de análise estatística é mais criteriosa e rigorosa do que a dos Principais Componentes – PC – utilizada no primeiro estudo. A AFC permitiria testar diretamente a estrutura teórica e empírica proposta na presente tese.

Para a confirmação das escalas em questão, alguns índices que permitirão avaliar a qualidade de ajuste do modelo proposto deverão ser considerados (Bilich, Silva & Ramos, 2006; Byrne, 1989; Hair, Anderson, Tatham & Black, 2005; Kelloway, 1998; Tabachnick & Fidell, 1996; van de Vijver & Leung, 1997), por exemplo:

- O χ^2 (qui-quadrado) que testa a probabilidade do modelo teórico se ajustar aos dados; quanto maior este valor, pior o ajustamento. Este tem sido pouco empregado na literatura, sendo mais comum considerar sua razão em relação ao grau de liberdade ($\chi^2/g.l.$). Neste caso, valores até 3 indicam um ajustamento adequado.

- O *Goodness-of-Fit Index* (*GFI*) e o *Adjusted Goodness-of-Fit Index* (*AGFI*) são análogos ao R^2 em regressão múltipla. Portanto, indicam a proporção de variância-covariância nos dados explicada pelo modelo. Esses indicadores variam de 0 a 1, com valores na casa dos 0,80 e 0,90, ou superior, mostrando um ajustamento satisfatório.

- Raiz Quadrada Média Residual (RMR), que indica o ajustamento do modelo teórico aos dados, na medida em que a diferença entre os dois se aproxima de zero (Joreskog & Sörbom, 1989).

- A *Root-Mean-Square Error of Approximation* (*RMSEA*), com seu intervalo de confiança de 90% (*IC90%*), é considerado um indicador de “maldade” de ajuste, isto é, valores altos indicam um modelo não ajustado. Assume-se como ideal que o *RMSEA* se situe entre 0,05 e 0,08, aceitando-se valores de até 0,10 (Garson, 2003; Kelloway, 1998).

- O *Expected Cross-Validation Index (ECVI)* e o *Consistent Akaike Information Criterion (CAIC)* são indicadores geralmente empregados para avaliar a adequação de um modelo determinado em relação a outro. Valores baixos do *ECVI* e *CAIC* expressam o modelo com melhor ajuste.

- *Comparative Fit Index (CFI)* - compara de forma geral o modelo estimado e o modelo nulo, considerando valores mais próximos de um como indicadores de ajustamento satisfatório (Hair, Anderson, Tatham, Black, 2005; Bilich, Silva, Ramos, 2006).

- *Tucker-Lewis Index (TLI)* - apresenta uma medida de parcimônia entre os índices do modelo proposto e do modelo nulo. Varia de zero a um, com índice aceitável acima de 0,90 (Bilich, Silva & Ramos, 2006).

Desta maneira, a partir dos resultados exploratórios observados, espera-se que neste estudo, com uma nova amostra de jovens com característica sócio-demográficas próximas a coletada no primeiro estudo, que os indicadores psicométricos apresentem índices que corroborem a fatorialidade previamente encontrada.

5.2. RESULTADOS

Antes de gerar a análise confirmatória e com vista a esclarecer a fatorialidade das escalas, optou-se inicialmente, por avaliar o coeficiente correlacional entre os itens, seus respectivos fatores e a pontuação total da escala. Segundo Ledesma, Ibañez e Mora, (2002) este é o modo mais prático e mais utilizado de checar o parâmetro psicométrico, no marco da *Teoria Clássica dos Testes*.

Assim, não se trata de abandonar a construção e os resultados iniciais de um teste quanto aos escores na análise exploratória ou qualidade do escore da consistência interna que não corresponde ao destacado ‘dogmaticamente’ pela literatura. A título de parcimônia, faz-se necessário considerar dinâmicas estatísticas que apresentem indicadores capazes de contribuir para uma melhor orientação na formulação das hipóteses sobre as medidas dos construtos psicológicos e sociais.

A seguir, apresentar-se-á a correlação interna entre itens-fator-pontuação total das escalas e, após, a análise confirmatória gerada, a qual tomará como base hipotética os resultados do primeiro estudo e as correlações apresentadas nesta seção.

5.2.1. Análise confirmatória da Escala de Atitude Anômica – EAA.

Considerando que a Atitude anômica, conforme a análise exploratória do primeiro estudo, é constituída por dois fatores, oportunismo e desilusão gregária, realizou-se uma correlação de Pearson, com o objetivo de avaliar os escores correlacionais inter-itens de cada um desses fatores e entre cada um desses fatores e a escala total de Atitude Anômica.

Desta maneira, especificamente, no que diz respeito ao fator Oportunismo, foi observado que tanto os itens que formam a sub-escala de oportunismo relacionaram-se entre si, quanto relacionaram-se com os itens da escala de Atitude Anômica (ver Tabela 16).

Em relação ao fator desilusão gregária, também observou-se que tanto os itens que formam esta sub-escala relacionaram-se entre si, quanto relacionaram-se com os itens da escala de Atitude Anômica (ver Tabela 9).

Tabela 8: Correlação de Pearson inter-itens da sub-escala oportunismo e destes com a atitude anômica (somatório total dos itens da escala)

Item	1	2	3	4	5	Oportunismo	ΣEAA
03. Estamos tão ocupados que não seria problema dar um jeitinho, discretamente, para passar a frente na fila, pagar algo mais barato, não perder tempo numa prova ou teste, etc.	---					0,64*	0,46*
01. Se eu tiver chance, não acho errado pedir ajuda a alguém importante para conseguir um emprego ou me salvar de algum problema.	0,23*	----				0,62*	0,57*
04. Ao comprar algo e receber o troco a mais eu não reclamo, pois o erro é da pessoa que passou o troco, não prestando atenção no trabalho.	0,33*	0,13*	---			0,57*	0,43*
05. Hoje, uma pessoa tem que viver ao máximo a sua vida no <i>aqui e agora</i> , o <i>amanhã</i> deixa acontecer.	0,22*	0,22*	0,17*	---		0,59*	0,52*
02. É sempre bom ser simpático e prestativo com as pessoas importantes, vai ver que um dia precisa-se delas.	0,13*	0,33*	0,16*	0,15*	---	0,56*	0,53*
Oportunismo							0,84*

Notas: $p < 0,001$ (teste unilateral; eliminação pairwise de casos em branco). ΣEAA = Somatório geral dos itens da escala, denominado atitude anômica.

Tabela 9: Correlação de Pearson inter-itens da sub-escala Desilusão Gregária e destes com a Atitude Anômica (somatório total dos itens da escala)

Item	1	2	3	4	Desilusão gregária	ΣEAA
07. O que está faltando no mundo de hoje é o velho tipo de amizade que dura toda a vida.	---				0,63*	0,45*
02. Eu sinto que muitas vezes, as coisas que eram valiosas para os nossos pais, estão perdendo seu valor diante dos nossos olhos.	0,21*	---			0,60*	0,28*
10. Hoje não vejo mais nossos vizinhos se preocuparem conosco.	0,22*	0,16*	---		0,64*	0,38*
01. Eu sinto que antigamente, a vida das pessoas era bem melhor do que a que se encontra hoje, pois, elas sabiam o que fazer e esperar das coisas e dos outros	0,13*	0,13*	0,18*	---	0,52*	0,37*
Desilusão gregária						0,62*

Notas: $p < 0,001$ (teste unilateral; eliminação pairwise de casos em branco). ΣEAA = Somatório geral dos itens da escala, denominado atitude anômica.

Observadas as consistências correlacionais e que elas sustentam os resultados exploratórios do primeiro estudo, procurou-se testar para a Escala de Atitude Anômica – EAA - a estrutura fatorial hipotetizada. Para tanto, consideraram-se dois modelos: (a) Modelo 1: unifatorial, em que todos os itens da Atitude Anômica apresentavam saturação em um único fator e (b) Modelo 2: uma estrutura com dois fatores, de acordo com o esperado teoricamente e descrito previamente. Neste caso, optou-se por deixar livre as covariâncias (ϕ , Φ) entre os fatores.

Os indicadores de qualidade de ajuste de cada modelo se mostraram próximos as recomendações apresentadas na literatura (Byrne, 1989; Tabachnick & Fidell, 1996; van de Vijver & Leung, 1997). Os resultados destas análises podem ser observados a seguir: Para o Modelo 1, a qualidade de ajuste foi a seguinte: χ^2/gf (80,19/27) = 2,97 ($p < 0,01$), $GFI = 0,96$, $AGFI = 0,87$, $RMR = 0,11$, $TLI = 0,46$, $CFI = 0,59$, $RMSEA$ (90%IC) = 0,09 (0,07-0,11), $CAIC = 196,21$, $ECVI = 0,39$; para o Modelo 2, os indicadores foram: χ^2/gf (15,09/18) = 0,84, $GFI = 0,99$, $AGFI = 0,97$, $TLI = 1,00$, $CFI = 1,00$, $RMSEA$ (90%IC) = 0,00 (0,00-0,04), $CAIC = 184,83$ e $ECVI = 0,29$.

Como é possível observar na figura 1, todas as saturações (Lambdas, λ) estão dentro do intervalo esperado $[0 - 1]$, denotando não haver problemas da estimação proposta. Além disso, todas são estatisticamente diferentes de zero ($t > 1,96$, $p < 0,05$), corroborando a existência das duas dimensões da atitude anômica. Neste sentido, assume-se o modelo bifatorial, com os fatores oportunismo e desilusão gregária como o mais adequado para representar a atitude anômica dos participantes.

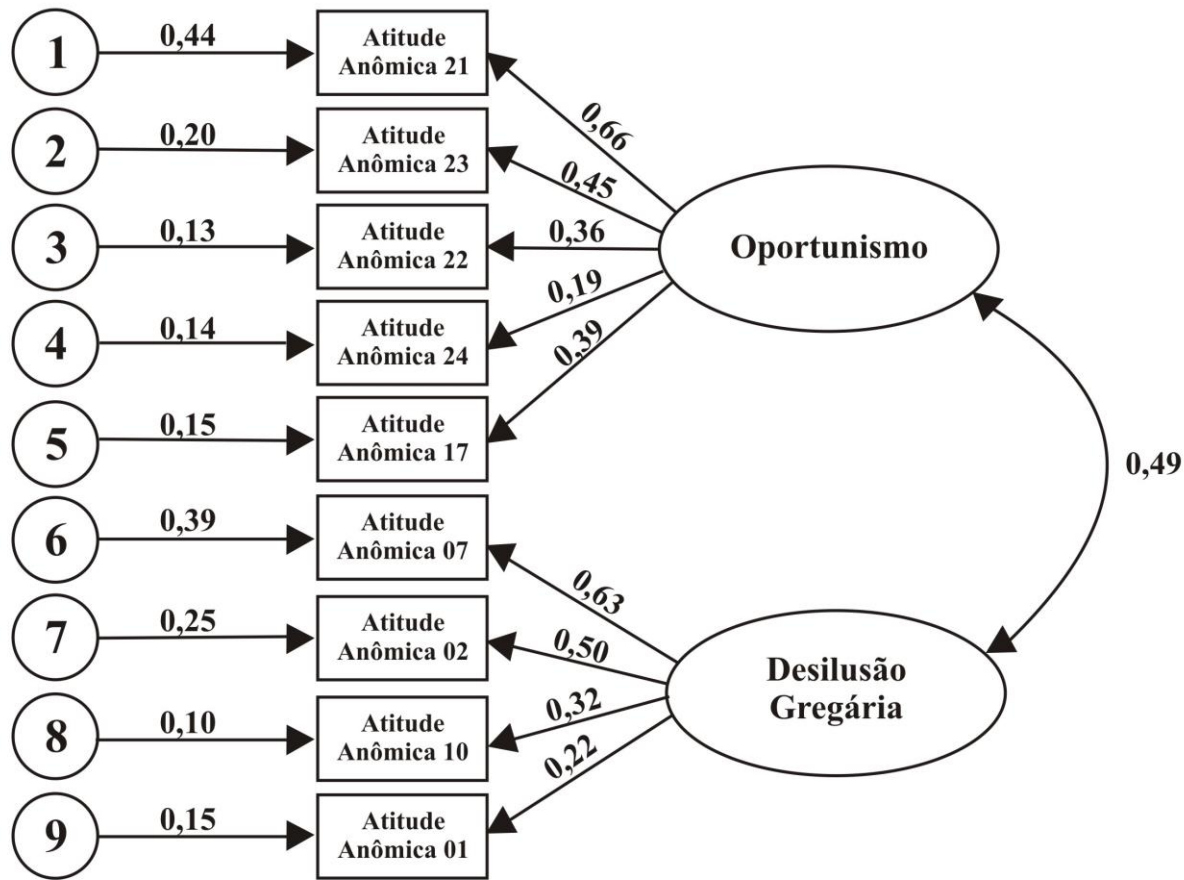


FIGURA 1: Estrutura Fatorial da Escala de Atitude Anômica – EAA.

5.2.2. Análise confirmatória da Escala de Anomia Social - EAS: Intra-relação e modelagem estrutural.

Mesmo tendo a garantia da medida desta escala, que apresentou alfas aceitáveis pela literatura psicométrica, optou-se, como um dado adicional, pela realização de uma análise fatorial confirmatória; deixando livre a covariância (ϕ , Φ). Os resultados indicaram que:

a) Modelo 1: trata-se de um modelo unifatorial, em que todos os itens da anomia social apresentam saturações em um único fator. Em relação a esse modelo foram observados os seguintes indicadores de qualidade: χ^2/gf (557,26/210; $p < 0,01$) = 2,65, $GFI = 0,81$, $AGFI = 0,73$, $0,04$, $TLI = 0,64$, $CFI = 0,73$, $RMSEA$ (90%IC) = 0,08 (0,07-0,09) e $CAIC = 1140,89$ e $ECVI = 3,07$.

b) Modelo 2: Com base nos resultados da ACP do primeiro estudo, propôs-se uma escala composta por três fatores: Desconfiança no governo, Descontentamento Pessoal e Pessimismo Sócio-Político. Os indicadores de qualidade referentes a esse modelo foram: χ^2/gf (125,16/178) = 0,70, $GFI = 0,96$, $AGFI = 0,93$, $RMR = 0,04$, $TLI = 1,00$, $CFI = 1,00$, $RMSEA$ (90%IC) = 0,00 (0,00-0,02) e $CAIC = 916,30$ e $ECVI = 1,54$.

Considerando os múltiplos indicadores de ajuste do modelo fatorial dos dados, tem-se provas suficientes para considerar adequada a estrutura da escala. Ademais, todas as saturações (Lambdas, λ) estão dentro do intervalo esperado $[0 - 1]$, denotando não haver problemas de estimação. Além disso, todas são estatisticamente diferentes de zero ($t > 1,96$, $p < 0,05$), o que corrobora os três fatores da anomia social.

5.2.3. Análise confirmatória da Escala de Orientação ao Sucesso - EOS.

Sabendo que a Escala de Orientação ao Sucesso, com base na análise exploratória do primeiro estudado, é constituída por dois fatores, Estética Social e Hedonismo, tomou-se caminho essemelhante ao adotado em relação a Escala de Atitude Anômica: realizou-se uma correlação de Pearson, com o objetivo de avaliar os escores correlacionais inter-itens de cada um desses fatores e entre cada um desses fatores e a escala total de Orientação ao Sucesso. Teve-se como objetivo estabelecer, de forma parcimoniosa, a confirmação da estrutura da escala em questão.

No que se refere a sub-escala de Hedonismo, observou-se que tanto os itens que formam a sub-escala relacionaram-se entre si, quanto correlacionaram com os itens geral da escala de orientação ao sucesso (ver Tabela 10).

Tabela 10: Correlações de Pearson inter-itens da sub-escala Hedonismo e desses itens com os da Escala de Orientação ao Sucesso (somatório total dos itens da escala)

Itens	1	2	3	4	5	Hedonismo	ΣEOS
2. Atividade que tivesse boa remuneração	---					0,36*	0,42*
4. Dinheiro suficiente para não ter que pedir a ninguém.	0,33*	---				0,62*	0,51*
3. Uma importante e prestigiada posição social.	0,46*	0,45*	---			0,47*	0,44*
5. Estar com uma pessoa bonita, carinhosa, dedicada, compreensiva e que me ame.	0,20*	0,48*	0,39*	---		0,73*	0,56*
1. Ter várias férias ao ano.	0,41*	0,18*	0,37*	0,27*	---	0,62*	0,50*
Hedonismo							0,82*

Notas: $p < 0,001$ (teste unilateral; eliminação pairwise de casos em branco). ΣEOS = Somatório geral dos itens da escala de orientação ao sucesso.

Também os itens da sub-escala de Estética Social relacionaram-se entre si, bem como, apresentaram escores correlacionais, significativos, com os itens da escala total de Orientação ao Sucesso (ver Tabela 11).

Tabela 11: Correlações de Pearson inter-itens da sub-escala Estética Social e desses itens com os da Escala de Orientação ao Sucesso (somatório total dos itens da escala)

Itens	1	2	3	4	5	6	Estética Social	ΣEOS
10. Vestir-me com roupas e sapatos da moda atual e de marca (grife).	---						0,73*	0,65*
8. Conhecer pessoas importantes, influentes e de destaque social.	0,46*	---					0,60*	0,58*
6. Frequentar bons lugares (restaurantes, hotéis, festas, etc.) e ser prestigiado.	0,33*	0,25*	---				0,44*	0,55*
9. Ter crédito em instituições financeiras (bancos, cartões de crédito, lojas, etc.) sem burocracia.	0,47*	0,54*	0,35*	---			0,77*	0,71*
11. Ser reconhecido como pessoa bonita e importante.	0,52*	0,39*	0,20*	0,44*	---		0,57*	0,53*
7. Ter um bom carro ou moto.	0,47	0,47*	0,41*	0,49*	0,34*	---	0,75*	0,70*
Estética social								0,91*

Notas: $p < 0,001$ (teste unilateral; eliminação pairwise de casos em branco). ΣEOS = Somatório geral dos itens da escala de orientação ao sucesso.

Observadas as consistências correlacionais com base na fatorialidade observada nos resultados exploratórios do primeiro estudo, procurou-se testar em relação à Escala de Orientação ao Sucesso a estrutura fatorial observada na análise exploratória. Para isso, consideram-se dois modelos: (a) Modelo 1: unifatorial, em que todos os itens da Atitude Anômica apresentavam saturação em um único fator e (b) Modelo 2: bifatorial, de acordo com o esperado teoricamente.

Na testagem, optou-se por deixar livre as covariâncias (ϕ , Φ) entre os fatores. Os indicadores de qualidade de ajuste de cada modelo se mostraram próximos as recomendações apresentadas na literatura (Byrne, 1989; Tabachnick & Fidell, 1996; van de Vijver & Leung, 1997). Os resultados destas análises podem ser observados a seguir. Para o Modelo 1, a qualidade de ajuste foi a seguinte: χ^2/gl (49,93/40) = 1,25, GFI = 0,96,

$AGFI = 0,93$, $RMR = 0,08$, $TLI = 0,97$, $CFI = 0,95$, $RMSEA (90\%IC) = 0,06 (0,03-0,07)$, $CAIC = 254,84$, $ECVI = 0,47$; para o Modelo 2, os indicadores foram: $\chi^2/_{gl} (16,48/29) = 0,57$, $GFI = 0,99$, $AGFI = 0,97$, $RMR = 0,04$, $TLI = 0,99$; $CFI = 1,00$, $RMSEA (90\%IC) = 0,00 (0,00-0,01)$, $CAIC = 250,09$ e $ECVI = 0,38$.

Como é possível observar na figura 2, todas as saturações (Lambdas, λ) estão dentro do intervalo esperado $[0 - 1]$, denotando não haver problemas quanto a estimação proposta, e todas são estatisticamente diferentes de zero ($t > 1,96$, $p < 0,05$), corroborando a existência das duas dimensões da Orientação ao Sucesso. Neste sentido, assume-se o modelo bifatorial, com os fatores Hedonismo e Estética Social.

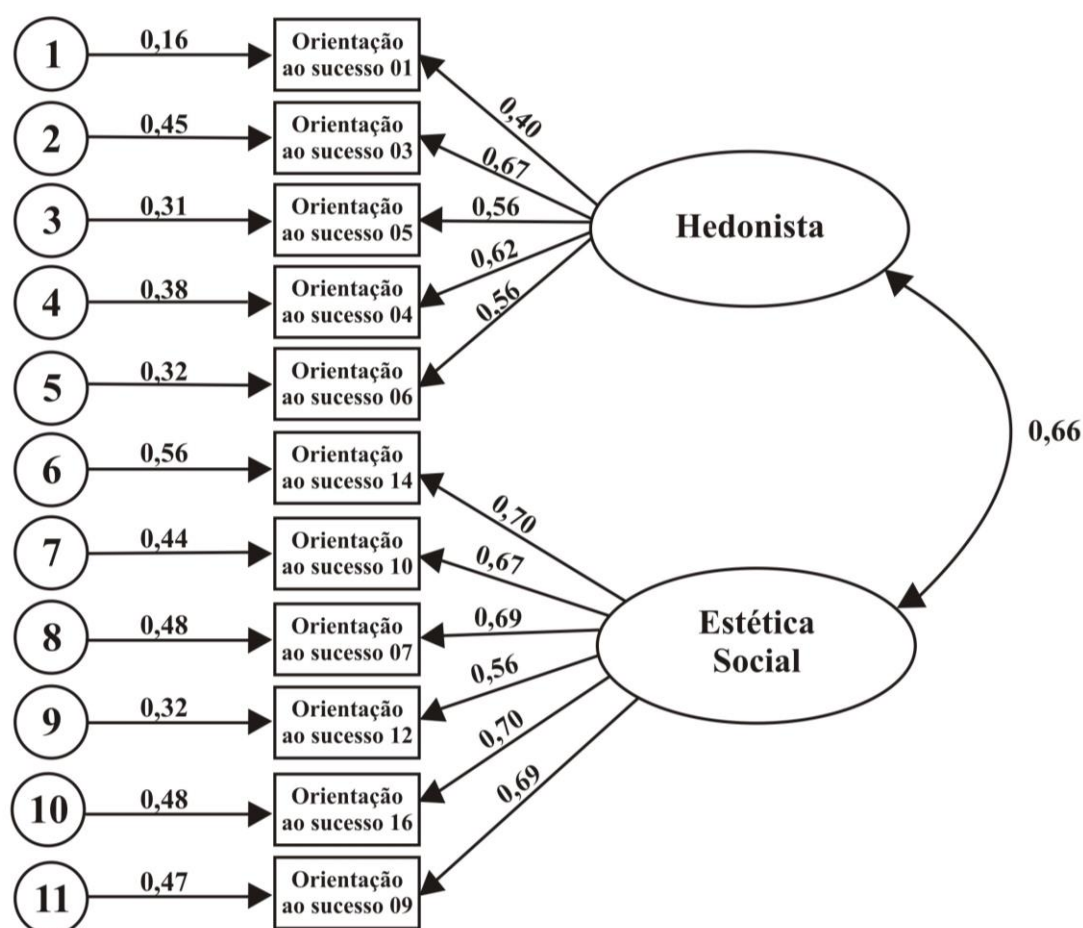


FIGURA 2: Estrutura Fatorial da Escala de Orientação ao Sucesso – EOS.

5.2.4. Análise confirmatória da escala de Condutas Antissociais e Delitivas – ECAD - versão reduzida.

De acordo com os critérios sugeridos na análise exploratória do questionário de Condutas Anti-sociais e Delitivas, do primeiro estudo, será realizada a redução do questionário, procurar-se-á comprovar sua estrutura fatorial e sua consistência interna. Para isso, serão testados diferentes modelos teóricos (uni e bifatorial), para um novo instrumento composto por 20 itens distribuídos, igualmente, para os comportamentos antissociais e delitivos.

Mas, antes de gerar o modelo estrutural, optou-se por avaliar as relação item-fator-pontuação total a fim de apresentar mais um indicador de garantia da fatorialização da Escala em Condutas Antissociais e Delitivas. No que diz respeito a relação entre os itens da escala e seus respectivos fatores, observou-se para a Conduta Antissocial que todos os itens pertencentes a esse fator relacionaram-se direta e significativamente entre eles, bem como, relacionaram-se com a pontuação total da escala, condição que demonstra a consistência entre os itens e a pertença deles à escala (ver tabela 12).

Tabela 12: Correlações de Pearson entre os itens do fator Conduta Antissocial e entre estes e a pontuação total da ECAD versão reduzida.

Itens	Fator	Pontuação Total
- Incomodar pessoas desconhecidas ou fazer desordens em lugares públicos.	0,51*	0,46*
- Trapacear (em provas, competição importante, gabarito de resultado etc.).	0,63*	0,59*
- Sujar as ruas ou calçadas quebrando garrafas ou virando depósitos de lixo.	0,58*	0,60*
- Dizer palavrões ou expressões pesadas.	0,66*	0,64*
- Entrar em um local proibido (jardim privado, casa vazia etc.).	0,67*	0,61*
- Quebrar ou jogar no chão coisas dos outros.	0,64*	0,70*
- Bagunçar ou assobiar em uma reunião, lugar público ou de trabalho.	0,63*	0,75*
- Tocar a campainha na casa de alguém e sair correndo.	0,69*	0,66*
- Brigar com os outros (com golpes, insultos ou palavras ofensivas).	0,78*	0,73*
- Riscar em lugares proibidos (paredes, mesas etc.).	0,59*	0,62*
- Arrancar ou pisar flores ou plantas em parques ou jardins.	0,68*	0,59*
- Apanhar frutas em um jardim ou pomar alheio.	0,59*	0,51*
- Negar-se a fazer as tarefas solicitadas (no trabalho, na escola ou em casa).	0,62*	0,65*
- Sair sem permissão (do trabalho, escola, cinema etc.).	0,70*	0,62*
- Responder mal a um superior ou autoridade (em casa, trabalho, compromisso etc.).	0,72*	0,62*
- Fazer brincadeiras pesadas com as pessoas, como empurrá-las na lama ou tirar-lhes a cadeira quando vão sentar.	0,78*	0,74*
- Chegar de propósito mais tarde do que o permitido (em casa, no trabalho, compromisso etc.).	0,64*	0,67*
- Comer em locais proibidos (trabalho, escola etc.).	0,63*	0,75*
- Jogar lixo no chão (quando há perto um cesto de lixo).	0,71*	0,63*
- Chegar tarde ao trabalho, colégio ou reunião.	0,70*	0,68*

Notas: $p < 0,001$ (teste unilateral; eliminação *pairwise* de casos em branco); Pontuação total = Somatório geral dos itens da escala categorizada como conduta desviante.

Também verificou-se uma correlação positiva e significativa entre os itens da subescala de Conduta Delitiva, e entre esses itens e a pontuação total da ECAD versão reduzida. Assim, além de encontrar uma correspondência correlacional entre esses fatores e seus itens, o que já tinha sido observado nos estudos de Formiga (2002; Formiga, 2003; Formiga & Gouveia, 2003), corroborou-se o que havia sido observado no primeiro estudo.

Tabela 13: Correlações de Pearson entre os itens do fator Conduta Delitiva e a pontuação total da ECAD versão reduzida.

Itens	Fator	Pontuação Total
- Pegar escondido a bicicleta de um desconhecido e ficar com ela.	0,30*	0,30*
- Entrar em um apartamento ou casa e roubar algo (sem ter planejado antes).	0,77*	0,62*
- Roubar coisas de um lugar público (trabalho ou colégio) com um valor de mais de R\$ 10,00.	0,84*	0,66*
- Roubar materiais ou ferramentas de pessoas que estão trabalhando.	0,81*	0,79*
- Roubar objetos dos carros.	0,54*	0,61*
- Entrar em uma loja que está fechada, roubando algo ou não.	0,77*	0,65*
- Planejar de antemão entrar em uma casa ou apartamento para roubar coisas de valor.	0,83*	0,67*
- Forçar a entrada em um armazém, garagem, depósito ou mercearia.	0,89*	0,68*
- Roubar roupas de um varal ou objetos dos bolsos de uma roupa pendurada em um cabide.	0,80*	0,64*
- Conseguir dinheiro ameaçando pessoas mais fracas.	0,68*	0,58*
- Roubar coisas ou dinheiro em máquinas de refrigerantes, telefones públicos etc.	0,87*	0,68*
- Roubar coisas de grandes armazéns, supermercados, entre outros estando abertos.	0,86*	0,66*
- Resistir ou brigar para escapar de um policial.	0,88*	0,69*
- Pegar escondido o carro ou a moto de um desconhecido para dar um passeio, com a única intenção de se divertir.	0,84*	0,66*
- Portar uma arma (faca ou canivete) caso considere necessário em uma briga.	0,88*	0,71*
- Pertencer a uma turma que arma confusões, meter-se em brigas ou criar badernas.	0,84*	0,66*
- Entrar em um clube proibido ou comprar bebidas proibidas.	0,68*	0,61*
- Usar drogas.	0,62*	0,67*
- Destruir ou danificar coisas em lugares públicos.	0,90*	0,69*
- Gastar freqüentemente no jogo mais dinheiro do que pode.	0,67*	0,67*

Notas: $p < 0,001$ (teste unilateral; eliminação *pairwise* de casos em branco); Pontuação total = Somatório geral dos itens da escala categorizada como conduta desviante.

Para realizar a análise confirmatória para a ECAD versão reduzida, optou-se em deixar livre as covariâncias (ϕ , Φ) entre os fatores, e testou-se a estrutura fatorial a partir dos modelos: (a) Modelo 1: unifatorial, em que todos os itens apresentavam saturação em um único fator, (b) Modelo 2: bifatorial, trata-se da estrutura com dois fatores, de acordo

com o esperado teoricamente. Os resultados dessa análise podem ser observados a seguir.

O Modelo 1 – unifatorial – apresentou χ^2/gl (1201,15/332) = 3,62 $p < 0,001$; GFI = 0,72; AGFI = 0,46; RMR = 0,15, CFI = 0,90; TLI = 0,83; RMSEA (90%IC) = 0,10 (0,09-0,11); CAIC = 2906,65 e ECVI = 7,20; o Modelo 2 – bifatorial – apresentou: χ^2/gl (298,27/275) = 1,09; GFI = 0,94; AGFI = 0,87; RMR = 0,05, CFI = 1,00; TLI = 0,99; RMSEA (90%IC) = 0,02 (0,00-0,03); CAIC = 2373,41 e ECVI = 3,91.

Considerando-se os múltiplos indicadores de ajuste dos modelos fatoriais aos dados, unicamente, o *Modelo 2*, com dois fatores, reuniu provas de sua adequação. Os valores do CAIC e ECVI deste modelo são inferiores aos do modelo unifatorial, bem como, o TLI é próximo ao 1, sugerindo sua maior adequação e rejeitando a unifatorialidade da ECAD versão reduzida. Neste sentido, assume-se o modelo bifatorial como o mais adequado para representar os comportamentos antissociais e delitivos em jovens.

Na Figura 3 é apresentada a estrutura fatorial resultante (solução padronizada) dessa análise. Como é possível observar, nesta figura, todas as saturações (Lambdas, λ) estão dentro do intervalo esperado $[0 - 1]$, denotando não haver problemas de estimação. Além disso, todas são estatisticamente diferentes de zero ($t > 1,96$, $p < 0,05$), corroborando os dois fatores da ECAD versão reduzida. Apesar da estrutura bifatorial ser mais pertinente do que a unifatorial, isto não significa dizer que os dois fatores de comportamentos socialmente desviantes sejam independentes. Estes fatores apresentaram correlação entre si de 0,51 ($p < 0,001$), justificando considerar uma pontuação total desta medida, que será denominado de Escala de Condutas Antissociais e Delitivas versão reduzida. Esta escala apresentou um Alfa de Cronbach de 0,91. Quanto aos fatores específicos, estes apresentaram consistências internas (Alfas de Cronbach) de 0,88 (Fator Antissocial) e 0,96 (Fator Delitiva).

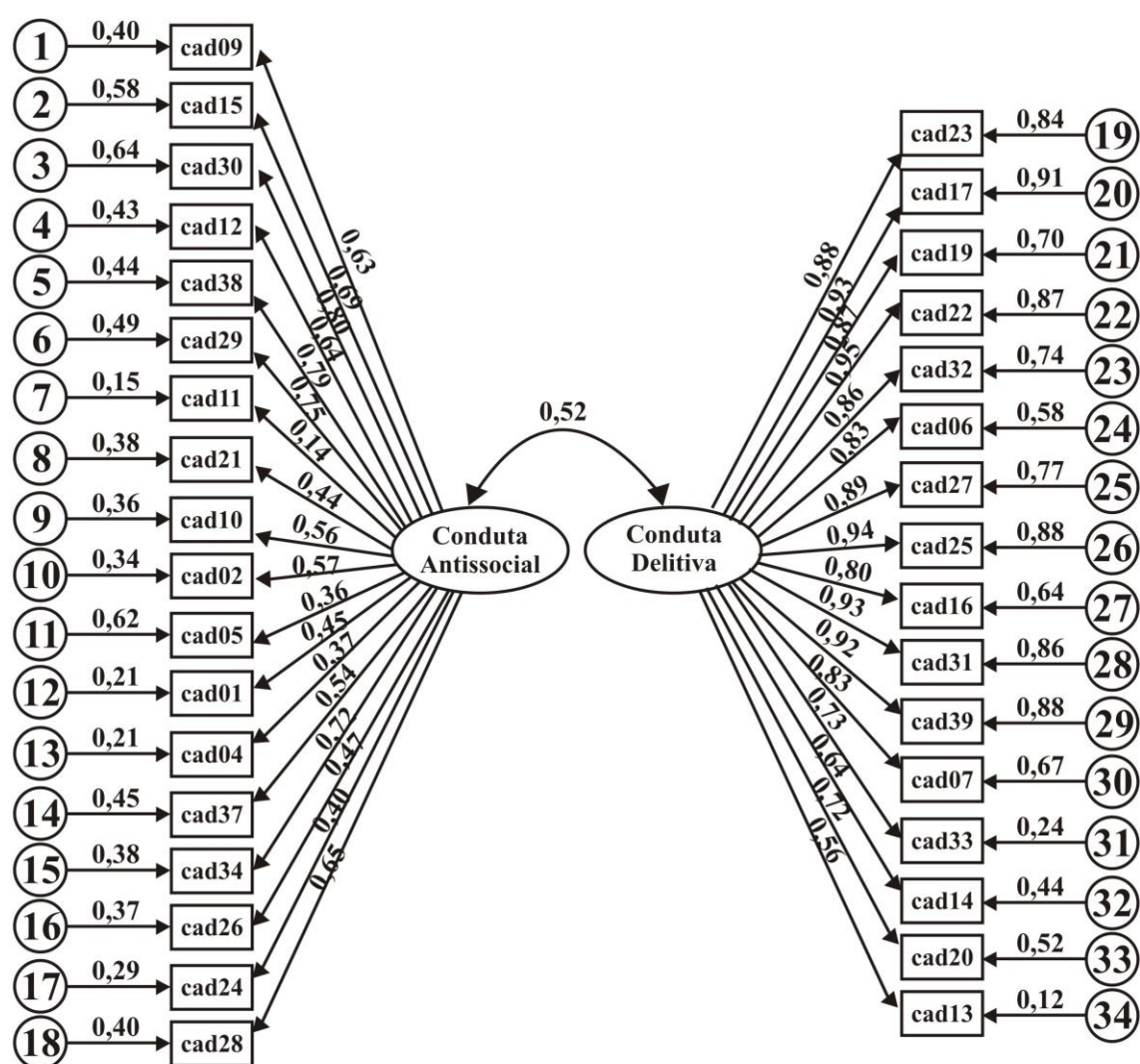


FIGURA 3: Estrutura Fatorial da Escala de Condutas Antissociais e Delitivas – ECAD versão reduzida.

5.3. DISCUSSÃO

Na análise confirmatória procurou-se testar a estrutura fatorial de cada uma das escalas apresentadas no primeiro estudo: Escala de Anomia Social; Escala de Atitude Anômica; Escala de Orientação ao Sucesso e Escala de Condutas Antissociais e Delitivas. Para isso foram considerados modelos teóricos com o objetivo de compará-los entre si a fim de tomar uma decisão adequada e consistente na escolha da melhor estrutura fatorial das escalas: *Modelo 1* - unifatorial, em que todos os itens das escalas apresentavam saturação em um único fator; *Modelo 2* - bifatorial, em que os itens da escala apresentavam saturação em dois fatores específicos, de forma lógica, do ponto de vista teórico.

Considerando-se os múltiplos indicadores de ajuste dos modelos fatoriais aos dados, percebeu-se que para todas as escalas avaliadas na presente tese, os resultados apresentaram evidências da sua validade fatorial, consistência interna e conceitual no que se refere a mensuração dos construtos propostos em todas as escalas. Portanto, justifica-se o emprego de escalas avaliadas para pesquisar variáveis antecedentes e consequentes da conduta desviante em jovens de diferentes contextos sociais. Contudo, é importante observar, ao empregar as escalas aqui analisadas, as dimensões locais, específicas ou exclusivas (*emics*) da orientação de cada cultura, bem como, e não menos importante, avaliar as dimensões universais (*etics*) da cultura, (Muenjohn & Armstrong, 2007; van de Vijer e Leung, 1997; van de Vijer & Leung, 2002; Peeters, 1996; Triandis e cols, 1993; Triandis, 1994).

Essa reflexão aponta para a necessidade de, no estudo das condutas desviantes, da anomia e da moralidade, conhecer os aspectos que podem ser comuns a todas as culturas e aqueles que são específicos, o que contribuirá para a construção de um marco teórico.

Por fim, quanto ao que fazer no futuro em relação a essas escalas, faz-se necessário reunir evidências adicionais de sua validade e precisão intra, inter e pan-culturalmente, por exemplo: avaliar sua validade de critério convergente em relação a construtos correlatos, bem como conhecer sua estabilidade temporal (teste-reteste) e comparar os resultados obtidos com os que têm sido indicados por outros autores. Assim, julga-se que deveria ser prioridade a replicabilidade dessas escalas com amostras mais diversificadas quanto às características dos participantes, incluindo também jovens de diferentes contextos socioculturais e econômicos.

Partindo da base teórica proposta na tese e reconhecendo os critérios estatísticos desses instrumentos, pretende-se, apresentar algumas peças do quebra-cabeça referente à compreensão do fenômeno da delinquência, e organizá-las, mesmo considerando que a solução apresentada não será a única possível.

Considerando essas reflexões, pretende-se, em um terceiro estudo, verificar se a anomia social está associada, positivamente, às condutas desviantes e, se estas, estão associadas, negativamente, ao desenvolvimento moral.

**CAPÍTULO VI - COMPROVAÇÃO DO MODELO
TEÓRICO HIPOTETIZADO.**

6.1. MÉTODO

6.1.2. Delineamento e Hipótese

A hipótese a ser tratada neste estudo é a de que a variável anomia associa-se positivamente à variável conduta desviante e que as variáveis moralidade convencional e pós-convencional associam-se negativamente às variáveis anomia e conduta desviante.

Este terceiro e último estudo, refere-se a uma pesquisa correlacional - *ex post facto*. Consideraram-se como variáveis exógenas (independentes, antecedentes) os fatores inibidores (desenvolvimento moral e baixa anomia social) dos comportamentos desviantes (antissociais e delitivos). Esses comportamentos constituem uma variável classicamente endógena (dependente, critério).

6.1.3. Amostra

A amostra foi de conveniência. Participaram da pesquisa 621 adolescentes distribuídos entre as escolas estaduais e particulares pertencentes a diferentes contextos sócio-educacionais da área metropolitana de João Pessoa: Bayeux - PB [170 jovens, 42% eram homens, 87% solteiros, 50% com renda econômica até um salário mínimo], Santa Rita-PB [133 jovens, 53% eram homens, 89% solteiros e 81% com renda econômica até um salário mínimo] e da própria João Pessoa – PB [140 jovens, 54% eram homens, 92% solteiros e 58% com renda econômica entre 500 e 2000,00 R\$] e de Campina Grande – PB [178 jovens, 61% eram homens, 97% solteiros e 67% com renda econômica acima de 2000,00 R\$]. Nestas amostras os sujeitos eram do nível escolar fundamental, médio e em evasão escolar, apresentavam idades de 13 a 18 anos. Foram utilizadas as mesmas regras de exclusão descritas nos estudos anteriores.

A seguir, no que se refere aos contextos escolares visitados para a realização da pesquisa, podem ser destacadas as seguintes características:

1 – Colégio estadual 1 – João Pessoa – PB – Este colégio, em termos funcionais e estruturais, tem apoio estadual e particular, advindo da participação dos pais. É reconhecido como colégio modelo e é um dos primeiros colégios em João Pessoa com características de sistema cooperativo, onde pais, professores e comunidade participam de seu funcionamento. Este colégio não somente recebeu prêmios de instituições como UNESCO em relação à perspectiva social e educacional adotadas, mas também, é destaque em concursos do Ministério da Educação e Secretaria da Educação do Estado da Paraíba (por exemplo, olimpíadas de matemática, português, astronomia, etc.).

Quanto a distribuição de verbas da educação destinada a parte física da instituição e material pedagógico e didático, não somente o Estado da Paraíba, sob a responsabilidade da Secretaria de Educação do mesmo Estado, mas, os pais dos alunos são envolvidos para garantir a qualidade do colégio. Outro fator importante, apesar de ser um colégio 'público', é que ele apresenta um significativo percentual de alunos aprovados no vestibular, quando comparado com colégios particulares e de cursinhos pré-vestibulares.

No que se refere a coordenação do colégio, nos três turnos, as coordenadoras, bem como, os professores, com algumas exceções, somente quando os adolescentes se excedem nas brincadeiras e desatenção nas aulas, durante o período de aplicação do instrumento, tem uma relação muito cordial e humana com os jovens. Nesta relação é visto um diálogo social que enfatiza o reconhecimento do erro e da auto-avaliação. Os jovens do colégio têm uma dinâmica bem politizada em relação aos outros jovens das outras amostras; as vezes ásperos verbalmente, mas, exigentes de seus direitos quanto à educação e ao sistema social.

2 - Escola particular de Campina Grande – PB – Esta escola professa a religião católica romana e é administrada por um ordem religiosa feminina. Seu público escolar,

mesmo que não exclusivo, é de classe média e alta da cidade de Campina Grande e dos municípios circunvizinhos.

A dinâmica educacional e humana tem o foco no controle “rígido” quanto ao estabelecimento e manutenção do comportamento juvenil social e escolar. Este controle não somente requer o hábito de uma escola limpa, mas, também, da manifestação de uma educação básica – por exemplo, saudação às pessoas; pedido de autorização aos funcionários quando se deseja entrar em outros ambientes da escola, etc. – e da boa relação com os colegas, do envolvimento e engajamento com a filosofia – religiosa - do colégio e das atividades escolares extra-classe, da exigência do respeito com os professores, e por fim, do bom rendimento escolar, pois muitos já grande parte dos jovens que lá estudam são destaque na seleção do vestibular em universidades públicas e particulares no Brasil.

3 – Escola estadual 2 – Bayeux – PB – Trata-se de uma escola publica estadual, considerada ‘bagunçada’. Nela, a presença da policia é constante, não somente é destinada à proteção dos jovens – que buscam estudar – mas, à proteção dos professores e à inibição de pequenos tráficos (cola, maconha, etc.).

Durante os dias de aplicação, constatou-se a formação de diversos grupos (grupos que dançavam no pátio da escola, grupos que cantavam hip hop e se empurravam entre si; grupos de esportistas, grupos de religiosos, etc.) que se enfrentavam entre si, alguns manifestavam formas diretas de humilhação e agressão (empurrões, chacotas, palavrões, etc.) em relação a outros colegas.

Existia uma grande evasão de alunos da sala de aula, seja para participarem dos grupos da ‘bagunça’ ou para fumar, beber cerveja ou cachaça (‘sapupara’ era bem comum entre esses grupos), seja para jogar bola ou para ficar conversando ou dançando – às 9:00 horas da manhã – em uma mercearia-bar que fica em frente ao colégio.

4 – Escolas destinadas ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Santa Rita – PB – Trata-se de um conjunto de escolas destinadas a jovens que não podiam freqüentar outras escolas por terem se envolvido com delitos ou que tinham familiares cumprindo pena no presídio ou que trabalhavam duramente com seus pais ou familiares. Essas escolas fazem parte do programa do governo federal contra o trabalho infantil, são coordenadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e estão incluídas em programas de políticas sociais destinadas ao fortalecimento de ações sócio-educativas para a convivência comunitária, fundamentais para eliminar o problema do trabalho infantil pela raiz.

Somente quando na visita às escolas é que se verificou que não somente os jovens inscritos no PETI estavam envolvidos no processo escolar, mas, jovens com história de vulnerabilidade e alguns poucos em medida sócio-educativa.

6.1.4. Instrumentos

Os jovens, de todos os municípios em que foi aplicado o questionário, responderam os mesmos instrumentos utilizados no primeiro e segundo estudos.

Todas as escalas testadas apresentaram, nesta terceira amostra, indicadores que garantiram a acurácia da mensuração das mesmas em adolescentes, conforme pode-se observar a seguir:

- Escala de Atitude Anômica – EAA - χ^2/gf (15,82/17) = 0,93, *GFI* = 1,00, *AGFI* = 0,99, *RMR* = 0,03, *TLI* = 1,00; *CFI* = 1,00, *RMSEA (90%IC)* = 0,00 (0,00-0,03), *CAIC* = 162,98 e *ECVI* = 0,06;

- Escala de Anomia Social – EAS - (Aguiar, 2003) - χ^2/gf (122,38/175) = 0,70, *GFI* = 0,99, *AGFI* = 0,98, *RMR* = 0,04, *TLI* = 1,00; *CFI* = 1,00, *RMSEA (90%IC)* = 0,00 (0,00-0,00), *CAIC* = 1090,53 e *ECVI* = 0,44;

- Escala de Orientação ao Sucesso – EOS - χ^2/gf (21,11/16) = 1,32, GFI = 0,99, $AGFI$ = 0,98, RMR = 0,03, TLI = 0,99; CFI = 0,99, $RMSEA$ (90%IC) = 0,01 (0,00-0,04), $CAIC$ = 408,38, $ECVI$ = 0,14;

- Escala de Condutas Antissociais e Delitivas versão reduzida – ECAD - χ^2/gf (274,46/282) = 0,97, GFI = 0,98, $AGFI$ = 0,96, RMR = 0,05, TLI = 1,00; CFI = 1,00, $RMSEA$ (90%IC) = 0,00 (0,00-0,01), $CAIC$ = 2698,72 e $ECVI$ = 1,06.

- Diffing Issues Test – DIT – trata-se de um teste objetivo de julgamento moral elaborado por Rest (1975), composto por seis dilemas morais hipotéticos, dos quais será utilizado, no presente estudo, apenas um, retirado da versão brasileira de Camino e Luna (1989): o dilema do *prisioneiro foragido*. Este dilema conta o caso de um senhor condenado pela justiça a dez anos de prisão, que foge da cadeia, adota uma identidade falsa e passa a trabalhar duro e honestamente. Consegue dinheiro suficiente para abrir seu próprio negócio, é gentil com os fregueses, paga bem aos seus funcionários e ainda contribui com uma parte dos seus lucros para obras de caridade. Um dia, uma vizinha, chamada Dona Cida, o reconheceu como sendo aquele fugitivo da prisão e pensa em denunciá-lo à polícia. A pergunta que segue ao dilema é: “Dona Cida deveria entregá-lo à polícia?”

Vale mencionar, conforme Apêndice II, que, após cada uma das perguntas que seguem o dilema supramencionado, os participantes deveriam responder sim, não ou não sei. Ademais, deveriam indicar o grau de importância de cada uma das doze afirmações que acompanhavam o dilema e que foram construídas por Rest (1975), tendo como base a tipologia de estágios de Kohlberg. A este respeito, é importante esclarecer que, entre as afirmações, pelo menos uma delas possui conteúdo, retoricamente bem construído, porém destituído de sentido (intitulado por Rest de M); e, pelo menos, uma das afirmações representa um estágio kohlberguiano intermediário (entre o 4 e 5), denominado de A (antiestablishment) (Rest & Kohlberg, 1975, citado por Rest, 1975).

Finalmente, para concluir a resolução de cada dilema, os participantes deveriam escolher, dentre as doze afirmações, as quatro mais importantes, para ele, de forma hierárquica.

Para corrigir o instrumento, inicialmente foi identificado o estágio correspondente às 12 afirmações, seguindo as orientações contidas na Folha de Apuração do DIT (Apêndice II). A seguir, estes itens foram pontuados conferindo peso 4 à primeira escolha, 3 à segunda, 2 à terceira e 1 à quarta, obtendo-se um total de dez pontos distribuídos entre os estágios. Após a obtenção desta pontuação, foram somadas todas as pontuações relativas a cada estágio, obtendo-se desta forma, os escores brutos de cada um dos estágios. Para dizer que um participante era predominantemente de um estágio, se considerou a maior frequência de respostas no estágio. É relevante citar que quando houve a mesma frequência (7 casos), se considerou o estágio mais baixo (Turiel, 1977).

6.1.5. Procedimento

Administração dos Instrumentos: foi semelhante à utilizada nos estudos anteriores.

Análise dos Dados: considerando o objetivo deste estudo, decidiu-se focar as análises a partir de uma perspectiva de Equação de Modelagem Estrutural (MEE). Neste sentido, empregou-se o programa *AMOS 7.0*. Adotou-se como entrada para a matriz de covariância, adotando-se o estimador *ML (Maximum Likelihood)*. Quanto aos indicadores de ajuste para a análise da SEM, considerou-se, segundo uma bondade de ajuste subjetivo, os indicadores aceitos pela literatura vigente (Bilich, Silva & Ramos, 2006; Byrne, 1989; Hair, Anderson, Tatham & Black, 2005; Van De Vijver & Leung, 1997), já apresentados nos estudos 1 e 2.

6.2 Resultados

Antes de apresentar os resultados realizados no AMOS 7.0, referente ao modelo teórico testado, faz-se necessário esclarecer que não existe um modelo teórico que viabilize a comparação e sugira reformulações teóricas para o modelo em análise.

Para testar a hipótese, levantada inicialmente, procurou-se testar a relação entre as variáveis hipotetizadas previamente, para isso, realizou-se uma correlação de Pearson. Apesar deste cálculo estatístico apresentar limites teóricos e empíricos em relação ao que se pretende neste capítulo, optou-se por realizá-lo a fim de verificar, parcimoniosamente, o sentido-força das relações entre as variáveis propostas.

Desta maneira, na tabela 14 são apresentados os resultados com todos os pares das variáveis de interesse para esta tese. Neste caso, embora o conjunto de hipóteses se restrinja aos antecedentes dos comportamentos antissociais e delitivos, com o fim de oferecer ao leitor um quadro completo de como se relacionam as múltiplas variáveis deste estudo, apresentam-se na Tabela 14 os resultados com todos os pares de variáveis referentes ao modelo teórico em pauta.

Tabela 14: Correlatos inter-variáveis referentes ao modelo teórico a ser testado $N = 621$.

	1	2	3	4	5	6
1. Conduta Antissocial	---					
2. Conduta Delitiva	0,46*	---				
3. Anomia Social	0,14*	0,10*	---			
4. Atitude Anômica	0,18*	0,13*	0,17*	---		
5. Orientação ao sucesso	0,15*	0,10*	0,20*	0,29*	---	
6. Moralidade de Princípios (Moral P)	-0,11*	-0,07*	-0,09*	-0,10*	-0,07*	---

Notas: * $p < 0,05$ (teste uni-caudal; eliminação por pares de itens em branco).

Verifica-se na Tabela 14 que a moralidade de princípios pós-convencionais relacionou-se, negativamente, com todas as outras variáveis, e que estas relacionaram-se positivamente entre si.

Vale destacar que, apesar dos escores correlacionais entre a moralidade e as demais variáveis não são muito altos, mas, isto não pode ser tido como um problema teórico e estatístico. As relações altas encontradas nos estudos sobre a moralidade e a delinquência se deve ao fato dos autores que trabalhavam com esse tema terem como foco de avaliação jovens delinquentes, amostra esta que não foi contemplada na tese.

Partindo desses resultados e reconhecendo os limites das correlações obtidas devido a sua aleatoriedade, gerou-se no programa estatístico AMOS 7.0 com os dados de 621 jovens, o modelo teórico a ser testado a fim de avaliar indicadores psicométricos e de forma mais robusta comprovar empiricamente o modelo proposto. Para essa testagem, além da amostra geral, considerou-se separadamente, a amostra de cada contexto sócio-educacional.

Para avaliar o modelo em cada amostra, tomou-se como base a proposta de Lemke (2005) e Garson (1998) referente a parcimônia amostral; uma amostra acima de 100 e não superior a 200 sujeitos, com mais de dez variáveis, é adequada para evitar um teste de significância sem força na estimativa do parâmetro.

Apesar da proposta de Lemke (2005) e Garson (1998), segundo Silva (2006), ainda não existe um consenso quanto as considerações amostrais, todavia, concorda-se com Garson (1998) quando aconselha ao pesquisador para ir além das recomendações numéricas e considerar o conjunto da obra – teoria, hipótese, dados, análises, resultados e conclusão – a fim de não “jogar a água, bacia e criança” tudo fora.

Partindo dessas reflexões testa-se o modelo hipotetizado, bem como, os modelos concorrentes. O teste será feito na amostra geral e, em seguida, nas diferentes amostras, considerando, portanto, cada contexto sócio-educacional. Considerou-se também, os

passos teóricos abordados nesta tese com o objetivo de orientar os caminhos epistemológicos que levaram a assumir o modelo que pretende comprovar.

O próximo modelo a ser testado baseia-se na seguinte hipótese: A Anomia Social explica positivamente a conduta desviante e ambas associam-se negativamente com a moralidade de princípios.

Os resultados obtidos encontram-se nas tabelas a seguir. Na tabela 15, é destacado, não somente que o modelo apresenta adequabilidade ao considerar a amostra geral, mas, que os melhores indicadores foram encontrados na amostra de jovens da escola particular de Campina Grande (CG). Esta instituição escolar dirigida por uma ordem regiligiosa de confissão católica romana.

Tabela 15: Indicadores do primeiro modelo teórico proposto para condutas desviantes em jovens em diferentes contextos sócio-educacionais

MODELOS		χ^2/gl	RMR	GFI	AGFI	CFI	RMSEA (90%IC)
Modelo 1	1. Amostra total	1,84	0,02	0,99	0,98	0,98	0,03 (0,00 – 0,07)
	2. Amostra St. Rita	1,50	0,05	0,97	0,92	0,97	0,06 (0,00 – 0,13)
	3. Amostra Bayeux	1,20	0,04	0,98	0,94	0,98	0,03 (0,00 – 0,10)
	4. Amostra J. Pessoa	1,29	0,04	0,97	0,93	0,95	0,05 (0,00 – 0,12)
	5. Amostra C. Grande	0,76	0,02	0,98	0,97	1,00	0,01 (0,00 – 0,08)

Nota: $p > 0,05$.

Na Figura 4, pode-se observar que, de acordo com o que se esperava, a variável desenvolvimento moral (especificamente, o desenvolvimento da moralidade de princípios pós-convencional - Contrato social, humanismo intuitivo, ideais de cooperação – explicou, negativamente ($\lambda = -0,14$) a Anomia Social relativa aos três fatores exógenos (Desconfiança no governo, Descontentamento Pessoal e Pessimismo Sócio-Político) e a Conduta Antissocial e a Delitiva ($\lambda = -0,02$). Por outro lado, a Anomia Social associou-se, positivamente, à Conduta Antissocial e Delitiva ($\lambda = 0,37$).

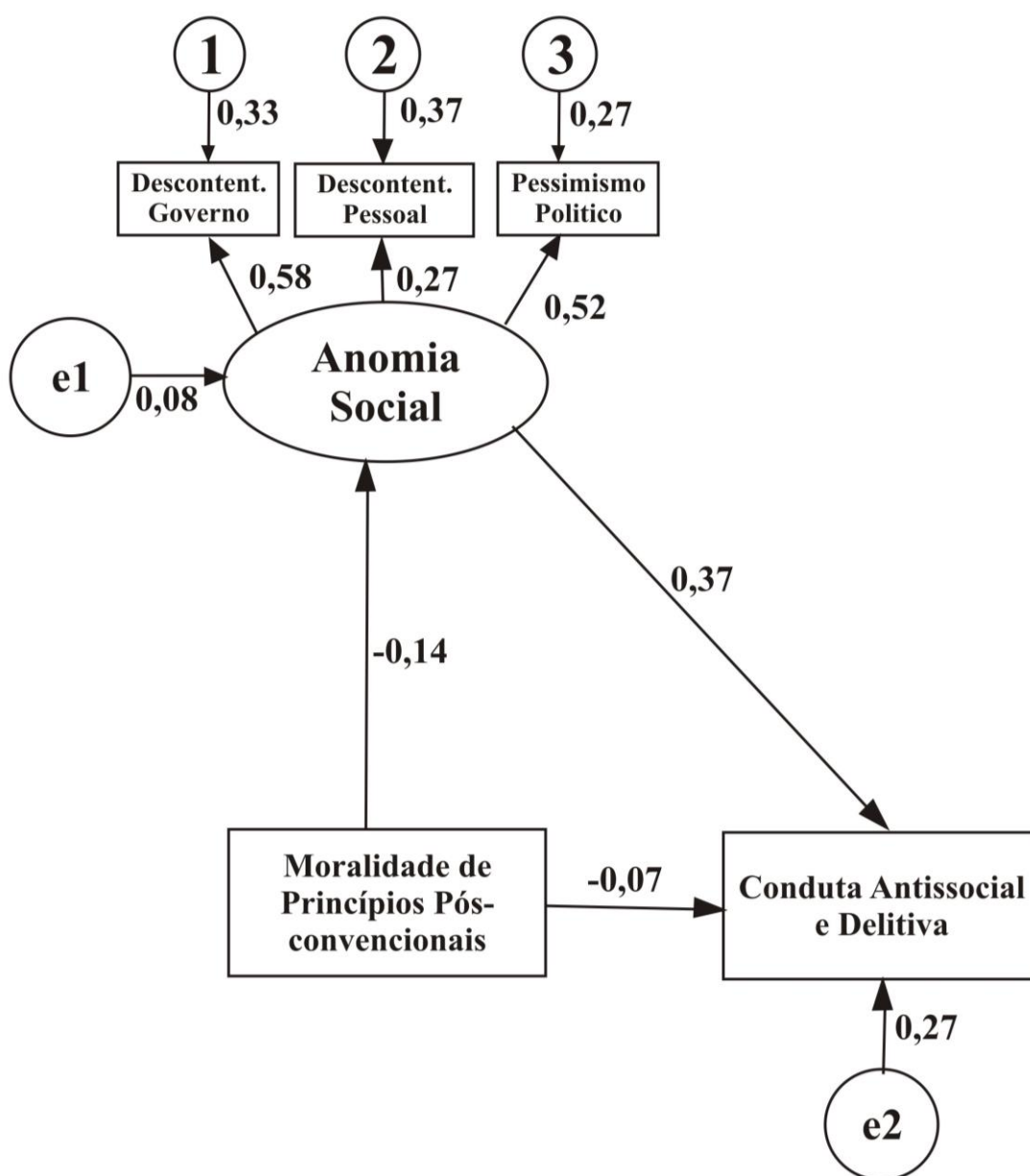


Figura 4. Comprovação do primeiro modelo causal das condutas antissociais e delitivas em adolescentes de escola particular de CG.

Apesar desses resultados apresentarem indicadores confiáveis, pode-se destacar a baixa associação entre a moralidade de princípios e a conduta (antissocial e delitiva) o que leva a se hipotetizar um segundo modelo teórico, considerando as concepções de Durkheim (1897/2000; 1930/2004) e Merton (1949/2002), principalmente, a que se refere ao estado social anômico. Para estes autores existiria uma atitude anômica psicológica, referente ao momento em que as pessoas transgrediriam as normas sociais; Assim, considera-se que uma atitude anômica precederia os comportamentos de transgressão e que ela se manifestaria pela não confiança nos outros, pela percepção de que não existe mais relação de apoio social, e que, sempre que se puder, se deve aproveitar o máximo dos outros e do momento, independente das pessoas com quem se esteja relacionando.

Para o novo modelo, hipotetizou-se o seguinte: **a anomia social** (variável latente) associa-se, positivamente, com à **atitude anômica** (variável latente; originada da anomia social) e positivamente, com a **conduta antissocial e delitiva** (variável observável) e todas essas variáveis associam-se, negativamente, **a moralidade de princípios pós-convencional** (variável observável). Testando esse modelo, observou-se (ver tabela 16). que tanto na amostra total, quanto na amostra com jovens da escola particular de Campina Grande (CG), os indicadores são adequados para o modelo testado.

Tabela 16: Indicadores do segundo modelo teórico concorrente para condutas desviantes em jovens de diferentes contextos sócio-educacionais.

MODELOS		χ^2/gl	RMR	GFI	AGFI	CFI	RMSEA (90%IC)
Modelo 2	1. Amostra total	1,45	0,01	0,99	0,98	0,99	0,02 (0,00 – 0,05)
	2. Amostra St. Rita	1,48	0,05	0,95	0,91	0,95	0,06 (0,00 – 0,11)
	3. Amostra Bayeux	1,23	0,04	0,97	0,94	0,97	0,04 (0,00 – 0,08)
	4. Amostra J. Pessoa	1,13	0,08	0,95	0,92	0,94	0,03 (0,01 – 0,06)
	5. Amostra C. Grande	1,04	0,02	0,98	0,95	1,00	0,01 (0,00 – 0,08)

Nota: $p > 0,05$.

Ademais, na Figura 5, observa-se que a moralidade de princípios pós-convencionais associou-se, negativamente com as condutas antissociais e delitivas ($\lambda = -0,02$) e com a anomia social ($\lambda = -0,07$), esta por sua vez, associou-se positivamente com a atitude anômica ($\lambda = 0,36$) a qual se associou positivamente à conduta antissocial e à conduta delitiva ($\lambda = 0,30$).

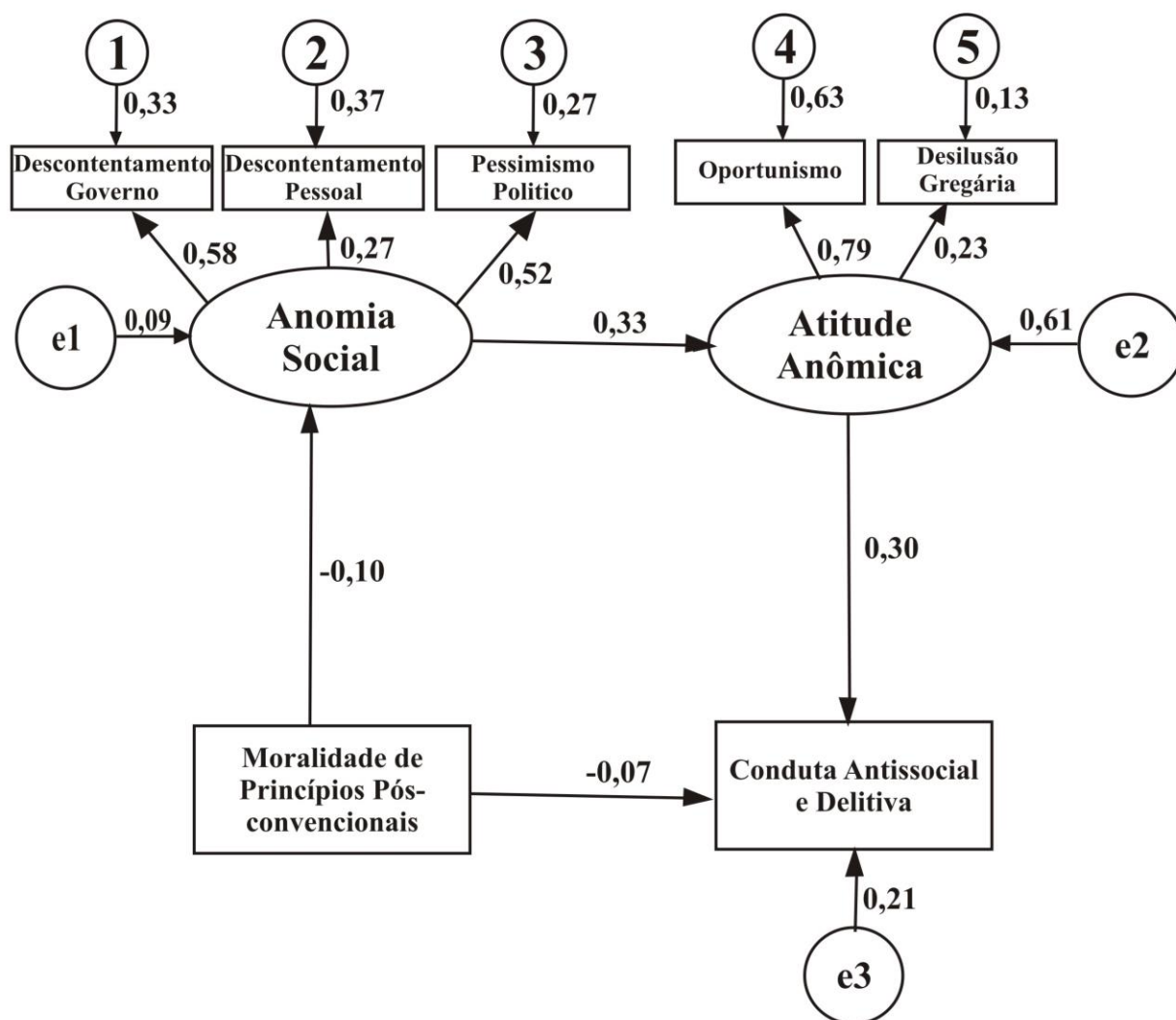


Figura 5. Comprovação do segundo modelo causal das condutas antissociais e delitivas em adolescentes da escola particular de CG.

Os resultados esperados foram confirmados, porém, testar-se-á um terceiro modelo teórico, não somente porque os lambdas associativos entre as principais variáveis foram baixas, mas por que, seguindo a perspectiva teórica de Merton (1938/2002), ao existir uma separação entre as metas individuais e os meios legítimos para alcançar os objetivos desejados ocorreria uma tensão ou pressão social para que as pessoas atingissem o que pretendiam por qualquer meio, mesmo que fosse ilegítimo – sem algum aspecto moral. Assim, a própria condição sócio-estrutural e não uma característica dos indivíduos, seria a responsável pelo desvio social, resumidamente: querer ter sucesso ou enriquecer a partir

do trabalho duro e esforçado, e ser frustrado pela ausência prévia de meios culturais, levaria a pessoa a delinquir ou agir criminosamente.

Com base nesses dois aspectos, hipotetizou-se que **a anomia social** (variável latente) associa-se positivamente com à **atitude anômica** (variável latente, originada da anomia social), que se associa, positivamente, com a **orientação ao sucesso** (variável latente), que, por sua vez, associa-se, positivamente, a **conduta antissocial e delitiva** (variável observável) e todas essas variáveis associam-se, negativamente, **a moralidade de princípios** (variável observável).

Nos resultados da testagem desse novo modelo, observaram-se os indicadores, apresentados na tabela 17. Destaca-se na tabela em questão que, a amostra que apresentou melhores indicadores para o modelo testado foi a dos jovens da escola particular de Campina Grande (CG).

Tabela 17: Indicadores do terceiro modelo teórico concorrente para condutas desviantes em jovens em diferentes contextos sócio-educacionais

MODELOS		χ^2/gl	RMR	GFI	AGFI	CFI	RMSEA (90%IC)
Modelo 3	1. Amostra total	1,42	0,01	1,00	0,98	0,99	0,02 (0,00 – 0,04)
	2. Amostra St. Rita	1,27	0,05	0,94	0,90	0,97	0,05 (0,00 – 0,09)
	3. Amostra Bayeux	1,09	0,04	0,96	0,94	0,99	0,01 (0,00 – 0,06)
	4. Amostra J. Pessoa	1,23	0,08	0,94	0,90	0,95	0,04 (0,00 – 0,08)
	5. Amostra C. Grande	0,77	0,02	0,98	0,96	1,00	0,00 (0,00 – 0,05)

Nota: $p > 0,05$.

A Figura 6 ilustra as associações encontradas entre as variáveis: a moralidade de princípios pós-convencionais associou-se, negativamente, com a conduta Antissocial e Delitiva ($\lambda = -0,02$) e com a anomia social ($\lambda = -0,08$). Esta, por sua vez, associou-se positivamente com a orientação ao sucesso ($\lambda = 0,56$), que se associou positivamente com a atitude anômica ($\lambda = 0,51$), a qual, finalmente, associou-se à conduta antissocial e delitiva ($\lambda = 0,47$).

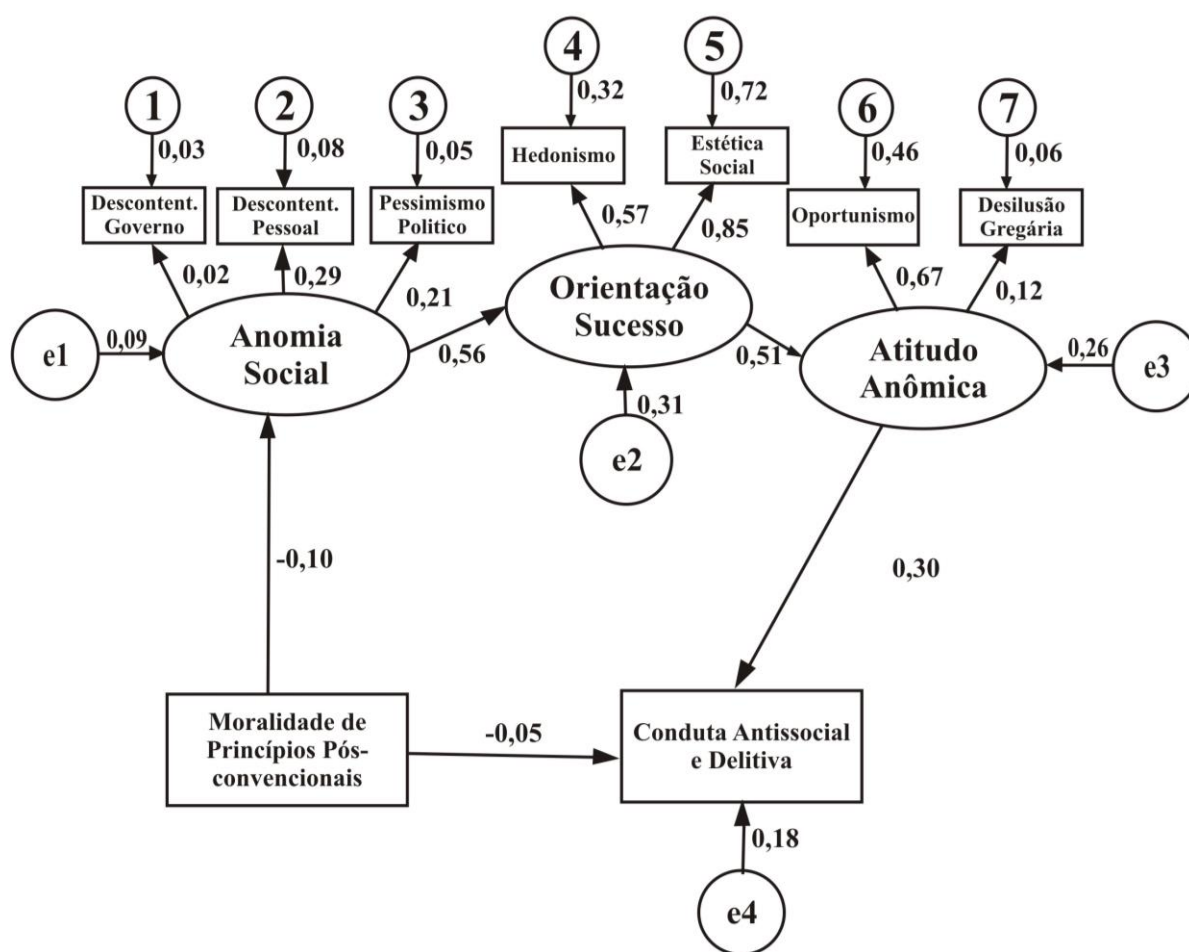


Figura 6. Comprovação do terceiro modelo causal das condutas antissociais e delitivas em adolescentes da escola particular de CG.

Mais uma vez, os resultados esperados foram confirmados. Neste novo modelo os indicadores foram bem melhores do que os indicadores do primeiro e do segundo modelos, principalmente, para a amostra total e para a amostra com os jovens da escola de Campina Grande (CG).

Mas, considerando que este último modelo testado também é um modelo concorrente em relação ao modelo que se quer encontrar, um outro modelo poderia ser testado com base em uma conjunção das perspectivas teóricas adotadas nesta tese: o estado social anômico influencia a atitude anômica, que, juntos, levariam a uma orientação para o sucesso com características individualistas – anomia psicossociológica (um estado de anomia social fomenta no sujeito a busca da realização de seus ‘sonhos’; caso os limites sociais e culturais contemporâneos não o permitam, esse sujeito manifestaria, antes da conduta desviante, uma atitude anômica (seja ela de oportunismo ou desilusão gregária) situação que, provavelmente, influenciaria a conduta antissocial e/ou delitiva). O aumento dos escores dessas variáveis estaria relacionado a uma diminuição de escore da moralidade pós-convencional.

Partindo dessa reflexão, hipotetizou-se um quarto e último modelo: **anomia psicossociológica** (composta pela anomia social: orientação ao sucesso e atitude anômica) associar-se-ia, positivamente, com as **condutas antissociais e delitivas**, enquanto, a moralidade de princípios pós-convencionais (**referente ao contrato social, humanismo intuitivo, ideais de cooperação**) associar-se-ia, negativamente, com a **anomia psicossociológica** e com as **condutas antissociais e delitivas**.

Tabela 18: Indicadores do quarto modelo teórico concorrente para condutas desviantes em jovens de diferentes contextos sócio-educativos.

MODELOS	χ^2/gl	RMR	GFI	AGFI	CFI	RMSEA (90%IC)
1. Amostra total	1,60	0,01	1,00	0,98	1,00	0,02 (0,00 – 0,06)
2. Amostra St. Rita	0,60	0,03	0,98	0,97	0,99	0,00 (0,00 – 0,10)
Modelo 4 3. Amostra Bayeux	0,40	0,02	0,98	0,96	0,99	0,01 (0,00 – 0,03)
4. Amostra J. Pessoa	1,77	0,03	0,97	0,93	0,89	0,06 (0,00 – 0,12)
5. Amostra C. Grande	0,71	0,01	1,00	0,99	1,00	0,00 (0,00 – 0,05)

Nota: $p > 0,05$.

Observou-se que os indicadores do quarto modelo foram mais satisfatórios do que os dos modelos anteriores tanto para a amostra geral ($\chi^2/\text{gl} = 1,64$; $\text{RMR} = 0,01$, $\text{GFI} = 1,00$, $\text{AGFI} = 0,99$, $\text{CFI} = 1,00$ E $\text{RMSEA} = 0,001$), como para a amostra de jovens da escola de Campina Grande (CG) ($\chi^2/\text{gl} = 0,71$, $\text{RMR} = 0,01$, $\text{GFI} = 1,00$, $\text{AGFI} = 0,98$, $\text{CFI} = 1,00$ e $\text{RMSEA} = 0,00$). Ressalta-se aqui, que todas as saturações (lambdas, λ) foram estatisticamente diferentes de zero ($t > 1,96$, $p < 0,05$), apoiando a adequação do conjunto de variáveis exógenas incluídas no modelo teórico testado.

Um resumo a respeito do modelo causal que explica as condutas Antissociais e Delitivas é ilustrado pela Figura 7. Nesta, observa-se que a variável moralidade de princípios pós-convencionais explica, negativamente ($\lambda = -0,20$) a anomia psicossociológica relativa aos três fatores exógenos (anomia social, atitude anômica e orientação ao sucesso) e que esta explica ($\lambda = 0,30$) a conduta antissocial e delitiva. Por

outro lado, a moralidade de princípios pós-convencionais associou-se negativamente à conduta antisocial e delitiva ($\lambda = -0,12$). Além da garantia lógica entre teoria e empiria, este modelo apresenta lambdas associativos melhores quando comparados aos modelos anteriores.

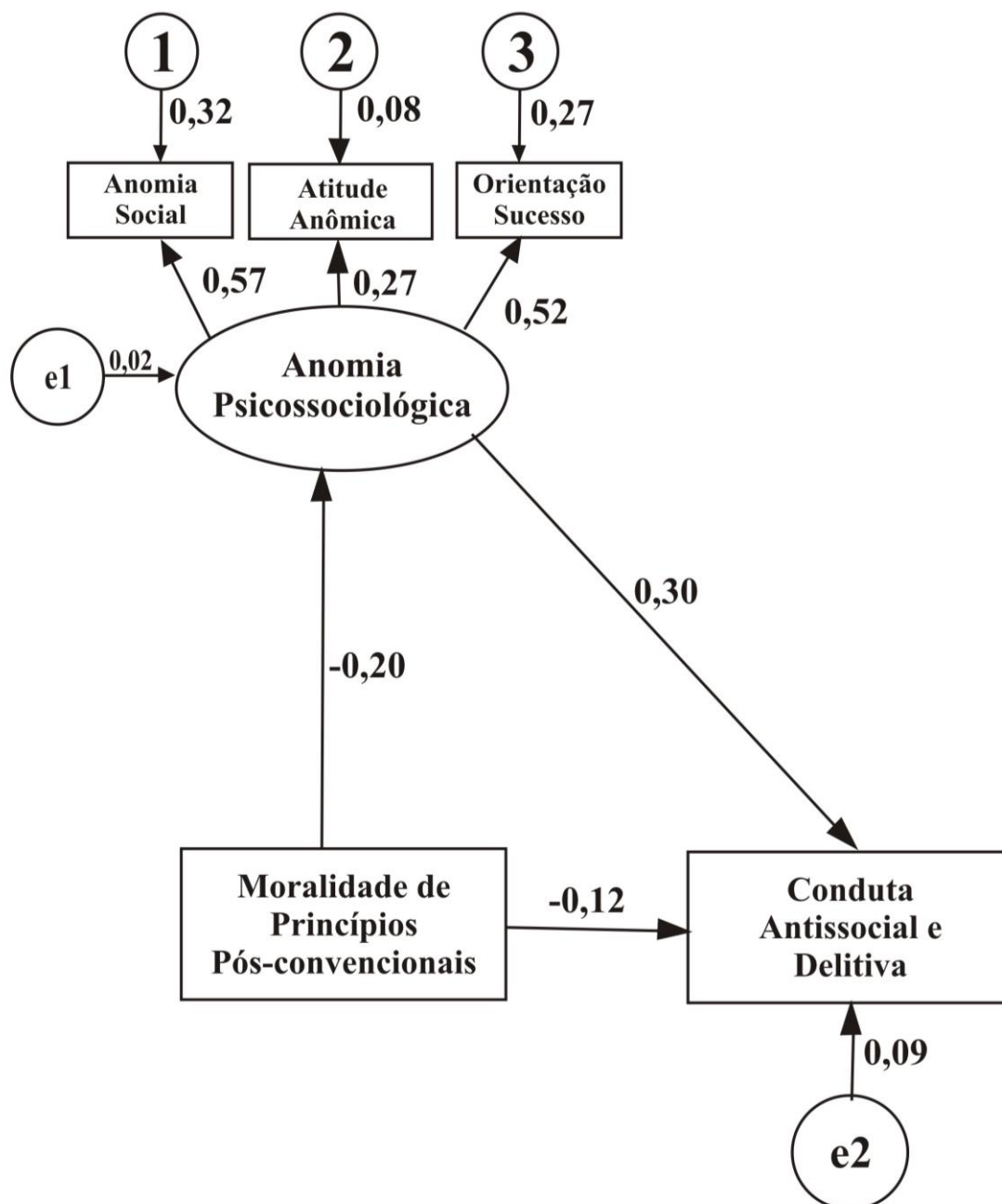


Figura 7. Comprovação do modelo causal das condutas antissociais e delitivas em adolescentes da escola particular de CG (Modelo Central Hipotetizado).

Diante do resultados obtidos, esse modelo é adequado a suposição teórica que levou a sua testagem: se por um lado, um estado anômico psicossocial (aspirações individualistas, desorganização, inadaptação, desonestidade e rompimento com as regras e normas sociais) está associado as condutas antissociais e delitivas, por outro lado, o desenvolvimento da moralidade de princípios pós-convencionais funciona como fator de proteção para essas duas variáveis. Fica, portanto, evidente a adequação do quarto modelo explicativo aqui proposto e testado.

Considera-se que o contexto social e educacional influenciou os resultados, uma vez que o modelo apresentou melhores indicadores com os adolescentes da escola de Campina Grande (CG). Na busca de explicar a influência do contexto, conclui-se que aos adolescentes dessa escola é oferecida uma melhor condição psicossocial para um desenvolvimento da moralidade de princípios pós-convencionais (que contempla os estágios 5 e 6 dos princípios morais), como para uma baixa anomia psicossociológica do que para os adolescentes das outras escalas.

Então surge uma reflexão: porque não considerar o modelo a partir dos estágios de desenvolvimento? Isto não só estaria de acordo com a idéia de Kohlberg (1978; Kohlberg, 1976; ver também, Borges & Alencar, 2009) quanto a necessidade de considerar a variabilidade do estágio da moralidade de princípios e sua parcimônia quando em programas de intervenção no raciocínio moral para mudança de comportamento, mas, também, contemplaria a idéia de Duhkheim (1925/2008) no que se refere a ênfase em uma moral convencional e que é responsabilidade da sociedade (ou contexto educacional) para uma maior integração da pessoa às normas sociais. A moral, deverá ser tratada como *uma obrigação e um dever*, fornecendo conteúdo, sentido e forma para o agir moral. Desta maneira, como dado adicional, procurou-se verificar o modelo teórico

com base em cada estágio do desenvolvimento moral e as amostras em cada contexto sócio-educacional.

Considerando esse objetivo adicional, destaca-se que o desenvolvimento moral pode ser avaliado pelos escores que cada um adolescente poderá apresentar nos estágios morais. Assim, optou-se por avaliar os estágios – 3 e 4 – da moralidade a luz do modelo hipotetizado.

Tabela 19: Indicadores do modelo teórico para condutas desviantes em jovens em diferentes contextos sócio-escolares considerando cada estágio da moralidade.

MODELOS			χ^2/gl	RMR	GFI	AGFI	CFI	RMSEA
C O N V E N C I O N A L	Estágio 3	1- Amostra St. Rita	0,71	0,06	0,98	0,96	0,99	0,01
		2- Amostra Bayeux	0,55	0,03	0,99	0,97	0,99	0,01
		3- Amostra JP	0,68	0,03	0,98	0,96	0,99	0,01
		4- Amostra CG	0,78	0,02	0,99	0,98	1,00	0,00
	Estágio 4	1- Amostra St. Rita	0,44	0,05	0,99	0,98	1,00	0,00
		2- Amostra Bayeux	0,46	0,04	0,99	0,98	1,00	0,00
		3- Amostra JP	0,98	0,07	0,97	0,94	0,99	0,01
		4- Amostra CG	1,46	0,05	0,98	0,94	1,00	0,00

Nota: $p > 0,05$

Os resultados obtidos, de acordo com os indicadores de ajuste, no estágio 3, revelou que a escola particular de CG foi a que apresentou melhor resultado na adequabilidade do modelo hipotetizado: o estágio 3 associou-se, negativamente, à anomia psicossociológica [$\lambda = -0,26$] e a conduta antissocial e delitiva [$\lambda = -0,10$], com estas duas variáveis, associando-se, positivamente, [$\lambda = 0,36$].

Em relação ao estágio 4, a amostra dos jovens das escolas destinadas ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Santa Rita – PB – foi a que revelou melhor indicador em comparação com as outras amostras em questão: o estágio 4 associou-se, positivamente, à anomia psicossociológica [$\lambda = 0,15$] e conduta antissocial e

delitiva [$\lambda = -0,07$] e estas duas ultimas variáveis associaram-se, positivamente, [$\lambda = 0,15$]. Porém, as associações lambdas desse modelo não estiveram de acordo com a hipótese levantada. Tal fato pode ser compreensível quando se enfatiza não somente o contexto social e educacional em que os adolescentes se encontravam nessas escolas, mas também, a dinâmica educacional e formadora (destacada na seção da amostra do método do terceiro estudo) em que eles estavam inseridos.

Estas referências contextuais quanto a tais resultados podem ser mais reveladoras quando se analisa os resultados de uma Anova entre o tipo de escola e as variáveis do modelo teórico: os adolescentes das escolas de St. Rita tiveram, em relação ao estágio moral 4, um escore medio mais baixo ($M = 3,39$, $DP = 0,80$) do que os adolescentes da escola de CG ($M = 3,60$, $DP = 0,79$) [$F(2,480) = 16,74$, $p < 0,01$], já em relação a anomia psicossociológica, os adolescentes de St. Rita, apresentaram média superior ($M = 1,59$, $DP = 0,50$) a dos adolescentes da escola de CG ($M = 1,30$, $DP = 0,46$) [$F(2,480) = 15,13$, $p < 0,01$].

De forma geral, apesar da valiosa contribuição de todos os estágios para um melhor desenvolvimento psicológico em relação a inibição da conduta antissocial e delitiva e social no que se refere a intervenção na anomia psicossociológica é merecedor de destaque, no conjunto dos indicadores de ajustes, que os estágios 3 (nível convencional) e 5/6 (nível pós-convencional), foram os estágios que tiveram os melhores indicadores em relação ao modelo teórico.

É necessário chamar a atenção que, por critério de parcimônia científica, geralmente destaca-se o resultado que comprova a hipótese levantada e, também, aquele resultado que revela os melhores indicadores para esta hipótese. Porém, faz-se referência aos estágios morais quanto a sua utilidade em atividades de intervenção para a inibição da anomia psicossociológica e a da conduta antissocial e delitiva.

Considera-se que vários estágios podem ser importantes para inibir os

comportamentos e que o contexto sócio-educacional teria uma função particular na sua no cumprimento, estabilidade e manutenção da norma socialmente aceita pelos jovens. Quanto ao contexto social é importante considerar o nível de escolarização e política sócio-escolar conforme afirma Díaz-Aguado (1988) e Durkheim (1992/2007).

6.3. Discussão

A presente tese teve como objetivo principal verificar a adequabilidade de um modelo teórico centrando-se na teoria do desenvolvimento da moral, especificamente, a moralidade de princípios pós-convencionais. Para avaliar o quanto essa moral é capaz de explicar variáveis psicossociais, neste caso a anomia psicossociológica e psicológica – a conduta antissocial e delitiva.

Para atingir o objetivo principal da tese, três estudos foram realizados. O foco principal dos dois primeiros estudos foi a verificação psicométrica da validade, consistência fatorial e interna das escalas não existentes no Brasil e que seriam utilizadas na tese na verificação do objetivo final.

As escalas avaliadas apresentaram consistência em sua estrutura fatorial – exploratória e confirmatória – para o contexto brasileiro. Contexto esse, constituído por adolescentes de 13 a 18 anos de idade de diferentes níveis sócio-econômico e educacional da região metropolitana de João Pessoa-PB.

No terceiro estudo, procurou-se verificar o quanto o nível de pensamento moral era importante quando se pretendia compreender, por um lado, um fenômeno psicossocial, como é o caso da anomia e em outro, sobretudo, psicológico, como é o caso da conduta antissocial e delitiva. Procurando explicar a associação entre essas variáveis, o que constitui a proposta do terceiro estudo, identificou-se um modelo teórico, com base no desenvolvimento sócio-cognitivo da moral.

O que importa com os resultados dessa tese, quanto ao modelo teórico hipotetizado, é apresentar não só uma proposta que prioriza o auto-conhecimento moral, mas, salientar a importância do sujeito como agente competente e capacitado para proteger sua vida e a sociedade dos riscos da violência.

Observando-se mais detalhadamente os resultados desses estudos, verifica-se que no primeiro estudo foram avaliadas as propriedades psicométricas das medidas utilizadas

na tese, tanto daquelas escalas já existentes quanto as construídas, especificamente, para atender o objetivo pretendido da tese. Neste sentido, julga-se que a Escala de Anomia Social (Aguiar, 2003) e a da Conduta Antissocial e Delitiva (Formiga & Gouveia, 2003) revelaram, no estudo, a partir de uma análise exploratória, alfas aceitáveis, que se assemelhavam aos encontrados pelos autores destas escalas. Mas, estes resultados, não permitiam afirmar, com maior segurança psicométrica, a robustez da dimensionalidade das escalas. Por meio de uma análise fatorial confirmatória, efetuada no segundo estudo, uma organização estrutural item-fator comprovou a adequação da sua estrutura fatorial das escalas.

Em direção estatística semelhante a das escalas supracitadas, avaliou-se tanto por meio de análises fatoriais exploratórias quanto confirmatórias, a dimensionalidade fatorial da Escala de Atitude Anômica e da Escala de Orientação ao Sucesso. Os resultados revelaram para ambas as escalas, que suas estruturas eram adequadas para o contexto brasileiro. Assim, partindo desses resultados, julga-se que a construção dessas escalas pode ser considerada uma peça a mais nos estudos sobre anomia, tema este, ainda pouco estudado no Brasil. Também, se julga que a construção das mesmas, para a mensuração de aspectos teóricos da anomia, pensando por Durkheim (1897/2000; 1930/2004) e Merton (1949/2002), como a atitude anômica e orientação ao sucesso, bem como, permitem a mensuração de um outro aspecto da anomia, a anomia psicossociológica, que foi proveniente de uma releitura da teoria da anomia. Ressalta-se que estes três aspectos da anomia podem ser utilizados como medidas separadas ou em seu conjunto.

No segundo estudo empírico, de forma geral, todas as escalas destacadas na tese, exceto o DIT (pois, este instrumento já foi validado, mantendo-se, psicometricamente, a mensuração da moralidade) foram todas comprovadas. Tinha-se como objetivo tanto a acurácia estrutural das escalas encontradas no país quanto corroborar as elaboradas no

primeiro estudo. Assim, os resultados do segundo estudo garantem medidas com maior segurança na manutenção da anomia social, das condutas antissociais e delitivas e as demais escalas. Em todas elas, os indicadores psicométricos estavam de acordo com recomendado pela literatura vigente na análise exploratória (Bisquerra, 1989; Cronbach, 1951; Feldt, Woodruff & Salih, 1987; Hair, Tatham, Anderson & Black, 2005; Pasquali, 2003) e confirmatória (Bilich, Silva, Ramos, 2006; Byrne, 1989; Joreskog & Sörbom, 1989). Porém, apesar da adequabilidade das escalas, sugere-se a realização de futuros estudos com elas levando em consideração a inserção ou retiradas de itens em cada um dos instrumentos avaliados com objetivo de torná-las, a cada estudo, acuradas excluindo as possíveis falhas semânticas e metodológicas.

No terceiro estudo, verificou-se o modelo proposto na tese. Tal modelo teve como base não somente os estudos sobre o desenvolvimento moral e delinquência em jovens, fundamentado na teoria kohlberguiana, como, a idéia de que o desenvolvimento de uma moralidade de princípios pós-convencionais poderia inibir, tanto a nível individual quanto social o delinquir juvenil. Os resultados desse estudo corroboram as hipóteses levantadas e, desta forma, apontaram para a importância da teoria de Kohlberg para a ciência psicológica e sociológica, especialmente para Sociologia da justiça, Criminologia, Psicologia da delinquência.

Por fim, considerando os indicadores de bondade de ajuste, julga-se que houve evidência da validade estrutural e da consistência interna das escalas avaliadas para pesquisar acerca de variáveis antecedentes e conseqüentes das condutas antissociais e delitivas em adolescentes. Desta forma, os objetivos deste estudo foram cumpridos, podendo ser empregadas as escalas e o modelo teórico em áreas de estudo que cooperam com a Psicologia, por exemplo, a Educação, Sociologia, etc., bem como em estudos transculturais.

Os estudos transculturais permitirão conhecer os aspectos que podem ser comuns a todas as culturas e aqueles que são específicos, contribuindo para consolidar um marco teórico a partir do modelo testado. É bom destacar que, quando se for considerar os resultados deste estudo em outros contextos sociais, é necessário ter em conta os aspectos mais específicos ou universais de cada cultura na avaliação dessas escalas.

Ainda em relação aos estudos intraculturais e transculturais destaca-se que é importante considerar tanto as dimensões locais, específicas ou exclusivas (*emics*) da orientação de cada cultura, bem como, e não menos importante, avaliar as dimensões universais (*etics*) da cultura, com o objetivo de comparar os construtos estudados em um contexto para outro espaço geo-político e social (Muenjohn & Armstrong, 2007; Triandis e cols., 1993; Triandis, 1994; Van De Vijver & Leung, 1997).

Assim, a replicabilidade do presente estudo, deverá ser prioridade, considerando-se amostras maiores e mais diversificadas quanto às características dos participantes, incluindo também jovens de diferentes contextos socioculturais e econômicos. A título de informação, as mesmas escalas foram aplicadas em amostras de adolescentes na Argentina e em Portugal em colaboração com outros pesquisadores, estas, revelaram, também, indicadores psicométricos confiáveis.

Quanto ao que fazer no futuro em relação às escalas validadas ao modelo teórico proposto, julga-se ser necessário reunir evidências adicionais de sua validade e precisão intra, inter e pan-culturais, por exemplo: avaliar a validade convergente em relação a construtos correlatos, bem como conhecer sua estabilidade temporal (teste-reteste), comparando os resultados obtidos neste trabalho com os indicados por outros autores.

Também sugere-se que em pesquisas futuras sejam coletados dados em uma amostra de jovens submetidos as medidas sócio-educativas, para a comprovação do modelo teórico proposto e que, neste caso, seja considerado o tipo e tempo de ação delituosa dos adolescentes. Mas, a extensão do instrumento e o contexto dos itens devem

ser reavaliados a fim de amenizar as dificuldades de leitura e interpretação das escalas propostas por parte dos adolescentes.

No contexto teórico dessa tese é notória a importância da Psicologia do Desenvolvimento Moral e a da Teoria da Anomia, ambas, variáveis preditivas da conduta juvenil antissocial e delitiva em diferentes contextos sócio-educacionais. Observa-se também que os resultados encontrados podem ser melhor salientados quando se aborda um espaço educacional tradicional em relação a transmissão e manutenção da norma e do comportamento individual socialmente desejável.

Essa reflexão, sobretudo, refere-se aos resultados observados para o colégio de CG, pois, trata-se de um espaço sócio-educacional dirigido por uma ordem religiosa feminina da Igreja Católica Romana. Observou-se que, durante o período de aplicação do instrumento, tanto os coordenadores quanto os professores, com algumas raríssimas exceções, tiveram uma relação exigente, porém, muito cordial e humana com os adolescentes. Nesta relação foi observado um diálogo social e afetivo que enfatizava o reconhecimento do erro e da auto-avaliação sobre a conduta do próprio adolescente.

O colégio, além, de promover uma dinâmica de politização social, incentiva os adolescentes a uma reflexão sobre a perspectiva de futuro e a consequência de suas atitudes em relação as escolhas dos pares de iguais, comportamentos e o sistema social. A dinâmica educacional e humana tem o foco no controle “rígido” quanto ao estabelecimento e manutenção do comportamento escolar. Este controle não somente requer o hábito de uma escola limpa, mas, também, da manifestação de uma educação básica, por exemplo, saudação às pessoas, pedido de autorização aos funcionários quando se deseja entrar em outros ambientes da escola, etc., mas também, da boa relação com os colegas, do envolvimento e engajamento com a filosofia do colégio e com atividades escolares extra-classe, com o respeito com os professores.

Para finalizar essa discussão, enfatiza-se a necessidade de que, antes de fazer um trabalho de intervenção moral em uma escola, observe-se, cuidadosamente, o contexto sócio-educativo da escola e o estágio moral que predomina nos jovens, a fim de que a proposta educativa tenha um maior efeito na inibição da conduta antissocial e delitiva.

CAPÍTULO VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente estudo pretendeu acrescentar mais uma peça no quebra cabeça entre sociedade e o comportamento antissocial e delitivo de adolescentes. Frente as teorias expostas no corpo teórico da tese, estudiosos na área da ciência humana e social procuraram responder, de forma sistêmica, sobre o controle e inibição de situações mais graves, como é o caso dos crimes em geral entre os jovens apontando em direção de políticas publicas para controle da delinquência (Born, 2005; Blasi, 1980; Dionne, 1996; Espinosa, 2000; Kohlberg, 1978; Martins & Castro, 2007; Sarti, 1996; Taylor, Walton & Youg, 1997). Os resultados aqui encontrados poderão ser aplicados em programas psicológicos e sociais com o objetivo de inibir comportamentos de riscos e de redução da comportamento antissocial e delitiva.

Especificamente, seja na Psicologia ou Sociologia, apesar dos seus esforços, os achados nessas áreas científicas polarizam respostas na comunidade científica ao explicar a delinquência: a Psicologia considerando como consequência da desestrutura psíquica e a Sociologia como desorganização e tensão social (Alvarez, 2002; Benbenaste, Etchezahar & Del Rio, 2008; Carvalho, 2010; Lopéz, 2009; Ratton, 1999). Este trabalho pretendeu explicar a conduta antissocial e delitiva em adolescentes, principalmente, no que se refere a adolescentes sem história de delinquência, pois a maioria dos estudos sobre anomia centram-se em jovens ou adultos que cometeram crime ou que estão presos (Caliman, 2006; Huertas-Diaz, 2010; Reyes, 2008). Apartir de uma integração entre estas duas visões teóricas, prioriza-se a moralidade de princípios pós-convencionais.

Vale destacar que não se está, com este estudo, contradizendo as observações de Durkheim (1897/2000; 1930/2004) e Merton (1949/2002), sobre as explicações que antecedem o desvio social, apenas se está salientando a importância de debater a questão dos fatos sociais não serem organizadores dos fatos morais como propunha o próprio Durkheim. Os resultados dessa tese sugerem o inverso: seria apartir do

desenvolvimento moral e da consciência das normas e dos construídos nos processos de socialização que seria possível estabelecer uma sociedade coesa e com uma menor frequência da conduta desviante juvenil.

O ponto central de conclusão dessa tese enfatiza a necessidade do desenvolvimento de juízos morais, especificamente, do nível pós-convencional, serem desenvolvidos pelos indivíduos, pois julga-se que o adolescente que alcançou o nível pós-convencional, em termos do desenvolvimento, atingiu uma competência moral que o torna capaz de valorar não só os processos democráticos, mas também, o reconhecimento da legitimidade e cumprimento do dever e o respeito às instituições responsáveis pelo controle e manutenção do sistema social capaz de gerar um contrato de civilidade entre indivíduo e sociedade (Kohlberg, 1958; 1973; 1976).

Assim, os resultados da tese mostram que, uma solução para o fenômeno da conduta antissocial e delitiva em adolescente tem seu foco no indivíduo e no seu entorno socializador e não na representação coletiva da moral na sociedade de acordo com o que concebia Durkheim (1897/2000; 1930/2004). Por um lado, esta solução sugere a busca, não de uma sociedade perfeita, mas, de uma sociedade mais harmoniosa e ordenada em suas crenças, normas e valores válidos, por outro, sugere que o próprio sujeito torne-se exigente e crítico dos elementos sociais anômicos e desviantes. E como observador ativo dos fatos sociais, na expectativa tanto de construir um conhecimento quanto de efetuar atividades sociais de proteção contra a conduta antissocial e delitiva. Processo esse, já apontado por Durkheim, porém, preso a um pensamento da época (final do século XIX), o que permitia responder ao problema da conduta antissocial e delitiva, somente em termos da convencionalidade (Adorno, 1998; Giddens, 1998; Souza, 2007), não vendo a existência de um sujeito autônomo, crítico e que fosse capaz de valorizar o direito do outro.

Por fim, alguns pontos positivo e negativos podem ser destacados nesta tese:

- Pontos positivos

a) Uma importante contribuição deve-se as escalas comprovadas para mensurar os elementos teóricos da anomia refletidos por Durkheim (1897/2000; 1930/2004) e Merton (1949/2002). Estas escalas podem se apoiar na concepção da teoria social de Girola (2000; 2005), especificamente, no que diz respeito a necessidade de uma avaliação societal desse construto para a América Latina e, não exclusivamente, a partir do desenvolvimento econômico, aspecto este, esperado por Durkheim (1895/2004) e ainda tão cogitado como resposta para o desenvolvimento social da América Latina (Sojo & Uthoff, 2007). Para Girola (2000; 2005), mesmo que a sociedade seja capaz de seduzir e permitir a existência de um contexto anômico, são os próprios indivíduos que decidem se responderiam ou não anomicamente.

A concepção de Girola (2000; 2005), reforça os resultados do presente estudo: o indivíduo pode avançar de um nível convencional para pós-convencional, fazendo com que este não venha a agir moralmente, somente, para ser aprovado, porque assumiu as convenções sociais e apenas para agradar as pessoas (autoridades ou não) do seu entorno, mas, por se encontrar no nível da pós-convencionalidade, no qual, seria capaz de reivindicar seus direitos e assumir os seus deveres, buscando garantir a harmonia social e psíquica, bem como, uma ética e a justiça social.

b) Uma outra contribuição é proposta pela concepção da anomia psicossociológica. Composta por três medidas de anomia (anomia social, atitude anômica e orientação ao sucesso), as quais, refletidas por Durkheim (1897/2000; 1930/2004) e Merton (1949/2002) em suas teorias. A medida de anomia desenvolvida na tese, vai além das outras propostas de avaliação desse construto: desde pioneiro trabalho de Srole (1956) sobre um sentimento anômico, de Rosenberg (1956) que concebia a anomia como misantropia política e social, de McClosky e Scharr (1965) que atribuíam a existência de uma anomia

psicológica a partir da percepção que as pessoas tinham sobre a normatividade do comportamento social, de Travis (1993) sobre o sentimento de estar à margem da sociedade e Rosenberg e Mesmer (1996) sobre uma anomia institucional; a Escala de Anomia psicossociológica pretendeu contemplar não só os elementos da teoria dos autores supracitados para a mensuração desse construto em adolescentes, mas também, o pensamento de Durkheim (1897/2000; 1930/2004) e Merton (1949/2002), condição que permitiu refletir que a anomia não ocorre como exclusividade de um elemento psicológico ou sociológico, mas, como via de mão dupla, com base na natureza dialética dos processos da influência social (Camino, 1996).

Pontos negativos

a) Poderia ter coletado uma amostra de adolescentes em medidas socio-educativas e verificar o modelo teórico proposto considerando o tipo e tempo de ação delituosa desses adolescentes.

b) Teria sido de grande utilidade a comparação entre contextos culturais, por exemplo, países da América Latina, América do Norte e Europa, com o objetivo de avaliar tanto a variação das pontuação médias na moralidade, anomia e conduta antissocial e delitiva quanto a consistência do modelo teórico elaborado. Mas, a coleta dos dados na Argentina, México e Portugal não chegou a tempo para o fechamento da tese. Este ponto será então tratados em futuros estudos e em artigos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Achenbach, T. (1991). *Manual for the Child Behavior Checklist/4 - 18 and 1991 Profile*. Burlington, VT: University of Vermont Department of Psychiatry.
- Adorno, S. (2002). Exclusão sócio-econômica e violência urbana. *Sociologias*, 8, 84-135.
- Agnew, R. & Passas, N. (1997). Introduction. In: Nikos Passas & Robert Agnew (Orgs.). *The future of anomie theory*. Boston : Northeastern University Press.
- Agüero, A. J. (1998). El transtorno de conducta en la infancia como precursor del trastorno antisocial del adulto. Estudios de seguimiento a medio y largo plazo. Necesidad de programas preventivos. *Revista Electrónica de Psiquiatria*, 2, 1-9. Endereço pagina da web: <http://www.psiquiatria.com>.
- Aguar, M. (2003). *Representação social da sociedade, anomia e individualismo-coletivismo*. Dissertação de mestrado não publicada. Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ.
- Aguar, M.; Omar, A.; Formiga, N. S., Guedes, R. C. (2006). Anomia em estudantes do ensino médio do Brasil e da Argentina em função das características familiares. Em: *II Congresso brasileiro psicologia: ciência e profissão: Enfrentando as dividas historias da sociedade*. São Paulo - SP: FENB. v.1. Resumo eletrônico.
- Aguar, W. M . J.; Bock, A. M. B. & Ozella, S. (2001). A orientação profissional com adolescentes: Um exemplo de prática na abordagem sócio-histórica. Em A. M. B. Bock, M. G. M. Gonçalves & O. Furtado (Org.), *Psicologia sócio-histórica: Uma perspectiva crítica em psicologia* (pp, 163-178). São Paulo, SP: Cortez.
- Alvarez, M. C. (2002). A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. *Dados – Revista de ciências sociais*, 45 (4), 677-700.
- Álvaro, J. L. & Garrido, A. (2006). *Psicologia Social*. São Paulo: McGraw Hill.
- Arnett, J. J. (2002). The psychology of globalization. *American Psychologist*, 57(10), 774-783.

- Assis, S. G. & Souza, E. R. (1999). Criando Caim e Abel – Pensando a prevenção da infração juvenil. *Ciência e saúde coletiva*, 4 (1), 131-144.
- Atteslander, P. (1999). Social Change, Development and Anomie. In: Peter Atteslander, Bettina Gransow e John Western (Org). *Comparative anomie research: hidden barriers – hidden potential for social development*. (pp. 3-16). Sidney : Ashgate.
- Atteslander, P. e Cols. (1999). *Comparative anomie research: hidden barriers – hidden potential for social development*. Sidney: Ashgate.
- Bandura, A. & Walters, R.H. (1959). *Adolescent aggression: A study of the influence of the child training practices and family interrelationships*. New York: Ronalds Press.
- Bandura, A. (1991). Social cognitive theory of self-regulation. *Organization Behavior and Human Decisions Processes*, 50, 248-287.
- Batista, V. M. (2003). *Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Revan.
- Battistoni, M. M. M. & Knobel, M. (1992). Enfoque psicossocial da adolescência (uma contribuição à psiquiatria social). *Revista ABP-APAL*, 14, 151-158.
- Bauman, Z. (1998). O mal-estar na pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (1999). Lei global, ordens locais. In: *Globalização: As consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (2007). *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Baumrind, D. (1966). Effects of Authoritative Parental Control on Child Behavior. *Child Development*, 37 (4), 887-907.
- Beato, C. F.; Peixoto, B. T. & Andrade, M. V. (2004). Crime, oportunidade e vitimização. *Revista brasileira de ciências sociais*, 19 (55), 75-89.
- Bee, H. (1997). *Ciclo vital*. Porto Alegre: Artmed.

- Bilich, F.; Silva, R. & Ramos, P. (2006). Análise de flexibilidade em economia da informação: modelagem de equações estruturais. *Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação*, 3 (2), 93-122.
- Bisquerra, A. R. (1989). *Introducción conceptual al análisis multivariable: Un enfoque informático con los paquetes SPSS-X, BMPD, LISREL y SPAD*. Barcelona: PPU.
- Bleger, J. (1989). *Psicologia da conduta*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Borawski e cols. (2003). Parental monitoring, negotiated unsupervised time, and parental trust; the role of perceived parenting practices in adolescent health risk behaviors. *Journal of Adolescent Health*, 3 (2), 60-70,
- Bordin, I. A. S. & Offord, D. R. (2000). Transtorno de conduta e comportamento antisocial. *Revista de Psiquiatria*, 22, 12-15.
- Born, M. (1999). As abordagens comportamentais e cognitivas na educação dos jovens com comportamento agressivo. Em C. Lepot-Froment (Org.), *Educação especializada: Pesquisas e indicações para uma ação*. São Paulo: Edusc.
- Bueno, E. (2006). *A coroa, a cruz e a espada. Lei, ordem e corrupção no Brasil colônia*. Rio de Janeiro: RJ. Objetiva.
- Bulzneck, J.A. (1977). *Julgamento moral de adolescentes delinqüentes e não-delinqüentes em relação com a ausência paterna*. Tese de doutorado não-publicada. Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, SP.
- Byrne, B. M. (1989). *A primer of LISREL: Basic applications and programming for confirmatory factor analytic models*. New York: Springer-Verlag.
- Camino, C.; Camino, L. & Moraes, R. (2003) Moralidade e socialização: estudos empíricos sobre práticas maternas de controle social e o julgamento moral. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16 (1), 41-61.

- Kohlberg, L. & Candee, D.(1984).The relationship of moral judgment to moral action. Em: *The Psychology of Moral Development*. (p. 498-581). New Yourk: Harper e Row.
- Camino, L. (1996). Uma abordagem “psicossociológica” no estudo do comportamento político. *Psicologia & sociedade*, 8 (1), 16-42
- Cárdia, N. & Schiffer, S. (2002). Violência e desigualdade. *Revista Ciência e Cultura*. p. 25-31. Endereço pagina da web: <http://www.nevusp.org/downloads/down070.pdf>. (consulta feita em 25 de Julho de 2008).
- Carvalho, P. (2010). Gangues de rua em Luanda: De passatempo a delinquencia. *Sociologia: Problemas e práticas*, 63, 71-90.
- Castel, M. (1996). *Fim do milênio*. São Paulo: Paz e terra.
- Chalhoub, S. (1990). *Visões da liberdade: Uma história das ultimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo. Companhia das letras
- Charbonneau, P-E. (1980). *Adolescência e liberdade*. São Paulo: EPU.
- Cileli, M. (1998). Life and values orientations of Turkish university students. *Adolescence Magazine*, 1-5. Endereço página da WEB: <http://www.findarticles.com> (Consultado em 03 de Agosto2008).
- Coelho Junior, L. L (2001). *Uso potencial de drogas em estudantes do ensino médio: Suas correlações com as prioridades axiológicas*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia Social. Universidade Federal da Paraíba.
- Cohen, A. K. (1966). *Deviance and Control*, Englewood Cliffs: Prentice-Hall.
- Cohen, A. K. (1997). An elaboration of anomie theory . Nikos Passas & Robert Agnew (Eds.). *The future of anomie theory*. (pp. 52-61). Boston: Northeastern University Press.
- Cohen, D. A. & Rice, J. (1997). Parental Styles, Adolescent Substance Use and Academic Achievement. *Journal of Drug Education, Waschington*, 27, (2), 199-211.

- Cohen, D.; Nisbett, R.; Bowdle, B. F. & Schwarz, N. (1996). Insult, aggression, and the Southern culture of honor: An "experimental ethnography". *Journal Personality and Social Psychology*, 70, 945-960.
- Cole, M. & Cole, S. (2004). *O desenvolvimento da criança e do adolescente*. Porto Alegre: Artmed. 4ª edição.
- Costa, M. R. & Pimenta, C. A. M. (2006). *A violência: natural ou sociocultural?* São Paulo: SP. Paulus.
- Cronbach, L. J. (1951). Coefficient alpha and the internal structure of tests. *Psychometrika*, 16 (2), 297-334.
- Cruz, L. L. (1999). *Um estudo sobre crenças e práticas parentais na socialização de adolescentes*. Dissertação de mestrado não publicada. Universidade federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Da Matta, R. (1997). *Carnavais, malandros e heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro. Rocco.
- Dadoun, R. (1998). *A violência: Ensaio acerca do "homo violens"*. Rio de Janeiro: Difel.
- Dahrendorf, R. (1987). *A lei e a ordem*. Brasília, Instituto Tancredo Neves.
- Dancey, C. P. & Reidy, J. (2006). *Estatística sem matemática para psicologia: Usando SPSS para Windows*. Porto Alegre: Artmed.
- Díaz-Aguado, M. J. & Baraja, A. (1988). *Interaccion educativa y desventaja sociocultural: Un modelo de intervencion para favorecer la adaptacion escolar en contextos inter-eticos*. Madrid. C.I.D.E./Ministério da Educação
- DiClemente, R. J., Wingood, G. M., Crosby, R., Sionean, C., Cobb, B. K., Harrington, K., Davies, S., Hook, E. W., & Kim, M. (2001). Parental monitoring: association with adolescents risk behavior. *Pediatrics*, 107(6), 1363-1368.
- Downes, D. & Rock, P. (1998). *Understanding deviance: a guide to the sociology of crime and rule breaking*. Grã-Bretanha: Oxford University Press.
- Durkheim, É. (1893/1992). *As regras do método sociológico*. São Paulo, Ed. Martins Fontes. Publicado originalmente em 1893.

- Durkheim, É. (1895/2004). *Da Divisão Social do Trabalho*. São Paulo, Ed. Martins Fontes. Publicado originalmente em 1930.
- Durkheim, É. (1897/2000). *O suicídio*. São Paulo, Ed. Martins Fontes. Publicado originalmente em 1897.
- Durkheim, É. (1912/2003). *As formas elementares de vida religiosa*. São Paulo, Martins Fontes. Publicado originalmente em 1912.
- Durkheim, É. (1925/2002). *Lições de Sociologia*. São Paulo, Martins Fontes. Publicado originalmente em 1925.
- Durkheim, É. (1992/2007). O ensino da moral na escola primária. *Revista Novos Estudos*, 79, 59-75. (Tradução de Raquel Weiss. *Revue française de sociologie*. (1992), 33 (4), 609-623).
- Eisemberg, M. C. (1999). Corporate law, social norms and belief systems. Berkeley Olin Program. *Law & Economics, Working Paper Series*, 30, 1-63.
- Elster, J. (1994) *The cement of society: a study of social order*. New York : Cambridge University Press.
- Elzo, J. I. (1999). *Materiales para estudio y prevención de la violencia juvenil*. Endereço pagina da web: http://www.fad.es/sala_lectura/CongresoViolencia.pdf. (consulta feita em 15 de Março de 2008).
- Enderle, C. (1985). *Psicologia do desenvolvimento : o processo evolutivo da criança*. Porto Alegre : Artes Médicas.
- Espinosa, P. (2000). *Razonamiento moral y conducta social en el menor*. Tese de Doutorado. Universidade da Coruña, Espanha.
- Eysenck, H. J. (1981). Impulsiveness and anti-social behavior in children. *Current Psychological Research*, 1, 31-37.

- Fabriga, L. R.; Wegener, D. T.; MacCallum, R. C. & Strahan, E. J. (1999). Evaluating the use of exploratory factor analysis in psychological research. *Psychological Methods*, 4 (3), 272-299.
- Feldt, L. S., Woodruff, D. J. & Salih, F. A. (1987). Statistical inference for coefficient alpha. *Applied Psychological Measurement*, 11 (1), 93-103.
- Festinger, L. (1975). *Teoria da dissonância cognitiva*. Rio de Janeiro. Zahar.
- Formiga, N. S. & Gouveia, V. V. (2003). Adaptação e validação da escala de condutas anti-sociais e delitivas ao contexto brasileiro. *Revista Psico*, 34 (2), 367-388.
- Formiga, N. S. (2002). *Condutas anti-sociais e delitivas: Uma explicação em termos dos valores humanos*. Dissertação de mestrado não publicada. Universidade federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Formiga, N. S. (2005). Comprovando a hipótese do compromisso convencional: Influência dos pares sócio-normativos sobre as condutas desviantes em jovens. *Psicologia Ciência e Profissão*, 25 (4), 601-613.
- Formiga, N. S. (2006). Valores humanos e condutas delinqüentes: As bases normativas da conduta anti-social e delitiva em jovens brasileiros. *Revista eletrônica internacional da Ulapsi*, 7, 1-15.
- Formiga, N. S. (2003). Fidedignidade da escala de condutas anti-sociais e delitivas ao contexto brasileiro. *Psicologia estudo*, 8 (2), 133-138.
- Formiga, N. S.; Cavalcante, Carmem P. S.; Araujo, Tais T. V.; Lima, S. N. A. & Santana, R. V. M. (2007). Comportamento agressivo e busca de sensação em jovens. *Psicologia Argumento*, 25, 291-304,
- Formiga, N. S.; Gouveia, V. V. (2005). A Predição das Condutas Anti-sociais e Delitivas em Jovens Baseado nos Valores Humanos. *Revista de Psicologia UNC*, 2 (2), 103-114.

- Fraga, A. B. (2000). *Corpo, identidade e bom mocismo: O cotidiano de uma adolescência bem comportada*. Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Frías, M. A.; Sotomayor, M. P.; Varela, C. B. C.; García, A. S.; Zaragoza, F. O. & Banda, A. L. C. (2000). Evaluación de un programa de terapia individual para menores con problemas de conductas delictivas. *Capítulo Criminológico*, 28, 75-113.
- Friedkin, N. (2004). Social Cohesion. *Annual review sociological* 30, 409-425.
- Garson, G. D. (2003). *PA 765 Statnotes: An online textbook*. Endereço de página Web: <http://www2.chass.ncsu.edu/garson/pa765/statnote.htm> (consultado dia 17 de maio de 2005).
- Giddens, A. (1998). Durkheim e a questão do individualismo. In: Anthony Giddens. *Política, Sociologia e Teoria social*. (pp.147-168). São Paulo: Unesp.
- Gintis, H.; Henrich, J.; Bowles, S. I.; Boyd, R. & Fehr, E. (2008). Strong Reciprocity and the Roots of Human Morality. *Social Justice Research*, 21 (2), 241-253.
- Girola, L. (2000). Cual modernidad? Anomia en las sociedades latinoamericas. *Revista venezolana de economia e ciencias sociales*, 6 (2), 91-103.
- Girola, L. (2005). *Anomia e individualismo. Del diagnóstico de la modernidad de Durkheim al pensamiento contemporáneo*. México: Antropos.
- Goldberg, J. P. (2004). Cultura da agressividade. São Paulo: Landy editora.
- Gómez-Ullate, M. (2000). Jóvenes y contracultura. *Sociedade y Utopia*, 15, 231-241.
- González-Anelo, J. (2000). La difícil identidad de la juventud. *Sociedade y Utopia*, 15, 84-92.
- Gorman-Smith, D., Tolan, P., Loeber, R. & Henry, D. (1998). The relation of family problems to patterns of delinquent involvement among urban youth. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 26, 319-333.

- Gouveia, M. L. (1999). *Moral e ansiedade em adolescentes infratores e não-infratores*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Gransow, B. & Western, J. (1999a) Introduction to anomie and development. In Peter Atteslander, Bettina Gransow & John Western (Org). *Comparative anomie research: hidden barriers – hidden potential for social development*. Sidney : Ashgate.
- Gransow, B. & Western, J. (1999b). Introduction to the explorative anomie studies. In Peter Atteslander, Bettina Gransow & John Western (Org). *Comparative anomie research: hidden barriers – hidden potential for social development*. Sidney : Ashgate.
- Gullone, E. & Moore, S. (2000). Adolescent risk-taking and the five-factor model of personality. *Journal of Adolescent*, 26, 393-407.
- Hair, J. F.; Tatham, R. L.; Anderson, R. E. & Black, W. (2005). *Análise Multivariada de Dados*. Porto Alegre: Bookman.
- Hayton, J. C., Allen, D. G., & Scarpello, V. (2004). Factor retention decisions in exploratory factor analysis: A tutorial on parallel analysis. *Organizational Research Methods*, 7 (2), 191-205.
- Holley, H. Globalization and social anomie: Problems and chances on the way to a new world order. *SID Working Paper*, 3, 3-18, 2000.
- Huesmann, L. R. & Guerra, N. G. (1997). Children's normative beliefs about aggression and aggressive behavior. *Journal Personality and Social Psychology*, 72, 408-419.
- Hurlock, E. (1979). *Desenvolvimento do adolescente*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil.
- Hwang, D-Y. *Classical Test Theory and Item Response Theory: Analytical and Empirical Comparisons*. *Annual Meeting of Southwest Educational Research Association*, 27 p.,2002.

- Index Psi. (2008). *anomia, atitude, comportamento, adolescentes, normas, desvio*.
Endereço da Página WEB: <http://www.Indexpsi.org.br> (Consultado em 14 de Fevereiro de 2008).
- Jacinto, L. G. & Ortiz, J. M. C. (1997). Socialización. Em: *Psicología Social*. (pp.109-114). Madrid: Pirámide.
- Jarvik, L. F., Klodin, V. & Matsuyama, S. S. (1973). Human aggression and the extra 'Y' chromosome. *American Psychologist*, 67,4-682.
- Jodelet, D. (1984). Représentation sociale: phénomènes, concept et théorie. In: S. Moscovici (Ed.) *Psychologie Sociale* (pp. 357 – 378). Paris: Presses Universitaires de France.
- Kelloway, E. K. (1998). *Using LISREL for structural equation modeling: A researcher's guide*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Kohlberg, L. (1978). The cognitive developmental approach to behavior disorders: A study of the development in moral reasoning in delinquents. In G. Serban (Ed.), *Cognitive developmental approach to behavior disorders* (pp. 207-219). Oxford: Brunner/Mazel.
- Kohlberg, L. & Higgins, A. (1987). School democracy and social interaction. In W. Kurtines & J. Gewirtz (Eds.), *Moral development through social interaction*, pp. 102-128. N. Y.:John Wiley & Sons.
- Kohlberg, L. (1958). *The development of modes of moral thinking and choice in the years 10 to 16*. University of Chicago. Unpublished doctoral dissertation.
- Kohlberg, L. (1969). Stage and sequence: The cognitive developmental approach to socialization. Em G. Goslin (Ed.), *Handbook of socialization theory and research* (pp. 347-480). Chicago: Rand McNally.
- Kohlberg, L. (1976). Moral stages and moralization: The cognitive-developmental approach. Em T. Lickona (Ed.), *Moral development and behavior: Theory, research and social issues* (pp. 31-53). New York: Holt, Rinehart, Winston.
- Kohlberg, L. (1984). *Essays on moral development: The psychology of moral development* (Vol. 2). New York: Harper & Row.

- Kohlberg, L. (1987). Democratic moral education. *Psicologia*, 3, 355-341.
- Konty, M. (2005). Microanomie: The Cognitive Foundations of the relationship between anomie and deviance. *Criminology*, 43 (1), 107-131.
- Krug, G. E.; Dahlberg, L. L.; Mercy, J. S.; Zwi, A. B. & Lozano, R. (2003). *Informe mundial sobre la violencia y la salud*. Washington: DC: Organización Panamericana de la Salud./Organización Mundial de la Salud.
- Lerner, R. M. Noh, R. E. & Wilson, C. (1998). *The parenting of adolescents and adolescents as parents: A developmental contextual perspective*. Endereço da Página WEB: <http://parenthood.library.wisc.edu/Lerner/Lerner.html> (consultado em 10 de Agosto).
- Ledman, R. D. & Valero-mora, P. (2007). Determining the Number of Factors to Retain in EFA: an easy-to-use computer program for carrying out Parallel Analysis. *Practical Assessment, Research & Evaluation*, 12 (2), 1-11.
- Levine, D. (1997). *Visões da tradição sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Levisky, D. L. (1997). Aspectos do processo de identificação do adolescente na sociedade contemporânea e suas relações com a violência. Em D. L. Levisky (Org.), *Adolescência e violência: Conseqüências da realidade brasileira* (pp. 17-29). Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Lewis, M. & Wolkmar, F. (1993). *Aspectos clínicos do desenvolvimento na infância e adolescência*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas. 3ª edição.
- Leyens, J-P. & Yzerbyt, V. (1997). *Psicologia social*. Lisboa. Edições 70.'
- Li, H.; Atteslander, P.; Tanur, J. & Wang, Q. (1999). Anomie scales: measuring social instability. In: Peter Atteslander, Bettina Gransow & John Western (Org). *Comparative anomie research: hidden barriers – hidden potential for social development*. (pp. 23-43). Sidney: Ashgate.

- Lima, L. P. (2002). Atitudes: Estrutura e mudança. In: Jorge Vala e Maria Benedicta Monteiro (Coord.). (pp. 189-225). *Psicologia social*. Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian.
- Lipovetsky, G. & Charles, S. (2005). *Os tempos hipermodernos*. Sao Paulo: Barcarolla.
- Lipovetsky, G. (1986). *La era del vacío: Ensayos sobre el individualismo contemporáneo*. Barcelona: Editorial Anagrama.
- Loeber, R. & Dishion, T. (1983). Early predictors of male delinquency: A reveiw. *Psychological Bulletin*, 94, 68-99.
- Lopes, R. C. S. (1994). O contexto familiar no desenvolvimento da autonomia e da moralidade. *Psicologia: Reflexão e crítica*, 7, 59-74.
- Lourenço, Orlando M. (1992/1998). *Psicologia do desenvolvimento moral*. Coimbra, Livraria Almedina
- Lueugo, M. A., Carrillo-de-Peña, M. T., Otero, M. J. & Romero, E. (1994). A short-term longitudinal study of impulsivity and antisocial behavior. *Journal of Personality and Social Psychology*, 66, 542-554.
- Machado, M. N. M.; Castro, E. M.; Araújo, J. N. G. & Roedel, S. (2001). *Psicossociologia: Análise e Intervenção*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Macionis, J. J. & Kain, E. L. (1987). *Sociology: Instructor's manual*. New Jersey: Prentice Hall.
- Maisonneuve, J. (1977). *Introdução à Psicossociologia*. São Paulo : EDUSP.
- Mangabeira, R. (2002). *Práticas de Socialização e Valores Sociais: Um estudo da relação entre a percepção das práticas parentais de socialização e os valores sociais de adolescentes*. Dissertação de mestrado não publicada. Universidade federal da Paraíba, João Pessoa, PB.

- Martín, M. J. L. & Martínez, J. M. G. (1997). Violencia juvenil. Em A. M. G. & cols. (Org.), *Comportamientos de riesgo: Violencias, prácticas sexuales de riesgo y consumo de drogas ilegales en la juventud* (pp. 47-86). Madri: Entinema.
- Martins, M. & Castro, F. (2007) Desenvolvimento moral e conduta anti-social: que relações? In: V. Trindade, N. Trindade & A.A. Candeias (Orgs.). *A Unicidade do Conhecimento*. (p. 1-14). Évora: Universidade de Évora.
- Martuccelli, D. (1999). Reflexões sobre a violência na condição moderna. *Tempo social*, 11 (1), 157-175.
- Maxwell, S. (1999). The social norms of discrete consumer exchange: classification and quantification. *American Journal of Economics and Sociology*, 58 (4), 999-1018.
- Mc Iver, Robert. 1950. *The Ramparts we guard*, New York, McMillan Co. (versão eletrônica - <http://www.questia.com/PM.qst?a=o&d=6390561>)
- McClosky, H. & Schaar, H. (1965). Psychological dimensions of anomy. *American Sociological Review*, 30 (1), 14-40.
- McDavid, J. W.; Harari, H. *Psicologia e comportamento social*. Rio de Janeiro: Interciência, 1984.
- Menard, s. A developmental test of cloward's differential-opportunity theory. In: Nikos Passas & Robert Agnew (Orgs.). *The future of anomie theory*. Boston: Northeastern University Press, 1997.
- Merton, R. (1938/2002). *Teoría e estructura sociales*. México: Fondo de cultura económica. Publicado originalmente em 1938.
- Messner, S. & Rosenfeld, R. (1997). Political restraint of the market and levels of criminal homicida: a cross-national application of institutional-anomie theory. *Social Forces*, 75, 1393-1416.
- Minayo, M. C. S. e cols. (1999). *Fala galera: Juventude, violência e cidadania na cidade o Rio de Janeiro*: RJ. Garamond.

- Mirić, J. (2008). Psychology of development of moral reasoning: Problem-oriented overview of the field. *Zbornik Instituta za pedagoska istrazivanja (Journal of the institute for educacional research)*, 40 (2), 274-287.
- Misse, M. (1993). *Crime e pobreza: velhos enfoques, novos problemas*. Manuscrito apresentado no seminário: *Brasil em perspectiva: os anos 90*. Laboratório de pesquisa social. Departamento de ciência sociais do IFCS-UFRJ. Endereço pagina da web: <http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/arquivos/CRIME%20e%20pobreza.pdf>. (consulta feita em 05 de Agosto de 2008).
- Molina, A. G-P. & Gomes, L. F. (1997). *Criminologia: Introdução a seus fundamentos teóricos*. São Paulo, SP: Editora Revista dos Tribunais.
- Molpeceres, M.; Llinares, L. I. & Musito, G. (2001). Internalización de valores sociales y estrategias educativas parentales. Em: M. Ros & V. V. Gouveia (Org.). *Psicología social de los valores humanos: Desarrollos teóricos, metodológicos y aplicados*. (pp.197-218). Madrid: Biblioteca Nueva.
- Moral, M. V. J. & Ovejero, A. B. (2001). La identidad psicosocial de los jovenes construida en/por la red social de amigos. *I Congresso Ibero-Americano de Psicologia*, Madri, Espanha.
- Muenjohn, N. & Armstrong, A. (2007). Transformational Leadership: The Influence of Culture on the Leadership Behaviours of Expatriate Managers. *International Journal of Business and Information*, 2 (2), 265-283.
- Muenjohn, N.; Armstrong, A. (2007). Transformational Leadership: The Influence of Culture on the Leadership Behaviours of Expatriate Managers. *International Journal of Business and Information*, 2 (2), 265-283.
- Mussen, P. H., Conger, J. J., Kagan, J. & Huston, A. C. (1995). *Desenvolvimento e personalidade da criança*. São Paulo, SP. Editora Habra.
- Muuss, R. (1966). *Teorias da adolescência*. Belo Horizonte, MG: Intelivros.

- Niels S. & Harrie, C.M. V. (2007). Reducing the length of questionnaires through structurally incomplete designs: An illustration. *Learning and Individual Differences*, 17 (1), 25-34
- O'Connor, B. P. (2000). SPSS and SAS programs for determining the number of components using parallel analysis and Velicer's MAP test. *Behavior Research Methods, Instruments, and Computers*, 32, 396-402.
- Olmo, R. (1999). Violência juvenil y consumo de drogas: Modelos teóricos (Algumas inquietudes preliminares). *Anais do congresso virtual sobre violencia juvenil y consumo de drogas*. Endereço pagina da web: http://www.fad.es/sala_lectura/CongresoViolencia.pdf. (consulta feita em 15 de Março de 2008).
- OPS/OMS. (1985). *La salud del adolescente y el joven en las Américas*. Washington, DC.
- Ortega, G. C. (1997). Socialización. Em L. G. Jacinto, & J. M. Ortiz (Orgs.), *Psicología social* (pp.109-114). Madri: Pirámide.
- Osório, L. C. (1989). *Adolescência hoje*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Outeiral, J. O. (1994). *Adolescer: Estudos sobre adolescência*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Outhwaite, W. & Bottomore, T. (1996). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: RJ. Jorge Zahar Editor.
- Paes-Machado, E. (2006). Violência, criminalidade e justiça: espectros da violência e do crime na contemporaneidade. *Caderno CRH*, 19 (47), 165-172.
- Pais, J. M. (1998). *Culturas juvenis*. Lisboa: Casa da Moeda.
- Paixão, A. L. (1983). Crimes e criminosos em Belo Horizonte: 1932-1978. In: P. S. Pinheiro (orgs). *Crime, violência e poder*. Sao Paulo: Brasiliense.
- Palácios, J. O.(1995). O que é adolescência. Em César Coll (Org.), *Desenvolvimento psicológico e educação*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.

- Palmer, E.J., & Hollin, C. R. (2001). Sociomoral Reasoning, Perceptions of Parenting and Self-Reported Delinquency in Adolescents. *Applied Cognitive Psychology*, 15, 85-100.
- Papalia, D. A. & Olds, S. W. (1998). *O mundo da criança: da infância à adolescência*. São Paulo: Makron Books.
- Papalia, D. A. & Olds, S. W. (2000). *Desenvolvimento humano*. Porto Alegre, RS: ArtMed Editora.
- Parker, R. N. & Auerhahn, K. (1998). Alcohol, drugs and violence. *American review sociology*, 24, 291-311.
- Parolin, I. C. H. (2000). Adolescência nossa de cada dia: Um trabalho com pais e adolescentes. Em Beatriz J. Lima Scoz & cols. (Eds.), *Psicopedagogia, avanços teóricos e práticos: Escola-família-aprendizagem* (pp. 406-412). São Paulo: Vetro.
- Pasquali, L. & Andrade, M. A. C. (1986). Percepção dos pais e comportamento associal em jovens. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 2, 265-275.
- Passas, N. (1995), "Continuities in the Anomie Tradition" , in Freda Adler and William S. Laufer. (eds.), *The Legacy of Anomie Theory: Advances in Criminological Theory*, Vol.6, (p. 91-112). New Brunswick, N.J.: Transaction.
- Passas, N. Global anomie, dysnomie, and economic crime: hidden consequences of neoliberalism and globalization in Russia and around the world. *Social Justice*, 27 (2), p. 16-44, 2000.
- Paunonen, S. V. (1998). Hierarchical organization of personality and prediction of behavior. *Journal of Personality and Social Psychology*, 107 (6), 1363-1368.
- Pepsic.Bvs-Psi. (2008). *Anomia, atitude, comportamento, adolescentes, normas, desvio*. Endereço da Página WEB: <http://www.pepsic.bvs.org.br> (Consultado em 14 de Fevereiro de 2008).

- Pequeno, M. (2002). Violência e direitos humanos. In: Rubens P. Lyra (Orgs.). *Direitos humanos: Os desafios do século XXI. Uma abordagem interdisciplinária*. Brasília: DF. Brasília Jurídica.
- Petratis, J., Flay, B. R. & Miller, T. Q. (1995). Reviewing theories of adolescent substance use: Organizing pieces in the puzzle. *Psychological Bulletin*, 117, 67-86.
- Piaget, J. (1971). *Psicología y Pedagogía*, Ariel, Barcelona.
- Piaget, J. (1971). *Seis estudios de psicología*, Barral Editores, Barcelona.
- Pinker, S. (2004). *Como funciona a mente*. São Paulo: SP. Companhia das letras.
- Pino, A. (2007). Violência, educação e sociedade: Um olhar sobre o Brasil contemporâneo. *Educação & sociedade*, 28 (100), 763-785.
- PsicoInfo (2008). *anomia, sociedade, jovens; anomia, moralidade, jovens; anomia, delinquência, moralidade, Jovens*. Endereço da Página WEB: <http://www.periodicos.capes.gov.br/portugues/index.jsp> (Consultado em 18 de Março e 14 de Setembro de 2008).
- Renwick, S. & Elmer, N. (1984). Moral reasoning and delinquent behaviour among students. *British Journal of Social Psychology*, 23, 281-283.
- Ribeiro, J. & Camino, C. (1996). *O julgamento moral, a tomada de perspectiva do outro e a consideração empática: Um estudo correlacional*. Dissertação de mestrado não publicada. Universidade federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Ribeiro, J. (1996). *O julgamento moral, a tomada de perspectiva do outro e a consideração empática: Um estudo correlacional*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba.
- Riesman, D.; Glazer, N. & Denney, R. (1950). *The lonely growd*. New Haven : Yale University Press.
- Rique, J. & Camino, C. (1997). Consistently and inconsistently in adolescents' moral reasoning. *International Journal of Behavioral Development*, 21 (4), 813-836.

- Rock, P. (2002). Sociological theories of crime. M. Maguire; R. Morgan & R. Reiner (Ed.) In: *Oxford handbook of criminology*. 3^o ed. Oxford: Oxford University Press.
- Romero, E. Luengo, M. A. & Sobral, J. (2001). Personality and antisocial behavior: Study of temperamental dimensions. *Personality and Individual Differences*, 31, 329-348.
- Romero, E., Sobral, J., Luengo, M. A. & Marzoa, J. A. (2001). Values and antisocial behavior among Spanish adolescents. *The Journal of Genetic Psychology*, 162, 20-40.
- Rosemberg, M. (1956). Misanthropy and Pòlitical Ideology. *American Sociological Review*, 21 (4), 690-695.
- Rosenfeld, R. & Messner, S. F. (1997). Markets, Morality, and na institutional-anomie theory of crime . Nikos Passas & Robert Agnew (Orgs.) . *The future of anomie theory* . Boston : Northeastern University Press.
- Rutter, M. (2000). Psychosocial influences: critiques, findings and research needs. *Development and Psychopathology*, 12, 375-405.
- Sankey, M. & Huon, G. F. (1999). Investigating the role of alienation in a multicomponent model of juvenile delinquency. *Journal of Adolescence*, 22, 95-107.
- Sanmartín, J. (2006). Que es esa cosa llamada violencia? *Suplemento del boletín diario de campo*, pp. 11-29.
- Schmid, J. (1999). Anomie in the development context. In Peter Atteslander, Bettina Gransow & John Western (Org). *Comparative anomie research: hidden barriers – hidden potential for social development*. Sidney : Ashgate.
- Schneider, J. O. (2001). *Transmissão de valores de pais e filhos: Dimensões do desejável e do perceptível*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, PB.

- Schwartz, S. H. (1992). Universals in the context and structure of values: Theoretical advances and empirical tests in 20 countries. Em M. Zanna (Ed.), *Advances in experimental social psychology*, vol. 25 (pp. 1-65). Orlando, FL: Academic Press.
- Schwartz, S.H. (1994). Are there universal aspects in the structure and contents of human values? *Journal of Social Issues*, 50, 19-45.
- Scielo. (2008). *anomia, atitude, comportamento, adolescentes, normas, desvio*. Endereço da Página WEB: <http://www.scielo.br> (Consultado em 14 de Fevereiro de 2008).
- Seisdedos, N. C. (1988). *Cuestionario A – D de conductas antisociais – delictivas*. Madri: TEA.
- Seligman, Martin E. P. (1975). *Helplessness: On Depression, Development, and Death*. San Francisco: W.H. Freeman.
- Sigelmann, E. (1981). *Anomia e desorganização: estudo psicológico em contexto brasileiro*. Rio de Janeiro: ISOP. (Tese de Doutorado).
- Sojo, A. & Uthoff, A. (2007). *Cohesión social en América Latina y el Caribe: una revisión perentoria de algunas de sus dimensiones*. Panamá: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL)/ONU.
- Souza, R. L. (2007). Normas morais, mudanças sociais e individualismo segundo Durkheim. *Revista interdisciplinar de sociología e derecho*, 9 (2), 65-85.
- Sprinthall, N. S. & Collins, W. A. (2003). *Psicologia do Adolescente: Uma abordagem desenvolvimentista*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Srole, L. (1956). Social integration and certain corollaries. *American Sociological Review*, 21, 709-16.
- Sunar, D. (2002). The psychology of morality. Em W. Lonner, D. Dinner, S. Hayes & D. Sattler (Eds.), *Online Readings in Psychology and Culture* (Vol. 2, Chapter 11). Bellingham: Consultado 26 de agosto de 2010, from <http://www.ac.wvu.edu/~culture/readings.htm>.

- Tabachnick, B. G., & Fidell, L. S. (1996). *Using multivariate statistics*. Needham Heights, MA: Allyn & Bacon.
- Tamayo, A., Nicaretta, M., Ribeiro, R. & Barbosa, L. P. G. (1995). Prioridades axiológicas y consumo de drogas. *Acta Psiquiátrica y Psicológica de la America Latina*, 4, 300-307.
- Tavecchio, L.W., Stams, G.J., Brugman, D., & Thomeer-Bouwens, M.A. (1999). Moral Judgment and Delinquency in Homeless Youth. *Journal of Moral Education*, 28(1), 63-79.
- Taylor, I.; Walton, P. & Yong, J.(1997). *La nueva criminología. Contribución a uma teoría social de la conducta desviada*. Buenos Aires: Arnorrortu editores.
- Taylor, J. H. & Walker, L. J. (1997). Moral climate and the development of moral reasoning: The effects of dyadic discussions between young offenders. *Journal of Moral Education*, 26, 21-43.
- Toch, H. (1966). A psicologia social da agressão. Em I. E. Megargee & J. I. Hokanson (Org.), *A dinâmica da agressão: Análise de indivíduos, grupos e nações* (pp. 189-199). São Paulo: EPU.
- Torrente H. G. & Rodríguez G. Á. (2000). Precedentes sociofamiliares de la conducta antisocial. Em A. O. Bernal, M. V. M. Jiménez & P. V.i Elias (Eds.), *Aplicaciones en psicología social* (pp. 197-202). Madri: Biblioteca Nueva.
- Tranah, T., Harnett, P. & Yule, W. (1998). Conduct disorder and personality. *Personality and Individual Differences*, 24, 741-745.
- Triandis, H.C. (1995). *Individualism and collectivism*. Boulder, CO: Westview Press.
- Triandis, H. C. e cols. (1993). An etic-emic analysis of individualism and collectivims. *Journal of cross-cultural psychology*, 24 (3), 366-383.
- Urta, J. (2003). Adolescencia y violencia, topicos y realidades. *Revista estúdios de juventud*, 62 (3), 11-44.

- Van de Vijver, F., & Leung, K. (1997). *Methods and data analysis for cross-cultural research*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Vaughan, D. Anomie theory and organizations: Culture and the normatization of deviance at NASA . In: Nikos Passas & Robert Agnew (Orgs.). *The future of anomie theory* . Boston: Northeastern University Press, 1997.
- Velho, G. (1985). *Desvio e divergência: Uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Velho, G. (2000). Violência, reciprocidade e desigualdade: Uma perspectiva antropológica. In: Gilberto Velho e Marcos Alvito (Orgs.). *Cidadania*. Rio de Janeiro: RJ. Editora UFRJ/ Editora FGV.
- Wacquant, L. (2005). *Os condenados da cidade*. Rio de Janeiro: RJ. Editora Revan.
- Wagner, A., Ferreira, V. S. & Rodrigues, M. I. M. (1998). Estratégias educativas: Uma perspectiva entre pais e filhos. *Psicologia Argumento*, 16, 37-46.
- Waiselfisz, J. (2008). *Mapa da violência dos municípios brasileiros*. Brasília: DF. Organização dos estados ibero-americanos para a educação, a ciência e a cultura: OEI.
- Walker, L. & Taylor, J. (1991). Stage transitions in moral reasoning: A longitudinal study of developmental processes. *Developmental Psychology*, 27, 330-337.
- Walker, L. (2004). Progress and prospects in the Psychology of moral development. *Merrill-Palmer Quaterly*, 50 (4), 546-557.
- Walkert, L., Gustafson, P., & Hennig, K. (2001). The consolidation/transition model in moral reasoning development. *Developmental Psychology*, 37, 187-197.
- Weiner, I. B. (1995). *Perturbações psicológicas na adolescência*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Wieviorka, M. (2007). Violência hoje. *Ciência & saúde coletiva*, 11 (suplemento), 1147-1153.

- Willoughby, M., Kupersmidt, J. & Bryant, D. (2001). Overt and covert dimensions of antisocial behavior in early childhood. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 29, 177-188.
- Winnicott, D. D. (1995). *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes.
- Wright, D. (1971). *The psychology of moral behaviour*. Middlesex: Penguin Books.
- Wright, J. P., Cullen, F. T. & Miller, J. T. (2001). Family social capital and delinquent involvement. *Journal of Criminal Justice*, 29, 1-9.

Apêndice I – Instrumentos utilizados no Estudo 1, 2 e 3.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Termo de Consentimento Livre Esclarecido.

Prezado (a) Jovem,

Esta pesquisa intitula-se “ANOMIA E MORALIDADE EM JOVENS DE DIFERENTES CONTEXTOS SOCIAIS” e está sendo desenvolvida pelo aluno de doutorado Nilton Soares Formiga, membro do Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Sócio Moral (NPDSM), sob a coordenação Prof^a. Dra. Cleonice Pereira dos Santos Camino. A pesquisa tem o objetivo de analisar o que pensam os jovens no mundo contemporâneo em relação ao que é certo e errado na sua vida social. O resultado deste estudo contribuirá para a elaboração e aplicação de programas de educação e desenvolvimento social e psicológico dos jovens.

Para isso, solicitamos a sua colaboração para participar da pesquisa respondendo o questionário a seguir. Pedimos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de Psicologia, Psicologia social e do Desenvolvimento, bem como, para publicação em revistas científicas. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo e no anonimato. Informamos, também, que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde em geral.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, você não é obrigado fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo (a) pesquisador (a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano em relação a sua vida e atividade na instituição. Estaremos a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.

Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal

Assinatura da Testemunha

Contato com o (a) Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor entrar em contato no seguinte endereço:

Pesquisador Responsável: NILTON SOARES FORMIGA

Endereço: Universidade Federal da Paraíba, Campus I, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia, Secretaria de Pós-Graduação em Psicologia Social.

Telefone: (?????)

E-mail: nsformiga@yahoo.com

CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA. Para obter um perfil dos participantes deste estudo, responda às seguintes perguntas:

1. Idade: _____ anos 2. Sexo: ☐ Masculino ☐ Feminino
3. Estado Civil: ☐ solteiro ☐ casado ☐ separado ☐ outros
4. Aproximadamente, qual é sua a renda da sua família?
() < 500,00 R\$ () Entre 501,00 e 1.000,00 R\$ () Entre 1.001,00 e 2.000,00 R\$ () > 2.001,00 R\$.
5. Você pratica alguma religião? Sim ☐ Não ☐. - No caso do **sim**: QUAL _____
6. Suas amizades costumam ser mais. **Superficiais** 0 1 2 3 4 **Estáveis**
7. Quanto ao seu futuro, você se sente: **Pouco seguro** 0 1 2 3 4 5 **Muito seguro**
8. O quanto você se considera responsável por seus atos: **Pouco** 0 1 2 3 4 5 **Muito**
9. O quanto você concorda com cada frase a seguir:

A Lei é distante de nós	Pouco	0	1	2	3	4	5	Muito
A norma social é humana	Pouco	0	1	2	3	4	5	Muito
A Lei deve ser obedecida	Pouco	0	1	2	3	4	5	Muito
A norma social é negociada	Pouco	0	1	2	3	4	5	Muito

13. Quantos dormitórios têm na casa onde mora? () Um () Dois () Três () Mais de três
14. Qual o nível de estudo do seu pai? () Nenhum () fundamental () Médio () Técnico () Universitário
15. Qual a principal ocupação profissional (trabalho dele) de seu pai? _____
16. Há quanto tempo seu pai trabalha? () Menos de 1 ano () 1 ano () 5 anos () 10 anos () Mais de 10 anos
17. Qual o nível de estudos de sua mãe? () Nenhum () fundamental () Médio () Técnico () Universitário
18. Qual a principal ocupação (trabalho dela) de sua mãe? _____
19. Há quanto tempo sua mãe trabalha? () Menos de 1 ano () 1 ano () 5 anos () 10 anos () + de 10 anos
20. Quantos carros têm em sua casa? () Um () Dois () Três () Mais de três () Nenhum

ESCALA DE ANOMIA SOCIAL

21. A seguir, você responderá algumas perguntas relativas a seu modo de ser e de pensar. Nas afirmativas abaixo, deverá indicar um número ao lado de cada uma o grau de concordância que elas têm para você.

Discordo totalmente 0 1 2 3 4 5 Concordo totalmente

- Comparando-me aos outros na sociedade, estou satisfeito com a minha situação econômica. _____
- Comparando-me aos outros, eu estou satisfeito com o que recebo da sociedade _____
- Comparando-me aos outros na sociedade, estou satisfeito com a estabilidade que tenho na vida _____
- De maneira geral, a distância entre ricos e pobres está aumentando injustamente _____
- Eu confio na competência do governo para garantir direitos iguais para todos _____
- A corrupção política atual está se tornando uma moda social _____
- Não existe essa coisa de direitos iguais para todos ou sistema social justo em nosso país _____
- O governo tem competência para reduzir o alto índice de criminalidade _____
- A competência do governo em descobrir e punir a corrupção política tem sido um grande esforço _____
- A competência do governo para conter a desigualdade salarial é confiável _____
- Comparando-me aos outros, estou satisfeito com a minha posição na sociedade _____
- Comparando a minha situação atual com a de 2 ou 3 anos atrás, eu tive alguma melhora em termos de ser valorizado na sociedade _____
- A inflação está aumentando descontroladamente _____
- O governo tem apresentado programas sociais confiáveis para proteger o meio ambiente _____
- A competência do governo para manter os valores tradicionais da sociedade é confiável _____

- É confiável a competência do governo para reduzir os problemas de moradia (condomínio, aluguel e prestação da casa própria) _____
- Comparando a minha situação atual com a de 2 ou 3 anos atrás, eu tive um aumento na minha vida econômica (salário, mesada, etc.) _____
- Eu confio na competência do governo para impedir o aumento do custo de vida _____
- Comparando a minha situação atual com a de anos atrás, hoje, é bem melhor em relação a segurança econômica _____
- Pessoalmente eu não vejo nenhum futuro para mim _____
- Eu não me sinto otimista quanto ao direcionamento do país _____
- Deve-se desfrutar a vida enquanto se pode sem se importar com o amanhã _____
- É inútil defender ou exigir políticas e reformas sociais porque elas estão além do nosso poder e vontade _____
- Hoje em dia as coisas mudam tão rápido que é difícil dizer o que é correto para uma sociedade melhor _____

ESCALA DE CONDUTA DESVIANTE

22. Abaixo são apresentados alguns comportamentos que as pessoas podem apresentar no seu dia a dia. Por favor, pedimos-lhe que indique com que frequência os faz. Na escala de resposta abaixo, anote ao lado de cada frase o número que melhor expressa a intensidade do seu comportamento.

Nunca	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Sempre
--------------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	---------------

- ___ Fazer brincadeiras pesadas com as pessoas, como empurrá-las na lama ou tirar-lhes a cadeira quando vão sentar.
- ___ Sair sem permissão (do trabalho, de casa ou do colégio).
- ___ Pegar escondido a bicicleta, carro ou moto de um desconhecido para dar um passeio, com a única intenção de se divertir.
- ___ Comer em locais proibidos (trabalho, escola, cinema, etc.).
- ___ Bagunçar ou assoviar em uma reunião, lugar público ou de trabalho.
- ___ Roubar roupas de um varal ou objetos dos bolsos de uma roupa deixada por alguém.
- ___ Conseguir dinheiro ameaçando pessoas mais fracas.
- ___ Destruir ou danificar coisas em lugares públicos.
- ___ Responder mal a um superior ou autoridade (no trabalho, na escola ou na rua).
- ___ Arrancar ou pisar flores ou plantas em parques ou jardins.
- ___ Incomodar pessoas desconhecidas ou fazer desordens em lugares públicos.
- ___ Chegar de propósito mais tarde do que o permitido (em casa, trabalho, compromisso, etc.).
- ___ Gastar frequentemente no jogo mais dinheiro do que pode.
- ___ Portar uma arma (faca ou canivete) caso considere necessário em uma briga.
- ___ Dizer palavrões ou expressões grosseiras.
- ___ Roubar coisas de grandes armazéns, supermercados, entre outros, estando abertos.
- ___ Roubar objetos dos carros.
- ___ Entrar em um local proibido (jardim privado, casa vazia, etc.).
- ___ Entrar em uma loja que está fechada, roubando algo ou não.
- ___ Resistir ou brigar para escapar de um policial.
- ___ Jogar lixo no chão (quando há perto um cesto de lixo).
- ___ Entrar em um apartamento ou casa e roubar algo (sem ter planejado antes)
- ___ Planejar de antemão entrar em uma casa ou apartamento para roubar coisas de valor.
- ___ Apanhar frutas em um jardim ou pomar alheio.
- ___ Pegar escondido a bicicleta de um desconhecido e ficar com ela.
- ___ Quebrar ou jogar no chão as coisas dos outros.
- ___ Roubar coisas ou dinheiro em máquinas de refrigerante, telefones públicos, etc.
- ___ Chegar tarde ao trabalho, colégio ou reunião.
- ___ Negar-se a fazer as tarefas solicitadas (no trabalho, na escola ou em casa).
- ___ Brigar com os outros (com golpes, insultos ou palavras ofensivas).
- ___ Roubar coisas de um lugar público (trabalho ou colégio) no valor de mais de R\$ 10,00.
- ___ Roubar materiais ou ferramentas de pessoas que estão trabalhando.
- ___ Usar drogas.
- ___ Enganar (em provas, competição importante, gabarito de resultado, etc.).
- ___ Sujar as ruas ou calçadas quebrando garrafas ou virando depósitos de lixo.

- ___ Entrar em um clube proibido ou comprar bebidas proibidas.
 ___ Tocar a campainha na casa de alguém e sair correndo.
 ___ Riscar em lugares proibidos (paredes, mesas, etc.).
 ___ Forçar a entrada em um armazém, garagem, depósito ou mercearia.
 ___ Pertencer a uma turma que arma confusões, se mete em briga ou cria badernas.

ESCALA DE ATITUDE ANÔMICA

23. Gostaria que você indicasse, aqui também, ao lado de cada frase um número que melhor expresse o seu grau de concordância sobre elas.

1	2	3	4	5
Discordo Totalmente	Discordo em parte	Nem concordo nem discordo	Concordo em parte	Concordo totalmente

- 1 - Eu sinto que antigamente, a vida das pessoas era bem melhor do que a que se encontra hoje, pois, elas sabiam o que fazer e esperar das coisas e dos outros ____.
- 2 - Eu sinto que muitas vezes, as coisas que eram valiosas para os nossos pais, estão perdendo seu valor diante dos nossos olhos ____
- 3 - O que está faltando no mundo de hoje é o velho tipo de amizade que dura toda a vida ____
- 4 - Hoje não vejo mais nossos vizinhos se preocuparem conosco ____
- 5 - Hoje, uma pessoa tem que viver ao máximo a sua vida no *aqui e agora*, o *amanhã* deixa acontecer ____
- 6 - Se eu tiver chance, não acho errado pedir ajuda a alguém importante para conseguir um emprego ou me salvar de algum problema ____
- 7 - Estamos tão ocupados que não seria problema dar um jeitinho, discretamente, para passar a frente na fila, pagar algo mais barato, não perder tempo numa prova ou teste, etc. ____
- 8 - É sempre bom ser simpático e prestativo com as pessoas importantes, vai ver que um dia precise delas. ____.

ESCALA DE ORIENTAÇÃO AO SUCESSO

24. . A seguir, você deverá marcar para cada afirmativa um numero que mostra a importância dela para você. Tome como orientação de resposta suas **metas pessoais e o quanto você almeja obter na sua vida.**

Não é totalmente importante 0 1 2 3 4 5 Essencialmente importante

- | | |
|---|--|
| 1. Ter várias férias ao ano. ____ | 7. Ter um bom carro ou moto ____ |
| 2. Uma atividade que tivesse boa remuneração mensal ____ | 8. Conhecer pessoas importantes, influentes e de destaque social. ____ |
| 3. Uma importante e prestigiada posição social. ____ | 9. Ter crédito em instituições financeiras (bancos, cartões de crédito, lojas, etc.) sem burocracia ____ |
| 4. Dinheiro suficiente para não ter que pedir a ninguém ____ | 10. Vestir-me com roupas e sapatos da moda atual e de marca (grife). ____ |
| 5. Estar com uma pessoa bonita, carinhosa, dedicada, compreensiva e que me ame. ____ | 11. Ser reconhecido como pessoa bonita e importante ____ |
| 6. Frequentar bons lugares (restaurantes, hotéis, festas, etc.) e ser prestigiado. ____ | |

DIT – DIFFINING ISSUES TEST

Opiniões sobre Problemas Sociais

Por fim, o objetivo desse último questionário é compreender como as pessoas pensam sobre problemas sociais, pois, todos nós, freqüentemente, temos opiniões diferentes **acerca de questões de certo e errado.** Mas, aqui não existem respostas “corretas” no sentido de respostas corretas que se dão a problemas de matemática. Nós gostaríamos de saber o que você pensa sobre a história-problema abaixo. Assim, neste questionário final, você está convidado a emitir sua opinião acerca de uma **história sobre o prisioneiro foragido**; logo após você encontrará algumas considerações e colunas em branco que representam graus de importância que tem, para você, o fato ou a consideração proposta. Existem cinco colunas a serem escolhidas, que referem-se a seguinte informação:

MÁXIMA IMPORTÂNCIA – Assinale esta se a questão diz respeito a algo que implica em uma diferença grande, crucial, de um modo ou de outro, ao tomar uma decisão a respeito do problema.

GRANDE IMPORTÂNCIA – Assinale esta se a questão diz respeito a algo que a pessoa, claramente, deveria estar alerta ao efetuar a decisão e, de um modo ou de outro, implica em uma diferença na sua decisão, mas não numa diferença muito grande ou crucial.

MÉDIA IMPORTÂNCIA – Assinale esta se a questão diz respeito a algo que você, de um modo geral, considera importante, mas algo que não é de crucial importância ao decidir sobre este problema.

PEQUENA IMPORTÂNCIA – Assinale esta se a questão diz respeito a algo que não é suficientemente importante para ser considerada neste caso.

NENHUMA IMPORTÂNCIA – Assinale esta se a questão é sobre algo que não tem qualquer importância na tomada de decisão e se você estaria perdendo seu tempo ao pensar sobre ela quando frente a uma decisão difícil. Algumas questões tendem a parecer bobas, ou a não fazerem sentido, ao a não serem compreendidas totalmente. Assinale também esta em tais questões.

O Prisioneiro Foragido

Um homem foi condenado à prisão por 10 anos. Depois de um ano, porém, ele fugiu da cadeia, mudou-se para uma região nova e adotou o nome de Simões. Durante oito anos, ele trabalhou duro, tanto que conseguiu economizar dinheiro suficiente para ter seu próprio negócio. Ele era muito gentil com seus fregueses, pagava altos salários a seus empregados e dava muito dos seus lucros pessoais para obras de caridade. Certo dia, dona Cida, uma velha vizinha, reconheceu-o como o homem que tinha fugido da prisão e a quem a polícia estava procurando.

Dona Cida deveria entregar o Sr. Simões à polícia? () SIM () NÃO () NÃO SEI

Nas colunas em branco do lado direito, assinale com X qual é o grau de importância que tem a questão para a resolução do dilema.

	Grau de Importância				
	Máxima	Grande	Média	Pequena	Nenhuma
1. Oito anos não são suficientes para provar que o Sr. Simões é uma boa pessoa.					
2. O não cumprimento de uma lei deve estar subordinado aos interesses pessoais.					
3. Melhor seria uma sociedade sem leis, sem a opressão dos sistemas legais.					
4. O Sr. Simões deve cumprir o que determina a lei.					
5. As ações devem ser julgadas a partir de princípios universais de justiça.					
6. Não é vantagem fazer prisões isoladas quando se trata de um homem caridoso.					
7. Só uma pessoa cruel e sem coração denunciaria o Sr. Simões.					
8. O correto seria que D. Cida se comportasse com base no que dita a lei.					
9. D. Cida deve pensar na sua amizade com o Sr. Simões.					
10. Um cidadão tem obrigação de entregar um criminoso foragido, não importando as circunstâncias.					
11. Decisões deste tipo devem ser tomadas considerando-se o bem comum.					
12. O cumprimento de uma lei deve estar subordinado aos interesses e necessidades sociais.					

Da lista das 12 questões acima lidas, escolha a que é mais importante de todo o conjunto. Coloque o número dela na linha correspondente que está abaixo e ao da questão. Faça o mesmo em a relação a 2ª, 3ª e 4ª

questões mais importantes em ordem decrescente de importância. Da lista das 12 questões, escolha as 4 mais importantes:

- A 1ª questão mais importante: _____
- A 2ª questão mais importante: _____
- A 3ª questão mais importante: _____
- A 4ª questão mais importante: _____

APURAÇÃO DO DIT

Contagem dos Estágios, incluindo o escore P

Se você está conduzindo a contagem dos seus questionários, siga os seguintes passos:

1º) Prepare a folha de dados para cada sujeito como segue:

Estórias	Estágios								
	2	3	4	5A	5B	6	A	M	P
João									
Estudantes									
Prisioneiro									
Médico									
Oficina									
Jornal									
Total									
P=									

2º) Observe apenas as primeiras quatro escolhas no pé da página do teste (como o sujeito fez sua classificação).

3º) Para a questão marcada como a mais importante, consulte o diagrama seguinte para achar qual o estágio a que o item se refere. Por exemplo: se a escolha principal do sujeito, na estória de João, foi a questão 6, esta seria uma escolha de estágio 4.

Itens												
Estórias	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
João	4	3	2	M	3	4	M	6	A	5A	3	5A
Estudantes	3	4	2	5A	5A	3	6	4	3	A	5B	4
Prisioneiro	3	4	A	4	6	M	3	4	3	4	5A	5A
Médico	3	4	A	5A	2	M	3	6	4	5B	4	5A
Oficina	4	4	3	2	6	A	5A	5A	5B	3	4	3
Jornal	4	4	2	4	M	5A	3	3	5B	5A	4	3

4º) Depois de encontrados os estágios dos itens, pontue as escolhas conferindo peso 4 à primeira escolha, 3 à segunda, 2 à terceira e 1 à quarta.

5º) Para cada uma das escolhas (1ª, 2ª, 3ª e 4ª), nas seis estórias, coloque o peso apropriado, preenchendo a coluna do estágio, na folha de resposta do sujeito. Por exemplo: se a primeira escolha (na estória de João) foi do estágio 4, coloque o peso 4 na folha de resposta, sob estágio 4.

6º) A tabela completa da folha de respostas terá quatro entradas para cada estória e 24 entradas ao todo. (Poderá haver mais de uma entrada num mesmo quadrinho: por ex.: a 1ª e a 2ª escolhas no estágio 4).

7º) Na folha de respostas do sujeito, some cada coluna de cada estágio (por ex.: para a coluna do estágio 2, some os números da estória de João, do estudante, do prisioneiro, etc.).

8º) Para obter “escore da moralidade de princípios” (“P”), some os subtotais dos estágios 5A, 5B e 6. Isto é interpretado como “a relativa importância atribuída às considerações morais de princípios” em uma decisão moral.

9º) Você pode querer expressar os resultados totais em termos de percentagem. Neste caso, divida o escore bruto por 60. Note que o escore P (como percentagem) pode variar de 0 a 95, ao invés de 100, devido ao fato de que em 3 estórias não há uma 4ª possibilidade de escolha de ítem de Princípios.

Verificando a Consistência

Verifique a fidedignidade dos seus dados observando a consistência entre as avaliações do sujeito e suas classificações. Se um sujeito classifica um ítem como o 1º, então sua avaliação para tal ítem deve ser de modo que não existam outros itens mais altos (embora outros itens possam coincidir), analogamente, se um sujeito classifica um ítem em 2º lugar, então suas avaliações não deverão conter outros itens mais altos, exceto o item classificado em 1º lugar. Se há itens que não foram os escolhidos em 1º e 2º lugar mas foram avaliados como mais importantes do que as classificações dos itens escolhidos como 1º e 2º, então há uma inconsistência entre as classificações e as avaliações do sujeito devido a descuido nas respostas, resposta aleatórias, má compreensão das instruções, troca de opinião sobre um ítem etc. Em resumo, a inconsistência cria dúvidas sobre a fidedignidade de todo o protocolo do sujeito, embora uma pequena inconsistência possa ser tolerada. Como norma prática, atente para as inconsistências nas 1ª e 2ª classificações do sujeito e elimine todo o protocolo se houver inconsistências em mais de 2 estórias, ou se o número de inconsistências em uma estória exceder 8 casos. Também, se um sujeito mostrar pouca discriminação em suas avaliações (por exemplo: avalia todos os itens como “alguma importância”), pode-se suspeitar de que ele não levou o teste a sério. Como norma prática, elimine um protocolo se duas estórias têm mais do que 9 itens marcados do mesmo modo.

INTERPRETAÇÃO DOS ESCORES

A Natureza do Julgamento Moral

Os escores do julgamento moral obtidos através de um método não são medidas do valor de um sujeito como pessoa ou de sua lealdade, bondade ou sociabilidade. Os escores do julgamento moral tentam evidenciar a estrutura conceitual básica pela qual um sujeito analisa um problema sócio-moral e julga o próprio curso da ação. A avaliação do julgamento moral é também a medida da sofisticação e da adequação do pensamento. Se você interessa-se por uma discussão mais exaustiva sobre a natureza do julgamento moral e sua relação com a forma de as pessoas viverem, veja meu artigo: “Abordagem Cognitiva do Desenvolvimento da Moralidade: O Estado de Arte”, 1974.

Relação com o Teste de Kohlberg

O DIT baseia-se na teoria dos estágios de Kohlberg, e a caracterização dos estágios adotada no DIT, é essencialmente a mesma feita por Kohlberg. Desde que o DIT surgiu da linha de pesquisa “Kohlberguiana”, freqüentemente pergunta-se como os escores dos estágios são inferidos do DIT. Primeiro deixe-me assinalar algumas diferenças entre o DIT e a avaliação por entrevista e escores de Kohlberg:

a) A avaliação de Kohlberg requer que o sujeito espontaneamente elabore uma solução nova para um problema, enquanto o DIT requer que o sujeito avalie várias considerações que lhe são fornecidas. Sendo o DIT mais uma tarefa de reconhecimento do que de produção, então os sujeitos tendem a aparecer mais avançados neste teste do que no de Kohlberg. (veja “Novas Abordagens de Desenvolvimento do Julgamento Moral”, parte IIB, para discussão e evidência desta defasagem).;

b) A avaliação de Kohlberg requer um juiz que localize as respostas do sujeito em categorias de dados, enquanto que no DIT é o próprio sujeito que classifica suas respostas - o que torna possível uma contagem objetiva.

c) A avaliação de Kohlberg situa um sujeito numa seqüência evolutiva por estágios típicos (isto é, fornece critérios para dizer que um sujeito está em um ou em outro estágio) enquanto que no DIT o índice “P” coloca o desenvolvimento do sujeito em termos da relativa importância que tal indivíduo confere à moral de princípios. A forma de indexar o desenvolvimento do sujeito depende de alguns fatores. (veja “Novas Abordagens....”, parte IV e V). Tanto o teste de Kohlberg como o DIT supõem que há para cada estágio de desenvolvimento uma organização cognitiva qualitativamente diferenciada. Mas o

modo mais vantajoso para indexar o desenvolvimento não é determinado apenas por esta consideração.

d) Levando em conta as pesquisas feitas sobre o julgamento de sujeitos colocados em estágios prototípicos, eu tenho uma formulação das características de estágios que forçosamente leva à discussão dos estágios de Kohlberg mas que é diferente em alguns aspectos. (veja “Conceitos Importantes no Desenvolvimento do Julgamento Moral”). O próprio Kohlberg fez umas poucas modificações nas características dos estágios depois de 1958, e todas elas têm mais em comum com a formulação pressuposta nos itens do DIT, embora não sejam completamente comparáveis.

Tendo salientado estas diferenças, torna-se evidente que o DIT não fornece, a rigor, escores equivalentes aos do teste de Kohlberg. A estratégia da pesquisa do DIT não tem sido simplesmente produzir um teste “papel-e-lápis” objetivo, o qual prediz medidas existente; mas adotar a mesma abordagem teórica básica e investigar as características desenvolvimentais de uma medida que usa diferentes fontes de dados, método de categorização dos dados, e formas para indexar o desenvolvimento (veja “Novas Abordagens...”, para fundamentação). Espera-se uma alta correlação entre o DIT e o instrumento de Kohlberg, tendo em vista as semelhanças no enfoque teórico básico e nas características dos estágios. No entanto a correlação pode não ser tão alta como, entre os escores do sistema de Kohlberg de 1958 e os de 1974. À medida em que o DIT e o teste de Kohlberg forem aperfeiçoando-se, será uma questão interessante para pesquisas a exploração de suas interrelações (veja seção 5 para achados preliminares).

Interpretação dos Escores dos Estágios no DIT

O escore P (soma dos pesos das classificações feitas aos itens de estágios 5A, 5B e 6, tem sido até agora, o mais útil e fidedigno índice do DIT. (veja “Novas Abordagens....” parte IV, para comparação dos índices). Este escore é interpretado como a relativa importância dada pelo sujeito às considerações de princípios morais quando de sua decisão acerca de dilemas morais. (veja Conceitos Importantes...”, para discussão da “moralidade de princípios”); (veja Rest et al.1974. pág. 490 - 500, para discussão do significado especial da moralidade de princípios no desenvolvimento da personalidade do indivíduo e no funcionamento da sociedade).

Os escores de outros estágios são computados de forma similar a do escore P – assim, nós temos o escore do estágio 2; a relativa importância dada pelo sujeito às

considerações do estágio 2; o mesmo com o estágio 3 e 4. A subdivisão em 5A, 5B e 6 corresponde a discussão sobre a “moralidade do contrato social”, a “moralidade do humanismo intuitivo” e a “moralidade dos princípios ideais de cooperação social”. Os itens “A” são tentativas para tipificar uma “orientação contrária ao sistema” (“A” de “antiestablishment”, do inglês). Os escores “A” refletem pontos de vista opostos à tradição e à ordem social existente por sua arbitrariedade ou corrupção dos ricos pela exploração dos pobres. Leia todos os itens “A” e veja se eles não transmitem tal visão. Após os estudos de Kohlberg e Kramer (1969 - “Desenvolvimento da Criança”), terem mostrado “regressão” para o estágio 2 em alguns estudantes (do 2º ano do college), têm-se tido muito interesse na orientação “antiestablishment” como uma possível fase de transição entre a moralidade convencional e a moralidade de princípios - em resultado, um estágio 4 ½. Os itens desta orientação foram incluídos no DIT para permitir estudos ulteriores. Algumas primeiras evidências da pesquisa com o DIT apóiam a noção do “A” como estágio 4 ½, pois a média de idade dos sujeitos com elevados escores “A” situa-se entre as médias de idade dos sujeitos dos estágios 4 e 5; e ainda, os escores médios dos sujeitos com “A” elevado estão entre os dos sujeitos do 4 e 5 estágios.

O escore “M” é representado pelos itens de grandiosa sonoridade mas sem sentido. (“M” de “meaningless” do inglês) - ao menos, eu não retiro sentido algum deles. Portanto este escore não representa um estágio de pensamento mas a tendência de o sujeito para endossar posições mais por presunção do que pelo significado destas. Por isso um escore alto nesta escala serve de advertência para considerar os dados do sujeito mais seriamente. Inicialmente eu pensei que o escore “M” poderia ser usado como indicação de que o sujeito estava falseando suas respostas, mas após Mc George (1973 - ter achado que os sujeitos solicitados a falsificar não mostraram aumentos significantes em “M”, o seu uso como escala de validade é problemático.

A verificação da consistência é um indicador da utilidade do questionário do sujeito. Se há uma alta inconsistência entre as avaliações dos sujeitos e suas classificações dos itens, ou se é muito pequena a discriminação em suas avaliações (veja seção 2, para regras de decisão) isto levanta uma questão sobre se o sujeito tomou o teste seriamente ou entendeu mal as instruções etc. Eu considero estes protocolos como “suspeitos” e recomendo analisar os dados de dois modos: com a amostra total e com uma amostra “depurada”, isto é, da qual se excluiu os protocolos suspeitos. Em vários estudos (Hart, 1974; Panowitsh, 1974), a retirada de protocolos suspeitos fez diferença entre tendências confusas e tendências significativas.

Tabela 1: Poder discriminativo dos itens da escala de atitude anômica (gl=375).

Itens	t	p <
01. Se eu tiver chance, não acho errado pedir ajuda a alguém importante para conseguir um emprego ou me salvar de algum problema.	-11,95	0,00
02. É sempre bom ser simpático e prestativo com as pessoas importantes, vai ver que um dia precisam-se delas.	-10,67	0,00
03. Estamos tão ocupados que não seria problema dar um jeitinho, discretamente, para passar a frente na fila, pagar algo mais barato, não perder tempo numa prova ou teste, etc.	-7,99	0,00
04. Ao comprar algo e receber o troco a mais eu não reclamo, pois o erro é da pessoa que passou o troco, não prestando atenção no trabalho.	-8,24	0,00
05. Hoje, uma pessoa tem que viver ao máximo a sua vida no <i>aqui e agora</i> , o <i>amanhã</i> deixa acontecer.	-8,02	0,00
06. O que está faltando no mundo de hoje é o velho tipo de amizade que dura toda a vida.	-5,62	0,00
08. Eu sinto que muitas vezes, as coisas que eram valiosas para os nossos pais, estão perdendo seu valor diante dos nossos olhos.	-3,84	0,00
07. Hoje não vejo mais nossos vizinhos se preocuparem conosco.	-6,88	0,00
09. Eu sinto que antigamente, a vida das pessoas era bem melhor do que a que se encontra hoje, pois, elas sabiam o que fazer e o que esperar das coisas e dos outros.	-5,71	0,00

Figura 1: Diagrama de declividade do número de fatores plotados para a escala de atitude anômica.

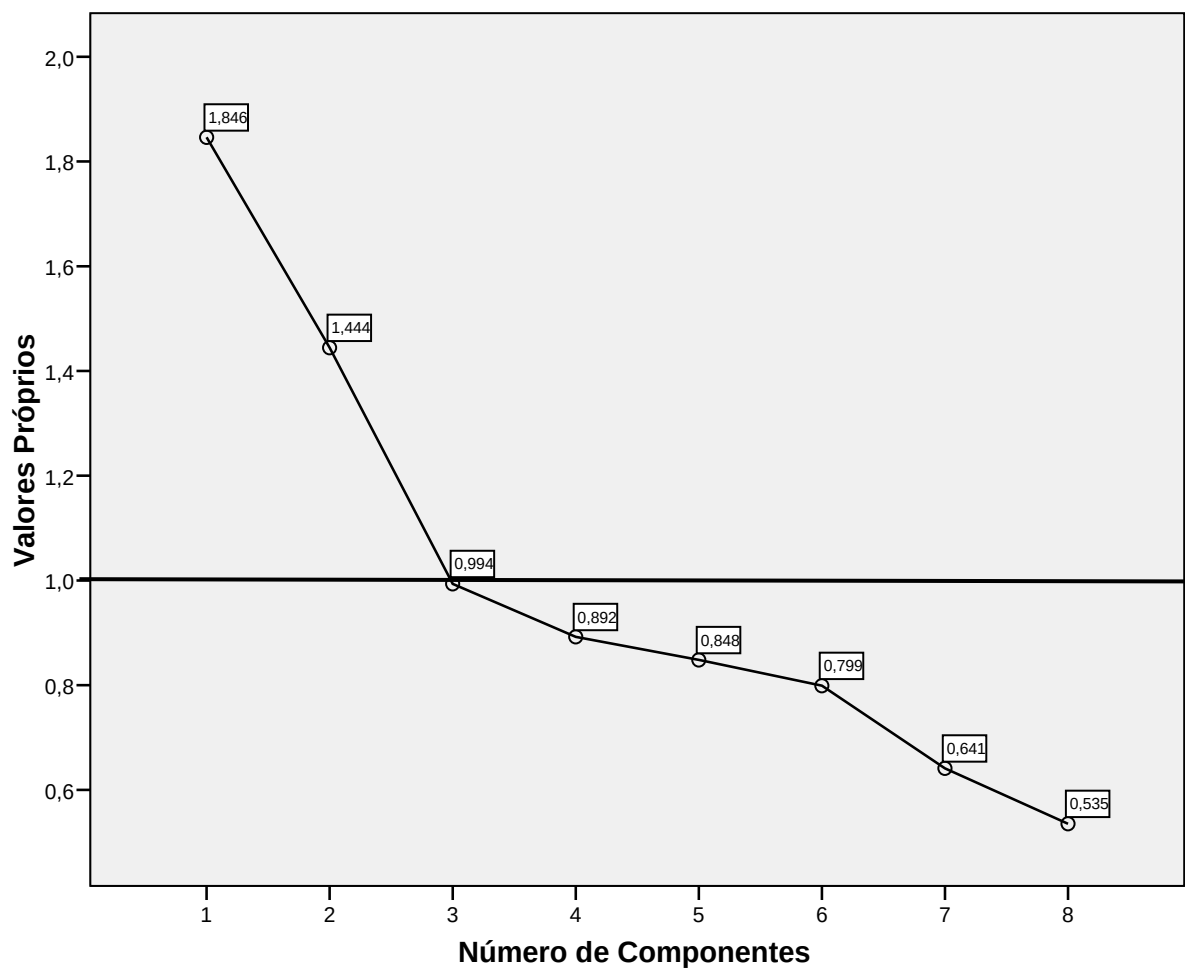


Tabela 2: Distribuição dos fatores da análise do PC de acordo com o critério de Kaiser e análise paralela para a escala de atitude anômica.

Critério de Kaiser	Análise paralela
1,85	1,32
1,44	1,22
1,00	1,16

Tabela 3: Poder discriminativo dos itens da escala de orientação ao sucesso (gl=375).

Itens	t	p <
1. Ter várias férias ao ano.	-5,88	0,00
2. Atividade que tivesse boa remuneração	-5,87	0,00
3. Uma importante e prestigiada posição social.	-12,92	0,00
4. Dinheiro suficiente para não ter que pedir a Ninguém.	-9,41	0,00
5. Estar com uma pessoa bonita, carinhosa, dedicada, compreensiva e que me ame.	-6,73	0,00
6. Frequentar bons lugares (restaurantes, hotéis, festas, etc.) e ser prestigiado.	-14,07	0,00
7. Ter um bom carro ou moto	-14,85	0,00
8. Conhecer pessoas importantes, influentes e de destaque social.	-13,94	0,00
9. Ter crédito em instituições financeiras (bancos, cartões de crédito, lojas, etc.) sem burocracia.	-11,33	0,00
10. Vestir-me com roupas e sapatos da moda atual e de marca (grife).	-15,40	0,00
11. Ser reconhecido como pessoa bonita e Importante.	-13,38	0,00

Figura 2: Diagrama de declividade do número de fatores plotados para a escala de orientação ao sucesso.

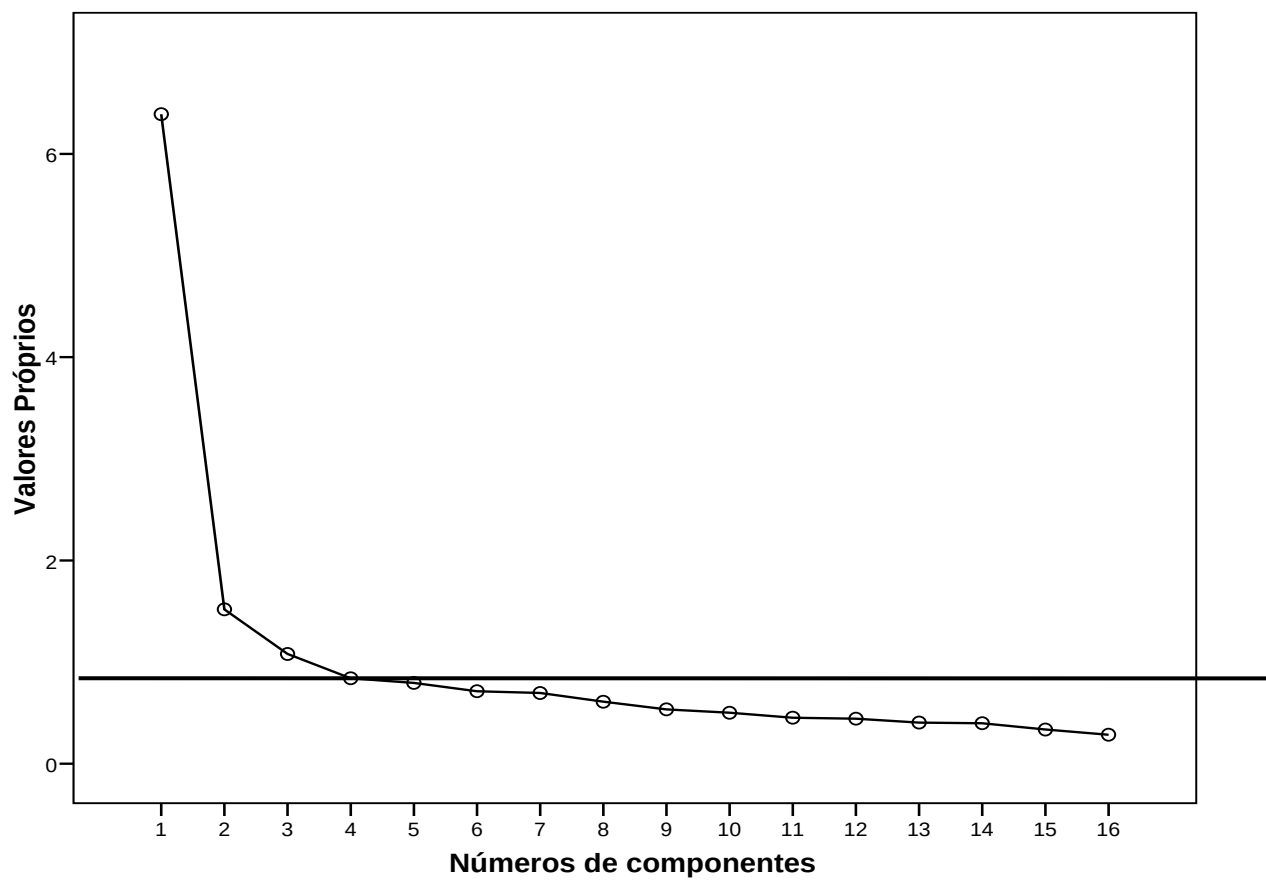


Tabela 4: Distribuição dos componentes da análise do PC de acordo com o critério de Kaiser e análise paralela da escala de orientação ao sucesso

Critério de Kaiser	Análise paralela
6,39	1,37
1,52	1,29
1,08	1,23

Tabela 5: Poder discriminativo dos itens do CAD (gl=375).

Itens	t	p <
01- Fazer brincadeiras pesadas com as pessoas, como empurrá-las na lama ou tirar-lhes a cadeira quando vão sentar.	-8,17	0,001
02- Sair sem permissão (do trabalho, escola, cinema etc.).	-10,65	0,001
03- Pegar escondido o carro ou a moto de um desconhecido para dar um passeio, com a única intenção de se divertir.	-4,73	0,001
04- Comer em locais proibidos (trabalho, escola etc.)	-10,87	0,001
05- Bagunçar ou assobiar em uma reunião, lugar público ou de trabalho.	-9,75*	0,001
06- Roubar roupas de um varal ou objetos dos bolsos de uma roupa pendurada em um cabide.	-4,02	0,001
07-Conseguir dinheiro ameaçando pessoas mais fracas.	-4,42	0,001
08- Destruir ou danificar coisas em lugares públicos.	-7,51	0,001
09- Responder mal a um superior ou autoridade (em casa, trabalho, compromisso etc.).	-12,84	0,001
10- Arrancar ou pisar flores ou plantas em parques ou jardins. lugares públicos.	-9,46	0,001
11- Incomodar pessoas desconhecidas ou fazer desordens em lugares públicos.	-9,28	0,001
12- Chegar de propósito mais tarde do que o permitido (em casa, no trabalho, compromisso etc.)	-10,79	0,001
13- Gastar freqüentemente no jogo mais dinheiro do que pode. em uma briga.	-6,54	0,001
14- Portar uma arma (faca ou canivete) caso considere necessário	-5,54	0,001
15- Dizer palavrões ou expressões pesadas.	-14,90	0,001
16- Roubar coisas de grandes armazéns, supermercados, entre outros estando abertos.	-4,47	0,001
17- Roubar objetos dos carros.	-3,15	0,001
18- Entrar em um local proibido (jardim privado, casa vazia etc.).	-8,30	0,001
19- Entrar em uma loja que está fechada, roubando algo ou não. roubar coisas de valor.	-3,14	0,001
20- Resistir ou brigar para escapar de um policial.	-4,15	0,001
21- Jogar lixo no chão (quando há perto um cesto de lixo).	-10,75	0,001
22- Entrar em um apartamento ou casa e roubar algo (sem ter planejado antes).	-2,54	0,001
23- Planejar de antemão entrar em uma casa ou apartamento para	-2,87	0,001
24- Apanhar frutas em um jardim ou pomar alheio.	-10,27	0,001
25- Pegar escondido a bicicleta de um desconhecido e ficar com ela.	-3,16	0,001
26- Quebrar ou jogar no chão coisas dos outros.	-7,99	0,001
27- Roubar coisas ou dinheiro em máquinas de refrigerantes, telefones públicos etc.	-3,66	0,001
28- Chegar tarde ao trabalho, colégio ou reunião.	-11,30	0,001
29- Negar-se a fazer as tarefas solicitadas (no trabalho, na escola ou em casa).	-12,97	0,001
30- Brigar com os outros (com golpes, insultos ou palavras ofensivas).	-12,64	0,001
31- Roubar coisas de um lugar público (trabalho ou colégio) com um valor de mais de R\$ 10,00.	-3,67	0,001
32- Roubar materiais ou ferramentas de pessoas que estão	-3,17	0,001

trabalhando.		
33- Usar drogas.	-4,61	0,001
34- Trapacear (em provas, competição importante, gabarito de resultado etc.).	-10,17	0,001
35- Sujar as ruas ou calçadas quebrando garrafas ou virando depósitos de lixo.	-5,57	0,001
36- Entrar em um clube proibido ou comprar bebidas proibidas.	-8,59	0,001
37- Tocar a campainha na casa de alguém e sair correndo.	-11,50	0,001
38- Riscar em lugares proibidos (paredes, mesas etc.).	-12,61	0,001
39- Forçar a entrada em um armazém, garagem, depósito ou mercearia.	-4,79	0,001
40- Pertencer a uma turma que arma confusões, meter-se em brigas ou criar badernas.	-8,24	0,001
